

PROPOSTA

Revista trimestral de debate da FASE • Ano 26 • Março/Maio de 1997 • Nº 72 • Preço: R\$ 6,00

PAUL SINGER
Economia Solidária:
geração de renda
e alternativa
ao liberalismo

LIANA CARLEIAL
Trabalho em Tempos
de Novas Tecnologias:
velhos e novos desafios

JOSÉ CORAGGIO
Alternativas para o
Desenvolvimento Humano
em um Mundo Globalizado

ENTREVISTAS
• Vicentinho - CUT
• Nassim - Ministério
do Trabalho

CLAUDIO DEDECCA
Desemprego,
Heterogeneidade
e Regulação Hoje

LENA LAVINAS
LEILA LINHARES
Mulheres e
Trabalho:
lei e mercado

OS DESAFIOS DO MUNDO DO TRABALHO

CONSELHO DELIBERATIVO

PRESIDENTE

Ana Clara Torres Ribeiro

VICE-PRESIDENTE

Raimundo J. B. Teixeira Mendes

1ª SECRETÁRIA

Leilah Landim Assumpção

2ª SECRETÁRIA

Márcia Pereira Leite

3ª SECRETÁRIO

Revd. Paulo Pena Schutz

SUPLENTE

Décio Lima de Castro

Fernanda Carísio

Luis Carlos Delorne Prado

Maria Lucia Karan

Paulo Totti

CONSELHO FISCAL

Jorge Vicente Muñoz

Carlos Bernado Vainer

Tito Lívio Lucio de O. Ramos Neto

SUPLENTE

Ricarto de Gouvêa Corrêa

José Moreira Bartholo

ASSOCIADOS EFETIVOS

José Sérgio Leite Lopes . Silvio

Caccia Bava . Braulio Rodrigues

da Silva . Sérgio Goes de Paula .

Rosiska Darcy de Oliveira .

Cândido Grzybowski . Herbert de

Souza . Otávio Guilherme Cardoso

Alves Velho . Lysâneas Maciel .

Otília Silva Leite . Luís Eduardo

Soares . Ênio Candotti . Uri Gomes

Machado . Alexandre Sgrezia .

Lizt Vieira . Antonio Abreu .

Carlos Nelson Coutinho . Luiz

Gonzaga Ulhoa Tenório . Renato

Sérgio Maluf . Ricardo Peret . Pe.

Adelar Pedro de David . Lícia

Valadares . Wanda Engel Aduan .

Peter Collins Cona

DIRETOR EXECUTIVO

Jorge Eduardo Saavedra Durão

DIRETOR DA ÁREA TRABALHO E RENDA

Pedro Claudio Cunca

Bocayuva Cunha

DIRETORA DA ÁREA MEIO AMBIENTE

E DESENVOLVIMENTO

Maria Emilia Lisboa Pacheco

DIRETOR DA ÁREA POLÍTICAS PÚBLICAS

E CIDADANIA

Orlando Alves dos Santos Junior

FASE - educando para a cidadania e o desenvolvimento

Fundada em 1961, a FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - teve seu ponto de partida no trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e cooperativo.

Durante o período militar-autoritário, a FASE dedicou-se ao apoio a atividade de organização de base e aos processos de construção da democracia e da cidadania.

A partir da década de 80, a FASE concentrou suas ações na busca de alternativas para a crise do atual modelo de desenvolvimento que vem contribuindo para uma maior concentração de renda, tem levado grandes parcelas da população à exclusão social e aumentado a escalada da violência.

A FASE é uma organização não-governamental de educação e de desenvolvimento, sem fins lucrativos, que atua em 8 estados da Federação. A FASE no Brasil é associada à ABONG (Associação Brasileira de ONGs) e internacionalmente à ALOP e ao El Taller.

Com 35 anos de atuação, a FASE é reconhecida como uma instituição de marcante presença na trajetória das lutas da sociedade brasileira, enraizada nos principais movimentos sociais e políticos das últimas três décadas. Presença esta que se consolida ainda pela eficácia e eficiência de seus projetos demonstrativos de resultados duradouros para grupos específicos, além da produção de elementos atuantes para a construção de uma alternativa de desenvolvimento.

Na esfera internacional, a FASE mantém um diálogo com agências internacionais no sentido da construção de plataformas e ações comuns. Participa de redes e campanhas internacionais pela democratização das políticas dos organismos multilaterais.

Na esfera nacional, a FASE realiza convênios com órgãos públicos para avaliação, elaboração, monitoramento e fiscalização de projetos. Desenvolve parcerias com universidades, institutos, e outras entidades, buscando estimular e socializar a produção de conhecimento através de estudos e pesquisas, e da publicação de cartilhas, livros e da Revista PROPOSTA, e da promoção de ações coletivas, tais como campanhas, seminários, palestras e debates.

A FASE é inteiramente independente de governos e partidos políticos. Seu orçamento provém de contribuições individuais e de agências internacionais de solidariedade aos povos do Terceiro Mundo.

MISSÃO

- Contribuir para a construção de uma alternativa de desenvolvimento fundada na democracia, na justiça social, em um desenvolvimento sustentável e na ampliação da esfera pública.

- Apoiar, com visão e atuação próprias, a constituição, o fortalecimento e a articulação de sujeitos coletivos do desenvolvimento através de ações educativas e de projetos demonstrativos.

Objetivos no próximo trienal:

- Promover a cidadania lutando por melhores condições de participação dos cidadãos na vida social, política e econômica.

- Promover melhores políticas públicas mediante intervenção junto à opinião pública e aos órgãos governamentais.

- Contribuir para impedir a deterioração das condições de trabalho e renda dos assalariados e o aumento da exclusão social. Trabalhar com associativismo e cooperativismo.

- Promover o debate público sobre temas relacionados com o poder local, através de projetos demonstrativos, urbanos e rurais, e da organização da população.

Estratégia

Para o triênio 96/98, a FASE terá como estratégia para a sua atuação nas cinco regiões brasileiras, três temas com a preocupação permanente de focar a questão dos jovens e das relações homem-mulher:

Meio Ambiente e Desenvolvimento Compatibilização da preservação do meio ambiente com o desenvolvimento.

Trabalho e Renda Melhoria das condições de trabalho, geração de renda e erradicação da violência nas cidades e no campo.

Cidadania, políticas públicas e questão urbana Participação popular na definição das políticas públicas.

OS DESAFIOS DO MUNDO DO TRABALHO

Índice

Editorial	5
Economia Solidária: <i>geração de renda e alternativa ao liberalismo</i> Paul Singer	6
Trabalho em Tempos de Novas Tecnologias: <i>velhos e novos desafios</i> Liana Maria da Frota Carleial	14
Globalização, Tecnologias de Informação e Inteligência Social: <i>uma reflexão sobre as possibilidades deste país</i> José Ricardo Tauile	22
Alternativas para o Desenvolvimento Humano em um Mundo Globalizado José Luiz Coraggio	30
Entrevistas <i>Nassim Gabriel Mehedff</i> <i>Vicente Paulo da Silva</i>	39 43
Desemprego, Heterogeneidade e Regulação Hoje Claudio Dedecca	46
Mulheres e Trabalho: <i>lei e mercado</i> Leila Linhares / Lena Lavinias	52
Projetos de Geração de Renda para Mulheres de Baixa Renda: <i>reflexões a partir de estudos de caso no Rio de Janeiro</i> Alice Abreu / Angela Jorge / Bila Sorj	62

ERRATA nº71: bibliografia e citações bibliográficas

Artigo: "Sistemas de Produção - uma perspectiva de gênero" - Maria Emília Lisboa Pacheco - Revista PROPOSTA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - nº 71 - dez/fev. 1997

1) Acrescentar na bibliografia citada pag.38

- ABRAMOVAY, Ricardo - "Agricultura familiar e capitalismo no campo" in A QUESTÃO AGRÁRIA HOJE, Edit. da Universidade - UFRGS, Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA), Rio Grande do Sul, 1994.

- D' INCAO, Maria da Conceição - "Governo de Transição: entre o velho e o novo projeto político agrícola de reforma agrária", in *Lua Nova*, CEDEC, n.20, maio/90.

2) Incluir citações bibliográficas (trechos nos quais foram omitidas as aspas e respectiva indicação bibliográfica):

- pag. 34 & 4 - "A imensa biodiversidade das regiões tropicais no Brasil, tanto em espécies como de ecossistemas, permitiu que as populações locais ampliassem as possibilidades de desenvolvimento de um sistema integrado e complexo da produção agrícola composto pelo manejo e enriquecimento dos ecossistemas naturais e pelos cultivos agrícolas de ciclo curto e/ou longo, pela criação de animais bovinos, eqüinos e pequenos animais" (Castro, 1995: 29).

- pag.35, item 5, & 2 - "Negligenciados pelos dirigentes políticos, pelos planejadores, pelas estatísticas oficiais, pelos administradores, pelos técnicos extensionistas de órgãos oficiais" e, muitas vezes também pelos técnicos de ONGs, "estes espaços tornam-se *invisíveis* para a economia formal" (Castro, 1995: 29).

- pag.35, item 5, & 5 - A diversidade cultural no Centro-Oeste e Norte do Brasil atual, consequência das migrações, reflete-se "nas composições dos quintais, que são uma síntese da biodiversidade tropical, combinando espécies nativas da Amazônia e espécies cultivadas em outras partes do país" (Castro, 1995: 32).

A mesma frase da "janela", pag.35, deve também ser citada entre aspas.

FASE NACIONAL

Rua das Palmeiras, 90 - Botafogo
22270-070 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 286-1441
Fax: (021) 286-1209
Telex: 2134201 foas BR
E-mail: fase@ax.opc.org

FASE-ABAEETUBA

Trav. Pedro Pinheiro Paes, 330
Caixa Postal 25
68440-000 - Abaetetuba - PA
Tel/Fax: (091) 751-1181

FASE-BELÉM

Rua Bernal do Couto, 1329 - Umarizal
66055-080 - Belém - PA
Tel.: (091) 242-0318
Fax: (091) 241-5310

FASE-CÁCERES

Rua 06 Quadra 03, Casa 18
Monte Verde
78200-000 - Cáceres - MT
Caixa Postal 10
Tel.: (082) 223-4615

FASE CAPANEMA

Av. Presidente Médici, 1992
68700-050 - Capanema - PA
Tel/Fax: (091) 821-1716

FASE ITABUNA

Rio Barão do Rio Branco, 93 - Califórnia
45600-000 - Itabuna - BA
Tel/Fax: (073) 211-4498

FASE-MACEIÓ

Rua do Comércio, 41/Sala 105
Edifício Santa Terezinha - Centro
57020-000 - Maceió - AL
Tel.: (082) 221-0667

FASE-MARABÁ

Folha 27 - Quadra 07, Lote 07 - Nova Marabá
68509-160 - Marabá - PA
Caixa Postal 73
CEP 68508-970
Tel.: (091) 322-1591
Fax: (091) 322-1558

FASE-RECIFE

Rua Viscondessa do Livramento, 168 - Derbi
52010-060 - Recife - PE
Tel/Fax: (081) 423-3826

FASE-RIO DE JANEIRO

Av. Pres. Wilson, 113/1302 - Centro
20030-020 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 220-7198
Fax: (021) 262-2565

FASE-SÃO PAULO

Rua Loefgren, 1651 - Casa 6 - Vila Clementino
04040-032 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 549-3888
Fax: (011) 549-1307

FASE-VITÓRIA

Rua Graciano Neves, 377/2º pv.
29015-530 - Vitória - ES
Tel/Fax: (027) 223-7436



FASE

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
Rua das Palmeiras, 90 - Botafogo
22270-070 - Rio de Janeiro - RJ

PROPOSTA

Nº 72 - março/maio de 1997
Uma publicação trimestral da FASE

Conselho Editorial

Alberto Lopez Mejía
Ana Clara Torres Ribeiro
Angela de Carvalho Borba
Clarice Melamed
Grazia de Grazia
Haroldo Baptista de Abreu
Jean-Pierre Leroy
João Ricardo Dornelles
Jorge Eduardo Saavedra Durão
Leandro Valarelli
Luis César de Queiroz Ribeiro
Marcelo Paixão
Márcia Leite
Maria Emília Lisboa Pacheco
Orlando dos Santos Júnior
Paulo Gonzaga
Pedro Cláudio Cunha Bocayuva
Ricardo Salles
Ricardo Tavares
Rosemary Gomes
Sandra Mayrink Veiga
Virgínia Fontes

Assessora de Comunicação

Sandra Mayrink Veiga

Editor Responsável

Luis Antonio Correa de Carvalho

Subediutor

Ricardo Salles

Organização nº 72

Sandra Mayrink Veiga
Pedro Cláudio Cunha Bocayuva
Lena Lavinas

Assistente de Publicações

Silvia Helena Matos Brandão

Foto de Capa

Marcos Zarahi

Capa

Amauri Queiroz e Pedro Veiga

Projeto Gráfico e Diagramação

Amauri Queiroz

Editoração Eletrônica

Know Sense Comunicação

Informações e Vendas

Redação
Rua das Palmeiras, 90 - Botafogo
22270-070 - Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (021) 286-1441
Fax: (021) 286-1209

Todas as opiniões emitidas nos artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores.

Os desafios representados pelas transformações no mundo do trabalho, tendo por pano-de-fundo a reestruturação empresarial e produtiva e os condicionamentos do processo de globalização, têm sido objeto das preocupações de **Proposta**. Os temas do desenvolvimento e a busca de alternativas para as tendências identificadas nos cenários desse final de século nos levaram a dar destaque aos problemas da geração de trabalho e renda no Brasil. A precarização das relações de trabalho, a informalidade crescente as reformas liberalizantes e as mudanças organizacionais e tecnológicas oferecem um vasto campo para a reflexão de autores e estudiosos qualificados para apresentar as distintas abordagens que marcam esse número.

Realizado em parceria com a Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - **ABET** e Área de Trabalho e Renda da **FASE**, este número procura oferecer ao leitor de **Proposta** um quadro de análises, opiniões e entrevistas que segue o rastro de parceria exitosa no número 63 sobre Trabalho e Renda, hoje esgotado. As questões aqui abordadas não esgotam o tema ao qual pretendemos retornar em outro número neste ano, dado o interesse e as preocupações suscitadas pela crise do trabalho e o problema do emprego entre nós, e também como questão internacional decisiva da crise que atinge o coração dos modelos sociais e dos padrões de desenvolvimento, mesmo nas economias avançadas do planeta.

A crise do padrão taylorista-fordista e da contratualidade social afeta de maneira diferenciada os países da periferia semi-industrializada, como o Brasil. As soluções adotadas em nosso país como resposta aos condicionamentos da terceira revolução industrial e tecnológica, bem como aos problemas da globalização, como outra face do mesmo ciclo de mudanças no sistema econômico internacional, assim como pela chamada flexibilização, atingiram de forma ainda mais decisiva as economias periféricas já fragilizadas pelas restrições da crise de endividamento e pelos processos tendencialmente hiperinflacionários.

Combinamos em nosso cotidiano social questões estruturais da exclusão e da desigualdade social, do desemprego derivado do impacto da reestruturação defensiva ou espúria e dos efeitos das restrições ao crescimento que se generalizam na economia internacional. Vivemos as dificuldades das economias que responderam aos problemas de financiamento do investimento e aos desafios macro-econômicos, ligados ao quadro de competição global, através de adesão aos parâmetros de ajustamento - onde as medidas de estabilização combinam controle cambial, restrição ao gasto social, desregulamentação, privatização e abertura comercial.

Caído por terra o modelo de industrialização substitutiva, os critérios de adesão ao sistema internacional atingem fortemente o emprego formal e acentuam tendências ligadas à desregulamentação de direitos sociais e à informalização, afora os mecanismos de realocização e a adoção de tecnologias poupadoras de mão-de-obra.

Temos um cenário onde a terceirização e a terciarização se entrelaçam com processos já em curso e desafios modernos ligados à introdução de novos atores no mercado de trabalho. Problemas de qualificação profissional, aspectos culturais e antropológicos relativos às mudanças na composição da força de trabalho e nos sistemas jurídico-contratuais (tais como as formas de trabalho temporário).

Daí que, talvez apressadamente, possamos organizar as contribuições desse número como portadoras de interpretações e diagnósticos de processos ligados: 1) Ao mercado de trabalho, particularizando as questões do trabalho feminino e da qualificação profissional num contexto de transição de paradigma empresarial e técnico-produtivo. 2) Questões de capacitação, que se entrelaçam com problemas culturais de difusão e resposta aos desafios do caráter desigual da distribuição do potencial inovador das relações sociais de produção e das tecnologias de processo e produto em mercados segmentados pelo nosso desenvolvimento historicamente desigual. 3) Mas também chamamos a atenção para a presença dos temas ligados à economia popular e às formas de solidariedade social entre os excluídos na construção de alternativas. Questão que marca um debate ligado a experimentos em curso no país e que já exigem uma conceituação adequada e começam a encontrar seus porta-vozes.

Preocupados em garantir a diversidade de enfoques de atores qualificados, buscamos contribuições de atores da área sindical e governamental para dar um sentido mais plural aos temas abordados. Esperamos, com nossas escolhas, contribuir para construir muitas convergências e identificar tendências sem perder de vista a diversidade e a diferença dos vários enfoques dos desafios do mundo do trabalho em mutação.

Por fim, esperamos que as mudanças editoriais e gráficas que vêm sendo realizadas pela equipe de **Proposta** continuem a merecer de nossos leitores e assinantes o reconhecimento de que fomos merecedores pelas novas assinaturas de que recebemos no final de 1996.

Marcos Zarahi



ECONOMIA SOLIDÁRIA: geração de renda e alternativa ao liberalismo

Paul Singer*

Jaime Silva



* Paul Singer
Professor de macroeconomia da
Universidade de São Paulo (USP)

1. ACUMULAÇÃO E GERAÇÃO DE RENDA

Cada posto de trabalho, seja ele assalariado ou por conta própria, exige uma acumulação prévia de “capital” no sentido vulgar de meios de produção e de subsistência, produzidos antes que o trabalho em questão dê algum fruto. Esta talvez seja a lei mais geral da ocupação e que governa o montante de postos de trabalho disponíveis em qualquer economia nacional em determinado período de tempo. Para produzir, qualquer um precisa de ferramentas, equipamentos, estoques de bens a serem processados ou prontos para serem vendidos e dinheiro para se sustentar até que o trabalho renda o suficiente para prover o sustento do trabalhador e seus dependentes. Isso vale para a agricultura, indústria, comércio e serviços de toda espécie, inclusive os públicos.

A saga de Robinson Crusoe ilustra o alcance desta lei. O pobre náufrago, que alcança a terra firme com pouco mais que a roupa do corpo, precisa iniciar sua acumulação “original” o que exige o sacrifício de todo consumo que não o mais essencial. Só depois que Robinson se mune de ferramentas e reservas de provisões, ele pode pensar em melhorar seu padrão de vida. Na sociedade moderna, o patamar mínimo de acumulação original é um pouco melhor, graças ao seguro-desemprego e outras transferências que permitem a náufragos sociais recomeçar com um “capital” mínimo. Mas, grande parte dos que não têm acesso aos meios de produção socialmente acumulados por firmas ou governos fica marginalizada em ociosidade ou semi-ociosidade, à espera de uma futura oportunidade de se reintegrar ao “emprego”. O isolamento social e a falta de organizações de suporte à auto-acumulação explicam a grande e crescente proporção de pessoas aptas e desejosas de trabalhar que ficam relegadas ao limbo do “desemprego”.

A geração de postos de trabalho no capitalismo contemporâneo deve-se basicamente a três acumuladores: o Estado, o capital e o autônomo. Outros acumuladores são ainda as famílias (que empregam domésticos), as entidades sem fins lucrativos e os empreendimentos coletivos, mas, por enquanto, a sua participação na geração de postos de trabalho é relativamente limitada. Vejamos resumidamente que leis regem a acumulação estatal, a acumulação capitalista e a acumulação autônoma.

No Brasil, a enorme concentração da renda deveria permitir ao Estado captar uma parcela maior do excedente social mediante a tributação da minoria rica.

A acumulação estatal gera um volume restrito de empregos diretos, que depende do montante e orientação do gasto público. A maior parte deste emprego está na prestação de serviços de consumo coletivo como educação, saúde e segurança. A demanda por estes serviços é muito grande e com a urbanização cresce fortemente, mas os recursos de que dispõe o Estado (União, estados e municípios) são insuficientes para atendê-la. No Brasil, a enorme concentração da renda deveria permitir ao Estado captar uma parcela maior do excedente social mediante a tributação da minoria rica.

Mas, politicamente esta possibilidade está por enquanto excluída. Predomina no país o paradigma liberal que o Estado é ineficiente e corrupto, que a receita tributária é apropriada por marajás e desperdiçada em gastos que só favorecem clientelas. As entidades empresariais conseguiram convencer a opinião pública de

que o Brasil tem excesso de impostos e que é preciso reduzir o chamado “custo Brasil”, isentando as exportações de qualquer tributo, o que reduziu ainda mais a acumulação estatal. Para reduzir o déficit público, os governos dos três níveis estão cortando suas folhas de pagamento e portanto diminuindo o número de postos de trabalho.

A acumulação capitalista é responsável, no Brasil, por quase metade dos postos de trabalho. A empresa capitalista acumula tendo em vista três grandes finalidades: 1. ampliar a produção para vender mais e lucrar mais; 2. aumentar a produtividade, de modo a obter a mesma produção com custo menor; e 3. lançar produtos novos ou aperfeiçoados. A ampliação da produção implica em aumento do emprego e o mesmo vale para o lançamento dos novos produtos. Mas, a acumulação para o aumento da produtividade tem efeito oposto: mediante, em geral, tecnologia superior, a mesma produção é alcançada com menor número de empregados. Conforme o peso de cada modalidade de acumulação, o efeito total tanto pode ampliar como contrair o volume de emprego.

A acumulação que visa ampliar a produção e lançar novos produtos depende da dinâmica do consumo, tanto interno quanto externo. As perspectivas de expansão das exportações são fracas porque o Plano Real neutraliza pressões inflacionárias mediante importações barateadas por um dólar desvalorizado em relação à moeda nacional. Desde julho de 1994, o Plano Real fez as importações crescerem muito mais do que as exportações, o que implicou numa transferência ao exterior de centenas de milhares de postos de trabalho.

O consumo interno, por sua vez, é função dos novos produtos e da repartição da renda. Novos produtos começam a ser adquiridos pela cama-

da de renda alta, que tem recursos para gastar com novidades. No Brasil, os 10% que têm os rendimentos mais elevados se apoderaram de cerca de 50% da renda familiar total. A inovação e o aperfeiçoamento de produtos de consumo induz esta camada a ampliar o seu gasto, o que motiva as empresas a investir, gerando mais postos de trabalho. Mas, ultimamente esta indução ao consumo não tem sido forte, ao menos se comparada ao impacto da instalação da indústria automobilística em nosso país nos anos 50 e 60 e do barateamento das viagens internacionais mais recentemente. Nos últimos anos, só o computador pessoal apresenta intensa expansão de vendas e, como sabemos, uma andorinha apenas não faz verão...

Se fosse possível repartir melhor a renda, transferindo parte dela deste décimo de privilegiados à base da pirâmide, onde se encontram os que não ganham sequer o suficiente para satisfazer as necessidades básicas, haveria um aumento do consumo equivalente à elevação do rendimento dos pobres. O que induziria as empresas capitalistas a acumular para expandir a produção, com aumento proporcional do emprego. Infelizmente, a redistribuição da renda foi apagada da agenda social do país. Pior, as reformas da previdência e da legislação do trabalho, propostas pelo governo, visam eliminar direitos que elevam a renda de aposentados e trabalhadores; se aprovadas, o seu efeito será concentrar a renda e deprimir o consumo.

Ultimamente, em função da estabilização dos preços, houve alguma melhora no poder aquisitivo das camadas de baixa renda, o que permitiu expansão do consumo e conseqüente queda do desemprego. Infelizmente, não há qualquer perspectiva de continuidade da redistribuição de renda e do aumento do consumo. A lógica do Plano Real exige crescimento limitado do consumo para não agravar o desequilíbrio das contas externas. Em março de 1995, o governo federal arrojou o crédito para sufocar a expansão do consumo. Ele só suspendeu o arrocho mais de um

ano depois, o que permitiu nova e moderada retomada do consumo, acompanhada por elevação do déficit externo em conta corrente. Se este se intensificar, haverá novas medidas para conter o consumo.

A informatização bancária e a difusão do auto-serviço nos estabelecimentos varejistas de grande porte também têm causado extensa eliminação de postos de trabalho.

Além disso, a abertura do mercado interno está forçando a indústria a acelerar ao máximo os investimentos para elevar a produtividade e desta forma competir com os produtos importados. O resultado tem sido um corte selvagem de postos de trabalho nas indústrias. A informatização bancária e a difusão do auto-serviço nos estabelecimentos varejistas de grande porte também têm causado extensa eliminação de postos de trabalho.

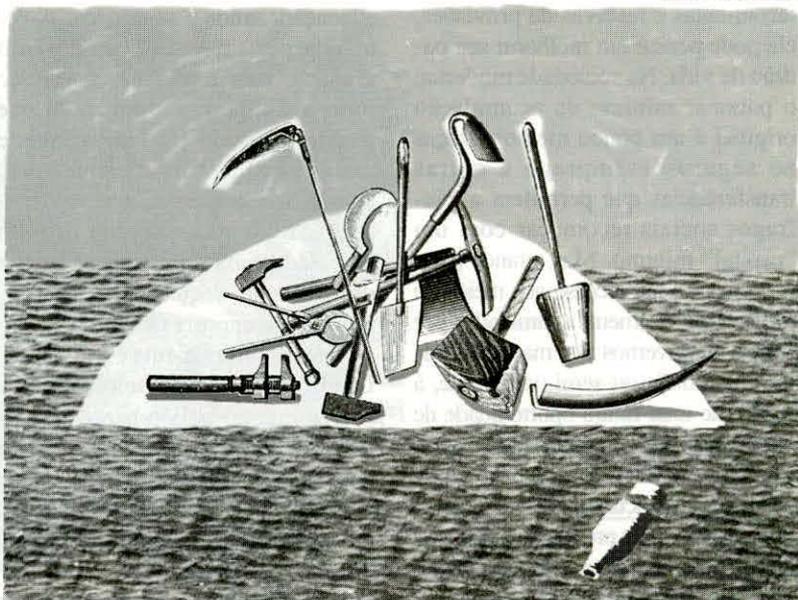
Não parece haver dúvida que o Plano Real estimulou sobretudo a acumulação para aumento da produtividade, do que resulta uma tendência ao decréscimo do emprego capitalista.

A acumulação autônoma é a única que se rege pela oferta da força de trabalho. Na empresa familiar, o número de herdeiros é um motivador importante para eventual expansão do estabelecimento. Por isso, no mundo inteiro e ultimamente no Brasil também, o setor autônomo - a produção simples de mercadorias - é a grande esperança para absorver produtivamente o contingente humano que o aumento de produtividade e a globalização vêm expulsando das empresas capitalistas. Os governos estão cada vez mais destinando recursos à reprofissionalização de desempregados e à provisão de capital inicial para que possam se estabelecer por conta própria.

Esta opção é viabilizada também pelo valor relativamente pequeno do capital necessário para gerar um posto de trabalho por conta própria. E o grande capital, hoje em dia, interessa-se também pelo crescimento da produção autônoma, como compradora de seus serviços. Grandes empresas têm "terceirizado" parte de suas atividades, despedindo os empregados que as executavam e passando a comprar os produtos ou serviços de produtores autônomos ou cooperativas, pequenas empresas, etc..

Infelizmente, as esperanças de que

Marta Strauch



a produção simples de mercadorias possa absorver parcela significativa do desemprego têm sido frustradas. Os mercados em que autônomos podem competir são poucos, limitados aos produtos que, pela sua natureza, não podem ser padronizados e, portanto, não proporcionam vantagens à produção em grande escala. Estão neste caso o cultivo de hortaliças e frutas, a criação de pequenos animais, a montagem manual de brinquedos, a confecção de roupas, a venda de produtos de valor alto (joalherias, boutiques, antiguidades...), além de alguns serviços de reparação, educação, saúde e entretenimento. O resto é o "setor informal", composto por atividades semi-legais, extremamente precárias e que deixam os seus produtores numa penumbra entre a marginalidade social e a superexploração do trabalho familiar a domicílio.

A maior parte dos desempregados que tentam gerar renda pelo trabalho autônomo ou fracassa e perde o capital inicial que investiu ou fica na penumbra. A proporção dos que têm sucesso é tão pequena menos pelas insuficiências dos novos microempresários do que pela saturação dos mercados em que tentam ganhar a vida. Na época atual, a expulsão de numerosos trabalhadores das empresas capitalistas e das repartições públicas não pode deixar de suscitar um excesso de oferta nos mercados em que predomina a pequena produção autônoma. Nestes mercados, os milhões de excluídos do setor formal competem por uma clientela limitada.

Isso não aconteceria se a totalidade da economia fosse formada por produtores autônomos, pois, neste caso, cada novo produtor seria *ipso facto* um consumidor adicional. Mas, o que prevalece na economia global é o grande capital, que domina a grande indústria, a grande agricultura, o grande comércio, as finanças, etc.. A maior parte da renda ganha na produção autônoma é gasta com produtos do grande capital, de modo que o limite da expansão

A vantagem decisiva da grande empresa sobre a pequena é provavelmente a possibilidade de desenvolver novas técnicas de processo e novos produtos para o conjunto das unidades integradas, por dispor das informações e dos conhecimentos que estariam dispersos e seriam inacessíveis em função do segredo comercial, se cada unidade fosse uma microempresa em concorrência com as demais.

daquela produção é dado pelo crescimento de um resíduo da procura total, que se volta aos seus produtos.

Em suma, a exclusão social aumenta nesta etapa da evolução do capitalismo em função de três tendências básicas: contração do emprego público, contração do emprego nas empresas capitalistas e crescimento muito menor da demanda pela produção autônoma do que seria preciso para integrar nesta os expulsos do setor estatal e capitalista.

2. ECONOMIA SOLIDÁRIA, UMA ALTERNATIVA NÃO-CAPITALISTA

A fragilidade da produção autônoma reside em sua pequenez e isolamento. O fato dela ser "autônoma" já implica em dimensões reduzidas e interrelacionamento apenas mediante intercâmbio no mercado. Este caráter da produção autônoma restringe brutalmente o acesso a tecnologias que exigem mais inves-

timento e mais produção; ela exclui também a produção autônoma dos setores em que a "mão visível" da gerência integra mais eficientemente atividades especializadas do que a "mão invisível" da concorrência no mercado. Isso fica mais claro à luz do fato de que a grande empresa típica é algo como uma coleção de pequenas empresas, articuladas administrativamente. Qualquer grande indústria - montadoras de automóveis, aviões, navios ou "desmontadoras", como a petroquímica, os frigoríficos, etc. - congrega grande quantidade de unidades produtivas complementares, constituindo uma cadeia produtiva inteira ou um segmento importante da mesma. Cada unidade se insere no todo sem as incertezas e os custos de transação com que arcariam se fossem comprar e vender isoladamente em mercados competitivos.

A vantagem decisiva da grande empresa sobre a pequena é provavelmente a possibilidade de desenvolver novas técnicas de processo e novos produtos para o conjunto das unidades integradas, por dispor das informações e dos conhecimentos que estariam dispersos e seriam inacessíveis em função do segredo comercial, se cada unidade fosse uma microempresa em concorrência com as demais.

Para o desenvolvimento destas técnicas e produtos é preciso conhecer a situação dos mercados de consumo final - preferências e motivações dos consumidores - e as peculiaridades de cada etapa do processo produtivo, inclusive dos avanços tecnológicos em gestação. Tudo isso evidentemente está fora do alcance da pequena empresa isolada.

Mas, é possível organizar a produção em grande escala sem ser pelo molde do grande capital. Um exemplo clássico é a cooperativa de produção e de consumo. Há também experiências ainda mais coletivistas, como o movimento kibutziano em Israel. De uma forma geral, é possível e necessário encontrar formas de quebrar o isolamento da pequena e micro-empresa e oferecer-lhe pos-

sibilidades de cooperação e intercâmbio, que aumentem suas probabilidades de êxito. O nome genérico que damos a esta nova forma de organização econômica é economia solidária. A idéia básica é, mediante a solidariedade entre produtores autônomos de todos os tamanhos e tipos, assegurar a cada um mercado para seus produtos e uma variedade de economias externas, de financiamento a orientação técnica, legal, contábil, etc..

A questão do mercado é quase sempre crucial para os novos produtores autônomos, pois não são conhecidos e em geral não dispõem de clientela já formada. Atuando em mercados já saturados, como vimos, a concorrência avilta os preços, tornando muito difícil sua sobrevivência. Dadas estas dificuldades, a solidariedade é a solução racional: um conjunto de produtores autônomos se organiza para trocar seus produtos entre si, o que dá a todos e a cada um maneira de escoar a produção sem ser de imediato aniquilado pela superioridade dos que já estão estabelecidos.

Um exemplo interessante é o LETS [*Local Employment and Trading System* - sistema local de emprego e comércio], criado no início dos anos 80 em *British Columbia* (Canadá) por Michael Linton. Um LETS, como diz o nome, é um sistema que congrega produtores em âmbito local para intercambiarem seus produtos mediante crédito mútuo. O LETS publica periodicamente listagens dos produtos que os associados oferecem e dos bens e serviços que eles demandam. Isso facilita extraordinariamente o intercâmbio entre os membros, que passam a conhecer melhor o seu mercado, facilitando sua adaptação a ele.

Todas as compras e vendas entre

associados são a crédito, sendo as contas correntes registradas num micro-computador. Cada transação dá lugar a um crédito na conta do vendedor e um débito para o comprador. Na medida em que os associados intensificam o seu intercâmbio, novos débitos e créditos se somam aos anteriores e ao mesmo tempo se compensam. Um membro que vendeu a outros, digamos num mês, tanto quanto adquiriu dos mesmos ou de outros

serem substituídas; Amy também adquire um tratamento de acupuntura de John por 40 dólares verdes mais 10 dólares oficiais; e Amy ao tomar conhecimento pela listagem que Harold está interessado em comida caseira, vende-lhe dois filões de pão e um saco de hortaliças por 15 dólares verdes. A sua conta corrente em dólares verdes terá um débito total de 70 e um crédito de 15, o que dá um déficit (saldo negativo) de 55. Neste

momento, Amy deve, não a Sarah e a John, mas ao LETS como um todo, 55 dólares verdes. Ela os pagará vendendo seus produtos a quaisquer associados que os desejem.

Está claro que o LETS viabiliza os negócios de Amy, Sarah, John e Harold ao se darem mutuamente crédito e preferência. Quanto maior o quadro associativo do sistema, maior é o mercado preferencial para cada associado e maior a probabilidade de cada um de poder vender sua produção e com isso "pagar" suas compras no sistema. O maior LETS, quando Greco redigiu seu livro, era o de Auckland, na Nova Zelândia, com mais de 2.000 associados. Estes sistemas estão se difundindo rapidamente pelos países de língua inglesa. Havia 120 na Grã Bretanha, 160 na Austrália, 60 na Nova Zelândia, 20 no Canadá, 20 na Irlanda e 10 nos Estados Unidos em

termina com saldo zero. O importante é que produziu e consumiu sem precisar fazer pagamentos em dinheiro oficial.

Um exemplo fictício, dado por Thomas Greco¹, é o seguinte: Amy, que acabou de se associar ao LETS, manda regular o seu carro por Sarah, por 30 dólares "verdes" (moeda interna ao LETS) e mais 20 dólares oficiais para cobrir o custo das peças a

fins de 1993. É provável que, hoje, sejam muito mais, pois o desemprego vem se agravando em muitos destes países e o sistema local de emprego e comércio é uma resposta a ele.

Os LETSs não organizam apenas produtores individuais, mas aceitam

(1) **New money for healthy communities** [Nova moeda para comunidades], Tucson, 1994 donde extraí as informações sobre esta experiência..

Marta Strauch



também empresas, cooperativas e outros tipos de organização e tendem a formar associações nacionais. Sendo uma experiência relativamente nova, os sistemas locais devem estar desenvolvendo novas formas de cooperação entre associados e o mesmo deve estar se dando entre sistemas de localidades distintas. Um governo estadual australiano destinou verba orçamentária para difundir os LETSs como forma de combater o desemprego.

Um ponto provavelmente delicado é a possível permanência por longos períodos de saldos negativos e positivos, sobre os quais atualmente os LETSs não cobram nem pagam juros. Apenas exercem certa pressão moral sobre os membros, ao divulgar os seus saldos periodicamente. Enquanto o sistema for estritamente comunitário, com todos os membros se conhecendo pessoalmente, talvez isso baste. Mas, quando o sistema atingir dimensões grandes, será necessário adotar normas mais impessoais e provavelmente cobrar e pagar juros sobre saldos, para que haja incentivos para equilibrá-los.

No caso do LETS, a moeda comunitária é puramente escritural, igual à que os bancos emitem para os clientes. Thomas Greco relata também outras experiências, em que a moeda comunitária é papel-moeda. Uma das mais interessantes é a de Paul Glover, que emite em Ithaca, no estado de Nova York (onde se encontra a Universidade de Cornell), uma nota chamada *Hour* (hora) e que deve representar o valor de uma hora de trabalho, por enquanto equivalente a 10 dólares. Glover publica um tablôide em que traz notícias locais e anúncios de produtos ofertados e procurados, a serem pagos em Horas. Os anúncios podem ser pagos em Horas ou dólares. Cada anunciante recebe como prêmio 4 Horas (equivalentes a 40 dólares) e é encorajado a gastá-los.

O projeto foi lançado em novembro 1991 e, dois anos depois 4.200 Horas já tinham sido emitidas e estavam circulando entre 800 participantes. A nota de uma Hora é uma paródia da de 1 dólar e traz no verso:

“Tempo é dinheiro. Esta nota dá direito ao portador de receber uma hora de trabalho ou seu valor negociado em bens ou serviços. Por favor, aceite-a e depois gaste-a.” E em letra menor: “As Horas de Ithaca estimulam a economia local ao reciclar nossa riqueza localmente e elas ajudam a financiar a criação de novos postos de trabalho. As Horas de Ithaca são lastreadas em capital real: nossas habilidades, nossos músculos, nossas ferramentas, florestas, campos e rios.” Transcrevi os dizeres da nota de Paul Glover não porque sejam curiosos, mas porque exprimem proposições racionais e factíveis.

**Na realidade,
seria possível ter pouco
desemprego e pouca
inflação ao mesmo tempo,
se a sociedade fosse
organizada para exercer
controle sobre os mercados
e impedir que as
pressões inflacionárias se
materializem.**

O dinheiro nacional é emitido pelo Estado e sua quantidade é cuidadosamente limitada para evitar inflação. O resultado é que *o volume de moeda e de crédito é insuficiente para circular todo potencial produtivo da população*. No capitalismo contemporâneo, praticamente todos os governos, ante o dilema de desencadear pressões inflacionárias ou provocar desemprego, optam pelo segundo. O resultado é que as taxas de desemprego estão subindo e as de inflação baixando. Na realidade, seria possível ter pouco desemprego e pouca inflação ao mesmo tempo, se a sociedade fosse organizada para exercer controle sobre os mercados e impedir que as pressões inflacionárias se materializem.

Mas, esta possibilidade está momentaneamente descartada pela vaga liberal, que rejeita qualquer controle social dos mecanismos de mercado.

O que as experiências de organi-

zação da produção autônoma mediante crédito mútuo estão mostrando é que a política recessiva de moeda e crédito pode ser anulada em alguma medida por iniciativas locais. Estas experiências em sua maioria são recentes e restritas. Para enfrentar a política recessiva no plano nacional e lograr uma redução significativa do desemprego, a luta pela organização dos excluídos terá que alcançar o plano político. Será preciso eleger governos municipais, estaduais e federal que dêem prioridade ao combate ao desemprego através do apoio concreto a todas formas de economia solidária. Mas, antes, será necessário reforçar e multiplicar as iniciativas surgidas no seio da sociedade civil para que a proposta de economia solidária ganhe visibilidade e possa atrair apoio das forças que se opõem à exclusão social.

Um exemplo importante da interação entre luta política e iniciativas das bases são as empresas auto-geridas pelos trabalhadores, que recentemente se organizaram no Brasil na ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores das Empresas Auto-geridas).

O seu modelo são os ESOPs (*Employee stock ownership plans* - Planos de participação dos empregados no capital das empresas) que vêm se multiplicando nos Estados Unidos desde 1974, quando foi aprovada lei concedendo incentivos fiscais às firmas que abrissem seus capitais à participação de seus trabalhadores. Dez anos depois, 7.000 empresas, empregando cerca de 10% de toda força de trabalho do país, tinham se tornado propriedade parcial de seus empregados. Cerca de um quarto destas empresas, empregando 90% dos empregados beneficiados por ESOPs, tinham uma participação minúscula dos mesmos em seu capital.

A intenção do Senador Russel Long ao propor incentivos aos ESOPs era democratizar a propriedade do capital, até então fortemente concentrada nas mãos de 0,5% da população possuidora, em 1976, de cerca de metade de

todo capital acionário do país². Mas, a crise industrial que acometeu os EUA revelou uma outra utilidade dos ESOPs: a de evitarem o fechamento de fábricas. Quando empresas chegam a um estado prefalimantar, o seu fechamento puro e simples representa prejuízo total ou quase para os proprietários. Uma forma de diminuir o prejuízo é vender a firma aos empregados, com o uso do fundo de pensões, ou doar-lhes o patrimônio em troca do débito trabalhista. Nos EUA, a legislação favorável aos ESOPs facilitou a transferência de empresas aos empregados, que passam a operá-las em regime de autogestão, evitando a perda dos empregos!

Em nosso país, não há legislação de apoio à compra de empresas pelos empregados, mas nem por isso elas deixam de acontecer. A crise industrial que acometeu o Brasil, particularmente nos anos 90, após a abertura do mercado interno, levou inúmeras empresas à falência ou quase e um certo número delas acabou passando à propriedade total ou parcial de seus empregados para não fechar. Em 26/2/97, a **Folha de S.Paulo** noticiou que “a Cristais Hering passou a semana passada o controle da empresa para seus funcionários. Com dívidas e sem conseguir pagar os salários desde dezembro (somente 50% foram pagos na última 6ª. feira), a empresa decidiu que esta seria a melhor alternativa para evitar maiores reduções do quadro de empregados. A Cristais Hering funciona atualmente em co-gestão, já que manteve 49% do controle. ‘Como a empresa é artesanal, se a mão-de-obra participar da gestão da empresa, a chance de aumentar a produtividade é maior’, afirma Johni Koch, presidente. Ele diz que desde quarta-feira, quando começou a co-gestão, a produção já aumentou de 7.000 para dez mil peças/dia” (p.2-16).

As empresas oferecidas aos trabalhadores em geral apresentam graves carências: defasagem tecnológica, equipamento desgastado, falta de competitividade geralmente em relação a produtos importados etc.. A auto

Por isso,
os trabalhadores das
empresas autogeridas
criaram a ANTEAG,
que as assessora
e prepara para ter
sucesso na luta
concorrencial.

Atualmente, cerca de 20
empresas autogeridas
estão filiadas à
ANTEAG, que recebe
continuamente novos
pedidos para preparar
projetos de autogestão
de empresas que ou
serão assumidas pelos
trabalhadores ou serão
liquidadas.

ou co-gestão não é uma panacéia, que resolve todas as dificuldades, embora seja verdade generalizável o dito pelo presidente da Cristais Hering: quando os trabalhadores administram a empresa, a produtividade aumenta. É preciso dotar a auto ou co-gestão de grande criatividade e eficiência para que a empresa consiga superar os óbices que ameaçam sua existência, o que não é fácil dada a inexperiência gerencial dos trabalhadores. Por isso, os trabalhadores das empresas autogeridas criaram a ANTEAG, que as assessora e prepara para ter sucesso na luta concorrencial. Atualmente, cerca de 20 empresas autogeridas estão filiadas à ANTEAG, que recebe continuamente novos pedidos para preparar projetos de autogestão de empresas que ou serão assumidas pelos trabalhadores ou serão liquidadas.

Esta forma de luta contra o desemprego tem muitos pontos em comum com a organização de produtores autônomos (e empresas capitalistas ou coletivas) em sistemas de crédito mútuo e comércio recíproco. O principal deles é a prática da solidariedade em lugar da competição. Na empresa auto-gerida, a preservação

dos postos de trabalho substitui a lucratividade como objetivo máximo. Os trabalhadores-gestores se dispõem a fazer sacrifícios, eventualmente abrindo mão de salários mais elevados, para que todos possam continuar trabalhando. Na empresa capitalista, os empregados por suposto competem por promoções, prêmios de produção, lugares de chefia. Na empresa auto ou co-gerida a confiança mútua e a ajuda mútua são vitais para recuperar a competitividade, não há possibilidade de alguns se beneficiarem em detrimentos de outros.

Os mesmos princípios se aplicam a cooperativas e a sistemas de emprego e comércio (como o LETS). Nestes últimos, o ganho de cada membro depende diretamente do ganho dos outros: quanto maior for o número de membros, quanto maior e mais diversificada for a sua produção, quanto maior o fluxo de compras e vendas, tanto maior será a chance de sucesso de cada produtor individual associado ao sistema. Este fato fica logo claro e induz à solidariedade entre os membros. Ao contrário do mercado capitalista, em que a quebra de um concorrente aumenta a clientela potencial dos demais, num LETS, a quebra de um membro reduz a clientela e o quadro de fornecedores dos demais.

3. A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA LUTA CONTRA O DESEMPREGO E NA COMPETIÇÃO SISTÊMICA

O capitalismo está atualmente passando por uma ampla transformação das relações de produção, desencadeada pela desindustrialização e pelo desassalariamento. O aumento brutal do desemprego é a primeira consequência. Mas, todos

(2) Estas informações provêm de J. Logue, J. B. Quilligan e B. J. Weissmann, **BUYOUT Employee ownership as an alternative to plant shutdowns: the Ohio experience** (BUYOUT - Participação dos empregados na propriedade como alternativa ao fechamento de fábricas: a experiência de Ohio), Kent, Ohio, Kent Popular Press, 1985. A palavra “buyout” significa a compra da participação no capital de outros sócios.

compreendem ou ao menos intuem, que este desemprego não é conjuntural, temporário, transitório. A grande empresa capitalista, mergulhada em mercados globalizados, se defende pela reestruturação. Dela resulta que apenas uma minoria de trabalhadores, que ocupa os lugares mais elevados da hierarquia ou que detém qualificações raras, continuará usufruindo plenamente da condição de empregado. A maioria se divide em duas partes: uma terá um novo relacionamento com a empresa, como fornecedor eventual ou sub-contratado ou ainda como trabalhador temporário; a outra será descartada.

Nesta situação, a luta clássica contra o desemprego, através da redução da jornada de trabalho, é extraordinariamente difícil, embora não deva nem possa ser abandonada. É que, durante o processo de reestruturação, a redução da jornada encarece o emprego assalariado, induzindo muitas empresas a optar por formas mais baratas

e mais precárias de adquirir força de trabalho. Se isso ocorrer, o efeito da redução da jornada poderá ser perverso pois reduzirá o emprego assalariado formal em lugar de expandi-lo. O movimento operário necessita encontrar outras estratégias de luta contra o desemprego e a exclusão social, inclusive para restabelecer no mercado formal de trabalho um equilíbrio menos desfavorável entre oferta e demanda.

A construção da economia solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar as bases de novas formas de organização da produção à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos que esperam em vão um novo emprego a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria, individual ou coletivamente. O excesso de oferta de força de trabalho solapa

as organizações sindicais e confere aparente credibilidade à tese liberal de que todas as conquistas legais de direitos trabalhistas causam a diminuição da demanda por trabalho assalariado. Eliminado este excesso, os sindicatos poderão recuperar representatividade e poder de barganha.

Este é o argumento tático a favor da economia solidária. Mas, a ele se adiciona outro, de longo alcance. Se a economia solidária se consolidar e atingir dimensões significativas, ela se tornará competidora do grande capital em diversos mercados. O que poderá recolocar a competição sistêmica, ou seja, a competição entre um modo de produção movido pela concorrência intercapitalista e outro movido pela cooperação entre unidades produtivas de diferentes espécies, contratualmente ligadas por laços de solidariedade. Sem guerra-fria, sem ameaça atômica, os homens voltarão a poder escolher e experimentar formas alternativas de organizar sua vida econômica e social.

A atuação junto aos movimentos populares e entidades não-governamentais de Jean-Pierre Leroy permitiu-lhe extrair da experiência bem sucedida do Fórum de Rondônia aquilo que pode ser generalizado para outros movimentos semelhantes. **Fóruns** tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento de um novo tipo de organização democrática da sociedade civil.



É uma cartilha que se dirige principalmente àqueles que na prática estão construindo esta nova forma de fazer uma política cidadã.

Onde adquirir : Fase Nacional - Rua das Palmeiras, 90 - Botafogo - Cep 22270-070
Tel : (021) 286 1441 Fax: (021) 286 1209

Marcos Zarahi



TRABALHO EM TEMPOS DE NOVAS TECNOLOGIAS: velhos e novos desafios

Liana Maria da Frota Carleial*

Marcos Zarahi



* Professora doutora do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná

Introdução

O comportamento contemporâneo da economia mundial, notadamente o da indústria de transformação, não deixa dúvidas quanto ao movimento de ajuste implementado como resposta à quebra das condições econômicas, políticas e sociais estabelecidas após a Segunda Guerra Mundial. A redução do ritmo de crescimento da produtividade e lucratividade das atividades industriais, a ruptura das regras institucionais que vigiram por todo o longo período do pós Segunda Guerra Mundial (Boyer, 1988), a intensificação do movimento sobre as fronteiras nacionais de bens, serviços e capital, ou seja, a globalização (Storper, 1994), uma significativa mudança nos padrões de demanda, que se torna mais exigente e diferenciada, associados a uma profunda revolução tecnológica - ancorada na incorporação da microeletrônica - nos processos produtivos são os elementos fundamentais do novo cenário.

Assim, a crise em que mergulhou os países desenvolvidos nos anos 70, deixou de lição uma questão clara. Amplia-se o quadro de incerteza com o qual se depara cada unidade de produção ao tomar suas decisões o que impõe uma busca cada vez mais insistente das firmas por flexibilidade, liquidez e agilidade. É exatamente o aproveitamento das potencialidades tecnológicas e organizacionais que a revolução tecnológica em curso oferece que possibilita o rearranjo.

O objetivo deste artigo é, a partir das transformações de natureza produtiva e tecnológica, discutir as implicações sobre o mercado de trabalho e os desafios que se colocam para a sua melhor apreensão. Os desafios são de várias ordens; aqui destacaremos o desafio intelectual para a compreensão dessa fase do capitalismo contemporâneo e o técnico referente ao encaminhamento das medidas de políticas necessárias para uma melhor convivência com esse quadro. Tais desafios são maiores quando a nossa realidade mais próxima é um

país com as características brasileiras de subdesenvolvimento, profunda concentração de renda, dependência tecnológica e ausência de um sistema de seguridade social. O artigo está estruturado em três partes além desta introdução. Na seguinte apresentamos as mudanças técnico-produtivas, na segunda tratamos dos seus efeitos sobre o trabalho e na última apontamos os principais desafios que nos instigam.

1. A natureza das mudanças tecno-produtivas

A atual fase do capitalismo contemporâneo vem sendo identificada como aquela de acumulação flexível cuja maior inspiração é o modelo Toyota de produção ou produção enxuta. Temos então a substituição do fordismo pela produção flexível, cujas características centrais, resumidamente, são:

O conjunto destas mudanças pressupõe a ação integrada de: mu-

QUADRO I

Características dos Paradigmas Tecno-econômicos	
Antigo Paradigma	Novo Paradigma
Intensivo em energia	Intensivo em informação
Grandes empresas	Desverticalização da Grande empresa/ Chances para pequenas empresas
Extenso Mercado de Trabalho	Reduzido Mercado de Trabalho
Produto Homogêneo	Produto Diferenciado
Mix estável de produtos	Mudanças rápidas no mix
Produto padronizado	Customização
Equipamentos especializados	Sistema de produção flexível
Habilidades especializadas	Multi-habilidades

Fonte: elaboração da autora a partir de Perez (1985).

danças nos equipamentos, dos dedicados para os flexíveis; mudanças organizacionais (técnicas japonesas: CQT, Just-in-time, kanban, qualidade total, etc.); mudanças nas relações com os fornecedores, subcontratação e mudanças na gestão da força de trabalho (maior participação, maior envolvimento, salário eficiência, multi-função). Para ganhar competitividade alia-se

permeiar toda a estrutura produtiva, revolucionando o núcleo do complexo industrial da microeletrônica e atingindo de forma diferenciada até mesmo os ramos tradicionais como as confecções e os calçados (Laplane, 1990).

Do ponto de vista da qualificação as exigências também se modificam, e as empresas passam a buscar um perfil educacional para o trabalhador

uso do conhecimento mais geral e abstrato se intensifica *vis a vis* a dos períodos anteriores, aonde o procedimento era meramente de tentativa e erro, e afirmam a "divisão inovativa do trabalho".

Esse conjunto de mudanças, como já ressaltado, é compatível com um comportamento diferenciado das empresas em função do setor produtivo em que se situa, dos padrões de

QUADRO II

Diferenças nas Habilidades Exigidas	
Antigo Paradigma	Novo Paradigma
Trabalho como custo variável	Trabalho como capital humano
O mercado treina	Intenso treinamento e retreinamento in-house
Função única e relação fixa com o equipamento	Multifuncionalidade e necessidade de conhecer o processo em detalhes
Disciplina - característica principal (c.p.)	Flexibilidade, solução criativa e cooperação (c.p.)

Fonte: Ferraz, Rush e Miles (1992;6) apud. Villela et alii.1994;10)¹

então, aos novos equipamentos, a extração das potencialidades oferecidas pela nova base técnica através dos meios organizacionais atualizados (Tauile, 1993: 8).

Há um relativo "afrouxamento" da gestão centralizada de grandes firmas integradas verticalmente, exigindo alterações na dimensão inter-firmas retratadas num movimento de externalização/terceirização da produção e dos serviços entre firmas mais especializadas. Às economias de escala internas à empresa, associam-se as economias de escopo e todo um conjunto de externalidades obtidas nas trocas produtivas (aprendizado e informação com outras empresas) de tal sorte a se obter unidades produtivas mais ágeis, com objetivos e planejamento partilháveis. Como dizem Morales e Quandt (1992) qualifica-se a concorrência: concorrência cooperativa.

Esse novo paradigma é capaz de

que também contemple uma boa formação básica. As necessidades de envolvimento, participação, interferência nos processos de trabalho vão exigir que esse trabalhador vá além da compreensão das normas de produção inerentes ao fordismo. As habilidades agora requeridas podem ser assim sumariadas:

As transformações nas exigências de qualificação são decorrentes de modificações concretas nos processos de trabalho, como já referimos anteriormente, que redundam em mudanças significativas na divisão do trabalho. Há autores argumentando que a lógica, hoje dominante, nos processos de trabalho passou de uma técnica para uma outra de competências e aprendizagem, sugerindo então, que temos uma "divisão cognitiva do trabalho" (Moati et Mouhoud, 1994). Na mesma linha Arora e Gambardella (1994) argumentam que as inovações contemporâneas se fazem mediante novas sistematizações, nas quais o

competitividade existentes, etc. A regra tem sido a heterogeneidade de práticas em qualquer ramo da produção. Não existe então um modelo único e a literatura tem apontado para o fato de que até mesmo em setores dinâmicos, como a indústria automotiva, podem ocorrer meramente mudanças na organização do trabalho sem uma ênfase significativa na incorporação de novas máquinas ou mudança de base técnica (Dedecca, 1995).

Mesmo que os estudos de caso e as evidências sobre esse processo tenham avançado significativamente em todo o mundo na última década, somos contemporâneos destas mudanças o que reflete a especificidade do momento, e evidencia que a resultante ainda não está completamente delineada. No entanto, o

(1) No Quadro II os títulos foram alterados para guardar consonância com os conceitos aqui utilizados. No texto original consta: produção em massa e especialização flexível

que há de comum é a busca por agilidade, flexibilidade, rapidez de resposta. A “flexibilidade” então se constitui na possibilidade concreta de se lidar com a incerteza.

2. Os impactos sobre o trabalho

Desde que ganhou importância a análise agregada na teoria econômica a discussão do trabalho foi submetida à da ocupação ou emprego. Em Carleial (1992) argumento que esta mudança no âmbito da teoria econô-

produção para um paradigma da comunicação, indicando que não seria mais possível pensar a sociedade capitalista através do trabalho e organização política dos trabalhadores e sim através da persuasão e comunicação.

A multiplicação dos efeitos da microeletrônica apenas exacerbaria tais interpretações. É interessante então, observar que muito mais do que a mera supressão do trabalho nos processos de trabalho industriais o que se assiste é uma mudança avassaladora na sua composição. Há uma brutal redução do trabalho vivo que é insistent-

aumento das várias formas de subemprego e desemprego.

Assim, todas as mudanças que ocorrem no mercado de trabalho têm uma única origem, ou seja: são as mudanças no núcleo central da economia, entendido como as grandes firmas, que se flexibilizam, se desverticalizam, se movem interpaís ou inter-regiões é que desencadeiam todas as demais mudanças (Carleial, 1997).

Como seria esperado essa reestruturação traz efeitos visíveis sobre o mercado de trabalho, alterando radicalmente suas características ante-



Amaury Queiroz

mica decorre da incorporação do trabalho como mero fator de produção tal como terra e capital, a partir da chamada análise marginalista. Desse modo também para o trabalho, o que passa a ser central, é o funcionamento de seu mercado. Assim, como dizia Gaudemar (1977) “os homens saíram da cena” no capitalismo e a teoria econômica apenas revela esse fato.

Do ângulo da ciência econômica toda a elaboração desenvolvida pela economia política clássica, de centralidade do trabalho na geração da riqueza capitalista, e a tentativa de desvendá-la a partir da teoria do valor trabalho, é substituída pela análise agregada dos níveis de emprego.

Para Offe (1989a) a substituição do trabalho pela questão da ocupação na abordagem sociológica é o começo da desarticulação dessa categoria analítica da sua posição central nas sociedades capitalistas². Já Habermas (1987) aponta a transição de um paradigma do trabalho e da

mente substituído pelo trabalho morto - máquinas, equipamentos, etc - representando a exacerbção da cientificação dos processos de trabalho. No entanto, este movimento se faz associado a um espriamento de pequenos negócios, empresas, trabalhadores a domicílio, etc., que, de fato, representam uma “nova” ordenação do capital - a subcontratação (Teixeira, 1993).

Se este argumento estiver correto o que nos aparece como redução dos postos de trabalho fabril não pode ser entendido sem a incorporação dos novos arranjos industriais/empresariais/ organizacionais que incorporam também força de trabalho. Ou seja, o trabalho não é suprimido é, ao invés disto, reposicionado na sociedade (expressão usada por Albuquerque e Paula (1993). O efeito concreto desse reposicionamento é a redução do emprego - entendido como relação assalariada clássica para a qual se exige um contrato entre capitalista e trabalhador - a proliferação de ocupações e o

riores e com sinais de irreversibilidade. As taxas de desemprego aberto nunca foram tão altas no mundo desenvolvido, mesmo na presença de crescimento econômico (Carleial, 1994). A característica, sempre presente nas revoluções tecnológicas anteriores, a redução do trabalho vivo nos processos de trabalho, é acentuada de forma significativa e atinge também as atividades comerciais e de serviços (toda a automação terciária: bancos, hotéis, etc.) Esta talvez seja a grande novidade inesperada na esteira da revolução tecnológica centrada na microeletrônica. Isto porque, historicamente, a cada revolução tecnológica importante, desde a máquina a

(2) A base para esta argumentação é de que o trabalho não é mais um dever e como necessidade de sobrevivência ela pode ser resolvida com um mero emprego muitas vezes, dissociado da formação, vocação, interesse do indivíduo, que lhe ocupe cada vez menos, a ponto do desemprego não poder mais ser visto como um atributo/escolha pessoal. Logo, o trabalho, a realização, e a ambição não desempenham mais um papel central como norma que integra e conduz a existência pessoal (Offe, op. cit. p. 14).

vapor, os impactos sobre emprego foram inevitáveis.

Nos países desenvolvidos a percepção deste momento tem tido interpretações teóricas relevantes. Para Gorz (1988), por exemplo, desta vez é possível pensar positivamente a partir das revoluções tecnológicas ou até mesmo do determinismo tecnológico. Neste momento tal revolução é libertadora. Ou seja, finalmente a tecnologia, na maioria das vezes, associada a resultantes sociais negativos, tais como a exclusão e o desemprego, poderia agora estar associada à libertação do homem dos grilhões do trabalho, isto porque o homem sempre precisou trabalhar submetido à racionalidade econômica do “quanto mais melhor” insuflado inclusive, pela ação sindical. No entanto, este momento é absolutamente singular. A tecnologia por requerer cada vez menos trabalho humano pode ser a chave dessa libertação desde que as sociedades capitalistas saibam gerenciar a jornada de trabalho de tal sorte a conferir essa liberdade³. Em Carleial (1994) desenvolveu uma série de críticas a essa postura pois as determinações continuam sendo do capital e os requerimentos de trabalho são dados pela máquina. Na Alemanha aonde a luta pela redução da jornada de trabalho tem sido mais exitosa evidenciam-se saídas localizadas, por empresa, evidenciando as dificuldades dessa alternativa como uma saída ampla e generalizada para a sociedade como um todo.

Aznar (1995) seguindo muito de perto a linha de interpretação de Gorz, argumenta que é necessário redistribuir o trabalho e o tempo liberado pela tecnologia.

A redistribuição do trabalho permitiria que os cidadãos participassem da criação coletiva de riqueza e a redistribuição do tempo liberado permitiria que todos trabalhassem menos, melhor e desenvolvessem suas potencialidades.

Enfim sugere duas vidas: uma através da qual se participa da socie-

dade e outra na qual o homem perterceria a si mesmo. A viabilização disto porém exigiria que “trabalhar menos” não significasse “ganhar menos”; logo, torna-se necessário que o rendimento passasse a ter dois componentes: o pago pelas empresas como remuneração de uma jornada menor e o pago pela sociedade para compensar a redução do anterior e garantir ao trabalhador o rendimento integral. A essa segunda forma Aznar chama de segundo cheque.

Aznar (1995) seguindo muito de perto a linha de interpretação de Gorz, argumenta que é necessário redistribuir o trabalho e o tempo liberado pela tecnologia.

Offe (1989b) ao interpretar a crise do desemprego no mundo capitalista contemporâneo aponta três saídas: a primeira delas, associada a uma posição ortodoxa de que o mero crescimento econômico levaria ao crescimento dos postos de trabalho; a segunda seria a retirada do mercado de trabalho de mulheres e migrantes e, finalmente, a terceira, a renda sem trabalho. A primeira delas pode ser vista como desautorizada pela realidade, na opinião do autor. A segunda, extremamente polêmica, evidencia o grau de dificuldades de sua implementação diante do avanço da participação feminina nos mercados de trabalho do mundo desenvolvido. Já a terceira pressupõe uma generalização de um certo “Estado do Bem Estar” bem como uma verdadeira “guerra” para se definir quem trabalha e quem não trabalha. Mesmo que todas as saídas acenem com graves problemas de implementação, elas evidenciam claramente o grau de dificuldades que estamos enfrentando nesta questão. É bom observar que mesmo nas saídas propostas para o mundo desenvolvido o Estado continua a ter um papel fundamental.

É sabido que tais autores desen-

volem uma análise eurocentrada, pensada para economias extremamente diferentes da nossa, fundamentalmente no que se refere ao trabalho enquanto elemento organizador da sociedade. E para um país subdesenvolvido como pensar as mudanças e os impactos sobre o trabalho?

3. Os velhos e novos desafios

Os desafios que se colocam a partir dessa realidade podem ser vistos em vários níveis. Aqui vamos priorizar dois deles: o intelectual e o técnico. O intelectual se define pela dificuldade de pensar e compreender uma sociedade capitalista organizada historicamente através do trabalho, na qual o homem continua precisando trabalhar para viver, mas a relação de emprego que demorou muito para se constituir, fragiliza-se fortemente e ampliam-se as diferentes formas de ocupação. Do ponto de vista social isto significa a própria crise da sociedade salarial com desdobramentos ainda desconhecidos.

As análises sobre o futuro do trabalho destacam por exemplo, a substituição da moral do trabalho pela cultura da atividade (Grane, 1996). Segundo o autor há uma impossibilidade de manutenção da ordem dos “Anos de Ouro” do capitalismo, alicerçada no trabalho assalariado. Assim vive-se um momento de mudança e transição no qual a atividade é uma das principais manifestações. A noção de impossibilidade de retorno ao pleno-emprego bem como a necessidade de ampliação da noção de trabalho e ainda da urgência de separar renda e emprego sustentam a sua argumentação.

Assim, a noção de rendimento estaria ligada ao exercício de qualquer atividade e não apenas do trabalho assalariado. Isto permitiria por um lado, repensar a representação do trabalho, o papel da empresa e do emprego na sociedade e, por outro, uma nova forma de socialização na qual o

(3) Para uma análise bem detalhada da proposta de Gorz e as dificuldades de sua implementação veja Carleial(1994) e Antunes(1995)

salário e a participação na vida da coletividade não teriam ligação direta (Grane, 1996; 49).

Castel (1995; 451, 472 e 474) chama a atenção para a metamorfose que atinge a questão social. A sociedade salarial é uma construção histórica que realizou uma montagem entre trabalho e proteção, na qual o trabalho é o principal fundamento da cidadania tanto econômica como social; o trabalho representa também a participação de cada um na produção social e é o meio pelo qual se constroem os direitos e deveres sociais. Toda essa construção no entanto,

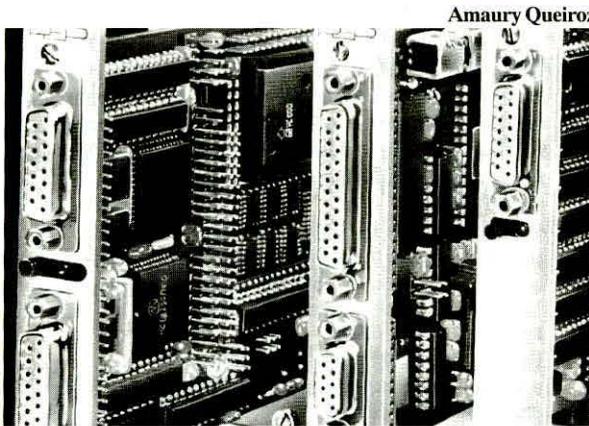
entra em crise pela reparição dos “trabalhadores sem trabalho”, os quais simbolizam uma profunda mudança e tornam o futuro extremamente imprevisível. Assiste-se então a uma multiplicação de formas particulares de contratos de trabalho tais como: contratos de trabalho de duração determinada, trabalhos parciais e inúmeras situações intermediárias entre trabalho e não trabalho, sinalizando na direção da individualização dos direitos e da proteção. Desse modo, toda a formação social construída pelo capitalismo parece ruir. Com isto corre-se o risco de uma profunda fragmentação social ou ainda de uma bipolarização entre aqueles que podem associar individualismo e independência, pois sua posição social está assegurada, e aqueles que carregam sua individualidade como uma cruz, pois ela significa a perda de suas ligações e de todas as proteções.

A construção da interpretação da crise do mundo do trabalho nos países desenvolvidos deixa claro para nós alguns pontos:

I. o Brasil é um país que não conseguiu construir uma sociedade salarial;

II. não conseguiu então construir um sistema amplo de proteção e benefícios sociais;

Claramente porém,
o informal é uma esfera
subordinada
permanentemente criada
e recriada pelo
movimento de expansão
capitalista, englobando
um conjunto de
atividades que se
desenvolvem sem o
trabalho assalariado.



Amaury Queiroz

III. o trabalho não se constituiu como o elemento central da cidadania social e econômica;

IV. a auto-ocupação o trabalho autônomo, o informal e o trabalho eventual sempre tiveram um peso significativo na sociedade;

V. assim, ao longo da consolidação do desenvolvimento industrial, conviveram formas seguras de trabalho com possibilidades de promoção, lado a lado com as mais diferentes e inseguras formas de ocupação no mercado de trabalho, onde o comportamento do desemprego aberto nunca foi capaz de revelar a magnitude da crise estrutural do mercado de trabalho;

VI. ao longo de seu desenvolvimento portanto, conviveu sempre com a forma de organização de sociedade que hoje surpreende o mundo desenvolvido, qual seja, de proliferação de atividades e ocupações *vis a vis* a participação do trabalho assalariado;

VII. a esse quadro geral de profunda diferenciação do mercado de trabalho e sociedade civil frágil, associam-se agora os ajustes destinados a preparar a inserção competitiva do país numa economia globalizada, com destaque para a reestruturação produtiva das empresas e abertura da economia.

Em geral os países subdesenvolvidos têm tido uma dificuldade significativa de desenvolver interpretações que privilegiem sua própria realidade. O momento mais relevante, sem dúvida, foi a construção da CEPAL. Do ponto de vista de mercado de trabalho as interpretações mais férteis e que buscaram incorporar de forma mais nítida as especificidades latino-americanas parecem ter sido o pressuposto da heterogeneidade estrutural decorrente da interpretação cepalina, a análise do informal e a ampla discussão dos movimentos sociais urbanos.

Essa trajetória, nos últimos vinte anos, deveria nos garantir uma significativa familiaridade com essas questões. No plano da ação política porém, - que configura o desafio técnico de intervir corretamente - aquela familiaridade referida anteriormente não está sendo bem aproveitada.

Como exemplo podemos citar a trajetória da análise do informal na América Latina. Essa questão se inicia a partir dos estudos sobre o Quênia, o famoso relatório de Hart (1973), passa pela análise do PREALC - Programa Regional de Emprego para a América Latina e o Caribe - que leva ao abandono das idéias dualistas e encontra, finalmente, um bom desenvolvimento em interpretações de inspiração de análise marxista (Moser, 1977; Souza, 1980; Cacciampali, 1982; Carleial, 1985, por exemplo). Assim, o informal, inicialmente associado a pequenos estabelecimentos que lidavam com pouco capital, técnicas simples, poucos trabalhadores, retratando situações muito próximas à pobreza e subemprego acaba por ser interpretado como uma forma de organizar

a produção que é determinada pelo padrão de desenvolvimento capitalista, fruto do mesmo movimento de acumulação que cria o setor formal.

Claramente porém, o informal é uma esfera subordinada permanentemente criada e recriada pelo movimento de expansão capitalista, englobando um conjunto de atividades que se desenvolvem sem o trabalho assalariado.

A lição central desse trajeto para a intervenção governamental

é que políticas específicas para o informal não teriam validade e não seriam também eficazes para atender aos problemas da pobreza e do desemprego. Havia, portanto, uma ruptura entre informal, subemprego e pobreza bem como expunha-se a necessidade de medidas amplas de política econômica que atendessem às necessidades de crescimento econômico e distribuição. Surpreendentemente porém, todo esse esforço que demandou décadas de estudos

e pesquisas parece esquecido, pois é comum no discurso técnico-político brasileiro propostas direcionadas exclusivamente para o informal!...

Assim, enquanto no mundo desenvolvido o desafio é compreender uma sociedade madura que está perdendo sua base em trabalho, para nós o desafio maior é compreender quais os caminhos que podem ainda construir a cidadania e o nosso futuro se nunca constituímos sequer aquela base.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALBUQUERQUE, E.M. e PAULA, J.A.(1993) "Questões Metodológicas para uma Elaboração não determinista sobre o Progresso Científico-Tecnológico e seu Impacto sobre o Trabalho: Uma leitura de Habermas", RJ, Anais do III Encontro da ABET, pp.939/972.
- ANTUNES, R. (1995) Adeus ao Trabalho. Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho, SP, Cortez/Unicamp
- ARORA, A. and GAMBARDELLA, A. (1994) "The Changing Technology of Technological Change: General and Abstract Knowledge and the Division of Innovative Labour" em: Research Policy, 23, 523-532.
- AZNAR, G.(1995) Trabalhar Menos Para Trabalharem Todos. SP, Editora Página Aberta.
- BOYER, R. (1988) Technical Change and The Theory of "Régulation" em: BULAMARQUI, L. (1990) "Notas Neoschumpeterianas" RJ, IEI/UFRJ Texto para Discussão nº.236.
- CACCIAMALI, M.C.(1983) Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção. SP, IPE/USP (Série Ensaios Econômicos, nº 26)
- CARLEIAL, L. (1985) Acumulação Capitalista, Emprego e Crise: Um estudo de Caso. Sp, IPE/USP (Série Ensaios Econômicos, nº 59)
- CARLEIAL, L. (1994) "Racionalidade e Trabalho: Uma Crítica a André Gorz" em São Paulo em Perspectiva 8(1)64-74
- CARLEIAL, L. (1997) "Firmas, Flexibilidades e Direitos no Brasil: aonde vamos?" artigo a ser publicado pela Revista São Paulo em Perspectiva, Fundação SEADE.
- CASTEL, R. (1995) "Les Métamorphoses de la Question Sociale". Une Chronique du salariat. Paris, Fayard.
- DEDECCA, C. S.(1995) "Racionalização, Poder e Trabalho: Uma leitura das experiências da Renault e da Fiat na Gestão de Projetos Industriais", USP/SP Trabalho apresentado no IV Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, ABET (mimeo)
- DOSI, G.(1984) Thechnical Change and Industrial Transformation: the theory and an application to the semiconductor industry, Londres, The Mac. Millan Press.
- FUENTES, M.R.(1994) Setor Informal e Reestruturação Produtiva", Curitiba, CMDE/UFRP, Projeto de Dissertação de Mestrado (mimeo)
- GAUDEMAR, J. P. (1977) Mobilidade do Trabalho e Acumulação de Capital. Lisboa, Editorial Estampa
- GORZ, A. (1988) Métamorphoses du Travail. Quête du Sens. Critique de la Raison Économique. Paris, Galilée.
- GRANE, H. (1996) "Espace Social du Travail: rétrécissement ou recomposition" em: Marouf, N(eds)Le Travail en Question, Paris, L'Harmattan, pp. 17-72
- HABERMAS, J. (1987) "A Nova Intransparência: a crise do Estado do Bem Estar Social e o Esgotamento das Energias Utópicas" Novos Estudos Cebrap, SP, nº 32, Março pp. 143/164
- HART, K. (1971) "Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana" mimeo.
- LAPLANE, M. et. alii. (1990) "Os Novos Vetores Tecnológicos: Microeletrônica, Novos Materiais e Biotecnologia em Velloso, J. P. R. (org) A Nova Estratégia Industrial e Tecnológica: O Brasil e o Mundo da III Revolução Industrial, RJ, José Olympio, pp. 191-222.
- MOATI, P. et MOUHOU. E.M.(1994) "Information et Organisation de la Production: Vers une Division Cognitive du Travail" In: Economie Appliquée, Tome XLVI, nº 1, pp. 47-73.
- MORALES, R. e QUANDT, C.(1992) "The New Regionalism: Developing Countries and Regional Collaborative Competition" em: International Journal of Urban and Regional Research, 12(3)462-475
- MOSER, C. (1977) "Informal Sector or Petty Commodity Production: Dualism or Dependence in Urban Development" em: World Development, v.6. nos. 9 e 10.
- OFFE, C. (1989a) "O Trabalho, Categoria Fundamental da Sociologia?" em: Revista Brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS, nº 12.
- OFFE, C. (1989b) "Três Perspectivas para o Problema do Desemprego" em: Offe, C. Capitalismo Desorganizado, SP, Brasiliense, pp. 107-130.
- PEREZ, C. (1985) Microeletrônica, long waves and world structural change: new perspectives for developing countries. World Development, 13(3)441-463
- STORPER, M. (1994) "Territorialização numa Economia Global, Possibilidades de Desenvolvimento Tecnológico, Comercial e Regional em Economias Subdesenvolvidas" em Lavinias, L. et alii (orgs) Integração, Região e Regionalismo, RJ, Bertrand, 13-26.
- TAUILE, R. (1993) "Flexibilidade Dinâmica, Cooperação e Eficiência Econômica: Anotações" RJ, IEI/UFRJ, Texto para Discussão nº 275.
- TEIXEIRA, F. J. S. (1993) "Notas Para uma Crítica do Fim da Sociedade do Trabalho", RJ, Anais do III Encontro Anual da ABET, pp. 865-884
- VILLELA, A. et alii (1994) "Educação para a Competitividade" (Ou a Reconciliação da Educação para o Trabalho com a Educação para a Cidadania), RJ, BNDES/DEPEC, 23p. (Texto para Discussão, nº 16)

Participe desse esforço...

Sistema

GERAÇÃO

Projetos de Geração de Trabalho e Renda no Brasil

A participação expressiva dos micro e pequenos empreendimentos, dos trabalhadores por conta-própria e de prestadores autônomos de serviços na economia, aliada ao potencial deste segmento para a geração de renda e trabalho, exige que iniciativas realizadas nesta área sejam divulgadas, pensadas, reproduzidas e melhoradas.

Por isso a FASE e o NAPP (Núcleo de Assessoria, Planejamento e Pesquisa), em parceria com o DED (Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social), e com apoio da FINEP, montaram um sistema informatizado com os principais dados das ações de trabalho e renda em curso: quem está implantando

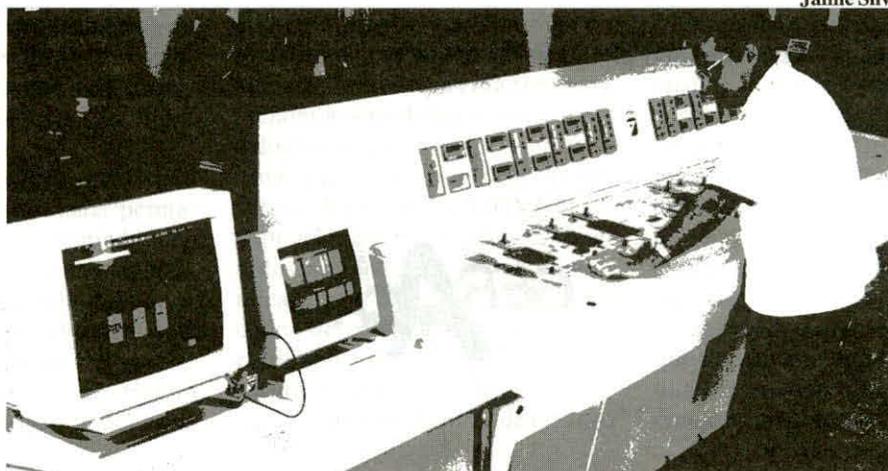
programas de crédito popular, atualmente, no Brasil; quais as condições de financiamento - taxas, prazo de retorno e valores máximos dos empréstimos; qual o alcance dessas iniciativas. Do mesmo modo, registra experiências voltadas para grupos específicos, como adolescentes, cooperativados, pequenos produtores rurais ou à comunidade local como um todo.

Estas e outras informações constam nos bancos de dados do Sistema GERAÇÃO. O kit de 3 disquetes, desenvolvido exclusivamente pelo CEBRES (Centro Brasileiro de Engenharia de Software) pode ser instalado facilmente em ambiente Windows.



Saiba como participar e/ou adquirir:

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - Sistema GERAÇÃO
Rua das Palmeiras, 90 - Botafogo - Rio de Janeiro - CEP 22270-070
Telefone (021) 286-1441 Fax (021) 286-1209



GLOBALIZAÇÃO, TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA SOCIAL: uma reflexão sobre as possibilidades deste país

José Ricardo Tauile*

*Professor titular do Instituto de
Economia da UFRJ

Jaime Silva



Introdução

O Brasil está sendo seduzido/empurrado avassaladoramente em direção à globalização. Deixado ao sabor das ondas globalizantes, este país continuará sendo o paraíso da pilhagem e da espoliação. E isto debaixo de nobres bandeiras como, por exemplo, a luta contra o tráfico de drogas ou a “preservação” (ambiental?) da Amazônia.

Anuncia-se profética e/ou apocalípticamente a chegada irreversível da era da globalização, supostamente benéfica a todos (pelo menos os que a defendem). Uma espécie de 1808 (abertura dos portos) revisitada, ampliada e “modernizada” em sua concepção, devido ao correr inevitável e, particularmente acelerado, do “tempo moderno”. Quem ganha, o quê, com isso? Quem perde, o quê? Naquele limiar do século XIX, ganharam os ingleses (naturalmente), os traficantes (quem diria!...) e, por fim, a Coroa (pelo menos por algum tempo), fora os legados (vide Caldeira, 1995 e Ribeiro, 1996). Mas agora, quase no limiar do século XXI, qual o estado das coisas?

Em 10 de maio de 1996, os principais jornais franceses publicaram um manifesto assinado por mais de 120 importantes economistas daquele país, repudiando, e se insurgindo contra o “pensamento único” nas chamadas ciências econômicas. Ou seja, não é apenas aqui que a onda neoliberal está em marcha, demonstrando uma avassaladora intolerância com aqueles que se atrevem a questionar os rumos impostos pelo projeto globalizante, cujo epicentro não é na França, e muito menos aqui.

Por estas bandas, Executivo e Legislativo fazem malabarismos mirabolantes para mudar as regras do jogo institucional (algumas delas em meio ao próprio jogo), de modo que o país e, em particular, sua

economia se enquadrem nos ditames neoliberais da globalização, consenso de Washington ou como quer que chamem. Sustento que, apesar de uma eventual inevitabilidade da globalização, a forma com que, no caso, o país nela se inserir poderá provocar efeitos bastante diversos e particularmente antagônicos no curto e no longo prazo.

Pretendo aqui estimular uma reflexão crítica a este processo de lançamento da sociedade brasileira, através de miríades de ilusões, nos tentáculos da globalização. Tomarei como referência de observação e análise os ângulos do regime de acumulação e dos padrões de produtividade (o que alguém poderia chamar sinteticamente de “regime de produtividade”²). E, como ponto de partida, um elemento fundamental e cada vez mais sacralizado da economia capitalista: o mercado.

Para melhor compreensão do argumento que será desenvolvido aqui, alguns esclarecimentos e certas precisões sobre este ente se fazem necessários. Extremamente plástico e flexível, tende a crescer contínua e vigorosamente e se transforma qualitativamente ao abrir, ocupar e incorporar em sua dinâmica novos espaços para acumulação capitalista. Particularmente neste último quarto de século XX, esta ocupação tem sido fervilhante, com os mercados internacionais se interpenetrando e crescendo exponencialmente. Entre os principais fatores de dinamismo estão, justamente, a revolução tecnológica que ora vivemos, nucleada pelos desenvolvimentos convergentes das novas tecnologias de informação (biotecnologia e novos materiais inclusive) e a inerente, e conseqüente, mutação da base técnica, do aparato produtivo e de seus produtos.

O crescimento industrial no Brasil, em grande parte, deu-se em função da proteção comercial de

seus mercados internos. As estratégias de sobrevivência que a determinaram, bem como as oportunidades de acumulação que se abriram e foram aproveitadas (inclusive por muitos agentes inter/multinacionais) ao longo do processo de substituição de importações, propiciaram uma dinâmica vigorosa que se esgotou no início dos anos 80, por conta de seus próprios vícios. Vícios estes agravados pelo fato de que, na acelerada industrialização das últimas décadas, apostou-se “miopicamente” muito mais na demanda reprimida efetiva (com resultados de curto prazo), deixando-se de lado a demanda efetiva potencial (que implica visar e fertilizar, os resultados de longo prazo). Isto, não construir o futuro através de um presente menos desigual, com o correr do tempo, foi fatal para o modelo “milagroso” que, (in)justamente, derivava seu dinamismo do pólo mais “forte” desta desigualdade. A severa crise desse início dos anos 80 ressaltou, pelo menos, duas ordens de problemas muito graves: um descontrolado processo inflacionário e a estagnação da demanda, advinda destes vícios do modelo. Havia se instalado no país um arremedo de “fordismo”, “capenga” por conta da atrofia da “relação salarial”, ou relação capital/trabalho, se preferirem (ver Tauile, 1990).

O início dos anos 90, por caminhos erráticos, testemunhou a estabilização da moeda brasileira por um período que já dura quase três anos. Esta estabilização, que interpreto antes de tudo como um retorno ao estado de confiança (econômico e político), valeu-se justamente da abertura dos mercados como uma espécie de referência externa e uni-

2. Ver meu texto “Contrato Social e Base técnica” (in *Estratégias Empresariais na Indústria Brasileira*, Castro, A., Possas, M., e Proença, A., orgs, Forense, 1996)

versal para a determinação dos preços de produtos (*tradebles*, em particular). A abertura dos mercados é vista e vendida assim, por muitas razões, como uma panacéia que deve incluir todos: os participantes, os excluídos e os entrantes.

Será este mesmo um abrangente jogo de soma não zero e positivo e, em particular, no nosso caso atual? É o que pretendo discutir a seguir. Quero lembrar desde logo, entretanto, que o discurso neoliberal, adotado pelos principais países desenvolvidos, em favor da abertura dos mercados, não representa de fato a sua prática. Frequentemente, vê-se situações em que se exige dos (ou se critica nos) outros não é a mesma coisa que se defende para si. Algo como “pimenta nos olhos dos outros é refresco...”.

O Mercado

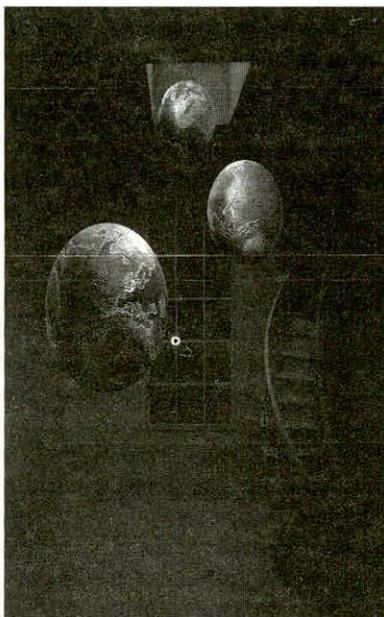
Mercado é o meio básico onde nasce, se desenvolve e floresce, em incessante mutação, o capitalismo. A lei fundamental que rege o mercado é a troca de equivalentes no ato mercantil (da compra/venda). Se não houver equivalência, pode-se em princípio depreender que: ou o mercado está distorcido, enviesado por qualquer razão, ou não há mercado (é, por exemplo, um assalto, o pagamento de um resgate, a reparação de uma guerra, a alimentação de um escravo, etc.).

A equivalência tem, para cada um dos agentes, pesos determinados por valores distintos, ponderados com maior ou menor intensidade e que, conseqüentemente, implicam racionalidades distintas na decisão mercantil de cada parte. Não custa lembrar que a relação entre os benefícios de curto prazo e os resultados de longo prazo não é necessariamente direta e linear. Lucros no curto prazo podem perfeitamente implicar prejuízos adiante, e vice-versa.

O ato mercantil é também, vale dizer, uma troca de excedentes (“naturais” ou “forçados”) e a forma ou o modo de produzir o excedente econômico pode ser, por diferentes

razões, mais ou menos apropriada ou determinante, em cada caso específico. Novamente, pesos e valores distintos resultam daí, além, evidentemente, da própria capacidade que o agente (vendedor ou comprador) tem de impor as suas condições (ou aquelas que lhe forem mais favoráveis) ao ato mercantil.

No mercado moderno, o dinheiro, antes de mais nada, assume a função de equivalente geral na troca de mercadorias (um instrumento fundamental como facilitador e catalisador do comércio). A moeda corrente é um símbolo local, e às vezes inter-



Amaury Queiroz

nacional dos valores de referência mercantil. E a chamada divisa (forte) é a moeda corrente nacional tornada capaz, direta ou indiretamente, de confrontar, ou se relacionar, com outras moedas correntes nacionais. A existência de um sistema monetário estabilizado e a consolidação de uma economia, são condições necessárias para que sua moeda possa funcionar como divisa.

A chamada “troca desigual”, no sentido definido pelos economistas estruturalistas cepalinos, é aquela que, apesar da equivalência inerente ao ato da troca comercial, implica a posterior e sistemática deterioração de um lado, e de outro, o sis-

temático fortalecimento dos poderes de barganha determinantes daquela transação, que tendem, assim, a se perpetuar, exacerbando sua polarização. No embate tipificado simbolicamente pela troca de suco de laranja exportado por computador importado, confrontam-se vantagens comparativas estáticas (recursos naturais abundantes e mão-de-obra barata, por exemplo) e vantagens comparativas dinâmicas, com predomínio natural destas últimas no tempo. Isto, por serem estas construídas (como a capacidade de desenvolvimento tecnológico de um país) e, por isso mesmo, passíveis de serem renovadas e atualizadas contínua e sinergeticamente, como, aliás, vem fazendo nas últimas décadas a economia japonesa.

As formas dominantes que a moeda assume (metal precioso cunhado, papel impresso, crédito digitalizado, etc.) dependem da prevalência dos modos de transação dominantes numa estrutura econômica e/ou numa circunstância histórica. O predomínio de uma base técnica tende a induzir a adoção generalizada de uma forma de equivalente (o surgimento da imprensa implica a difusão do papel moeda, por exemplo). O dinheiro eletrônico, hoje, já é uma realidade em franca expansão. De qualquer modo, a capacidade de manipular e melhor se aproveitar destas formas dominantes é um fator/vetor importantíssimo no processo de apropriação do excedente gerado na área de influência desta moeda. Para a “sorte” paradoxal da economia brasileira, o processo superinflacionário gerou uma reação altamente satisfatória em termos de operatividade e desempenho técnico do sistema financeiro. A automação do sistema bancário brasileiro nada deve aos do Primeiro Mundo e, diga-se de passagem, foi tornada viável, concebida e produzida com recursos nacionais (*hard, soft e financeiros*).

Uma segunda lei a mencionar é a impositiva exigência da contínua ex-

pansão do mercado capitalista. Uma espécie de neguentropia. É como se houvesse uma “compulsão genético/orgânica” para a crescente incorporação de novos agentes, sejam eles centrados no (ou articulados no interior do) próprio mercado, isto é, um mercado que cresce endogenamente a partir de sua própria dinâmica, pela incorporação direta de atores que a ele estejam próximos (geográfica, cultural ou economicamente); sejam eles internos sejam externos, neste caso pela interação (comércio) com outros mercados.

Do ponto de vista interno, como exemplo do primeiro caso, os primeiros três quartos deste século assistiram à ascensão, auge e queda de um modo capitalista de produzir, distribuir e acumular riquezas: o “fordismo”, que muito beneficiou a economia americana e as outras economias desenvolvidas ocidentais a constituírem o chamado “primeiro mundo”. Trouxe, por assim dizer, uma força dinâmica endógena moderna e superior (à época) ao sistema capitalista de produção, apropriação e distribuição de excedente.

“...os ganhos de produtividade resultantes ... (do fordismo)... tinham sua contrapartida, de um lado, no crescimento dos investimentos financiados pelo lucro e, de outro, no crescimento do poder de compra dos trabalhadores assalariados. O resultado era... que os mercados para a produção de bens de consumo e de produção cresciam paralelamente à produtividade” (Lipietz, 1996).

As forças que compelem a acumulação de excedente econômico, não atuam somente no âmbito de uma economia capitalista. Ao participarem de relações econômicas internacionais (com outros países), economias nacionais defrontam-se, por definição, com a possibilidade de acumularem um excedente adicional àquele produzido e apropriado no âmbito estritamente interno a elas. A antítese

é, também, verdadeira. Um excedente potencial produzido pode não se realizar, ou até se dilapidar, se as condições deste ato mercantil internacional lhe forem desfavoráveis.

Admita-se agora que a globalização é inevitável. Muito bem. Mas cabe, então, uma importante pergunta. Vamos trocar o que com o quê? Cuícas por berimbaus? O que temos de valor para oferecer ao entrar nas transações globalizadas? As mercadorias aqui produzidas?

Ao adotarem práticas mais produtivas, tais países do Primeiro Mundo, ou suas economias internas, que seus governos apoiam e representam, apresentam-se em condições vantajosas para negociarem e efetuarem as trocas internacionais, sejam elas estritamente capitalistas em um mercado razoavelmente homogêneo em termos de poder, ou onde prevalecem as chamadas “trocas desiguais” (tais como a simbólica troca/comércio do suco de laranja pelos produtos *high tech*), ou mesmo em transações coloniais de cunho pré-capitalista.

Trata-se aqui, em última instância, da apropriação internacional de excedente econômico (transfronteiras nacionais) que antecede, mas acompanha, e é interdeterminada pela, história da evolução do capitalismo ao longo dos últimos quase seis séculos. Se as trocas e a apropriação de excedente em âmbito internacional já estavam lá, na essência da própria constituição do capitalismo produtivo, muito mais agora (incomparavelmente mais agora), onde agentes multi ou transnacionais condicionam suas operações em função do chamado processo de globalização, tornado viável pelo desenvolvimento e

difusão acelerada de novas tecnologias de informação, as quais possibilitam a operação deste megamercado globalizado (o mercado dos mercados), agora durante as 24 horas do dia, ininterruptamente.

Como disse acima, a tecnologia monetária (física e sistêmica) para participar deste mercado existe no Brasil em padrão Primeiro Mundo e foi construída basicamente com recursos nacionais (inclusive financeiros) e não como decorrência de se ter liberalizado o mercado de então. Mais do que meramente ter a tecnologia manifesta nos equipamentos e sistemas de automação bancária, temos também a tecnologia de produção e projeto. Ou seja, sabemos produzir e projetar tais equipamentos e sistemas, empregando trabalhadores de alta qualificação e bem remunerados. Como decorrência do argumento que se seguirá adiante, sugiro que este tipo de competência seja estendido e aplicado ao serviço público no Brasil. Poder-se-ia, no espírito do que propomos, criar e estimular uma discussão participativa exemplar, para decidir como fazê-lo, promovê-lo e acelerá-lo.

Admita-se agora que a globalização é inevitável. Muito bem. Mas cabe, então, uma importante pergunta. Vamos trocar o que com o quê? Cuícas por berimbaus? O que temos de valor para oferecer ao entrar nas transações globalizadas? As mercadorias aqui produzidas? Qualidade internacional - seja em termos de durabilidade e confiabilidade do produto fabricado, seja em termos das especificações do mesmo - via de regra, elas não têm. Quando têm (e a custa de bastante esforço), também, via de regra, ocupam nichos particulares de mercado que, quando estão localizados geograficamente no Primeiro Mundo, são de produtos distantes da fronteira tecnológica. Repito, falo da regra e não das exceções.

Mais uma questão pertinente. Ainda quando conseguimos competir em preço, resta saber, por sinal, a que taxa de exploração de recursos humanos e naturais isto se dá? Ainda

que não se trate, de maneira evidente, de uma competitividade alcançada espuriamente, e um produto aqui fabricado tiver preço competitivo internacionalmente (*coeteris paribus*), devemos nos perguntar, de um lado, quanto tempo de trabalho de uma pessoa envolvida com o respectivo processo de trabalho lá seria necessário para poder comprar o referido bem e, por outro lado, comparar com quanto tempo a correspondente pessoa no Brasil teria que trabalhar para alcançar o mesmo objetivo (digamos, um soldador de uma linha de montagem, ou uma secretária de um escritório).

Em outras palavras, o nosso sistema de preços de bens (e serviços) foi estabilizado aos níveis internacionais, e isto se deu em parte por ter sido “plugado” aos principais mercados externos. Ou seja, o preço de um produto não deve ser maior que o praticado no mercado globalizado, ao qual está agora ligado, sob pena de não ser vendido. Não obstante, o valor ou o custo do fator trabalho aqui ainda está muito aquém dos padrões internacionais vigentes no chamado Primeiro Mundo.

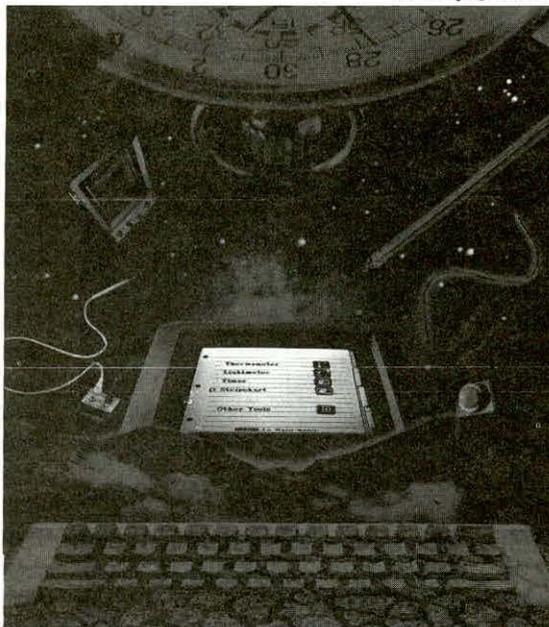
A verdade é que, para sermos “aceitos” na globalização (mas excluídos do seu núcleo dinâmico e/ou hegemônico), só podemos oferecer nossas riquezas naturais, ou aquelas construídas na forma de nossas melhores empresas estatais, ou ainda as concessões para explorar os serviços públicos (atuais e futuros, estes aliás, muito promissores), antes caracterizados como “monopólios naturais”. Isto para não falar da espoliação dos nossos trabalhadores, o que parece ser um pressuposto básico, como visto no parágrafo acima.

Tecnologias de informação e inteligência social

O que significa estar à altura dos padrões contemporâneos de efici-

ência produtiva? Brevemente, aqui entram as tecnologias de informação (TI), tanto no que se referem à possibilidade que criam de comunicação muito mais eficiente e em tempo real entre as várias instâncias da firma e de sua relação com o mercado (cada vez mais dinâmico e diferenciado), como também à possibilidade de desenvolvimento e difusão de tecnologias de automação flexível (TAF), capazes justamente de se ajustar com presteza, para

Amaury Queiroz



atender à rápida mutação e variabilidade do mercado (Tauile, 1989).

Mas, estar na fronteira internacional da eficiência produtiva é também adotar as novas tecnologias de organização social da produção (TOSP) do capitalismo contemporâneo, aquelas onde a palavra, ou melhor, o conceito de parceria torna-se chave, fundamental (*idem*). Atenção: tratam-se de parcerias de fato, ou seja, embasadas por compromissos de longo prazo e com credibilidade efetiva entre os agentes, e não apenas “receitas de bolo” que podem ser aplicadas “mecanicamente” para determinar, ou obrigar (com eficácia altamente duvidosa), uma determinada performance de atividades do trabalhador ou seu engajamento compulsório aos objetivos da firma.

A questão, em essência, é minimizar os atritos na base (dos agentes econômicos circunscritos a uma unidade de análise, como a firma, a economia, a região, etc.), para melhor se desempenhar em instâncias mais agregadas (Tauile, 1993). É, por exemplo, ser capaz de competir em níveis qualitativamente superiores do sistema de mercados, ou como pretendo argumentar em seguida, de prover um elemento de riqueza social, pela

geração de uma dinâmica de transformação sistemática do necessário em possível. Pode-se até argumentar que uma medida da inteligência social seja esta capacidade de transformação do necessário em possível (e não meramente do supérfluo em desejável, ou em “necessário”). As tecnologias de informação e as mercadorias intensivas em inteligência têm uma outra propriedade, qual seja, a de abrir os novos espaços de acumulação que circunscrevem o núcleo dinâmico do capitalismo contemporâneo.

Tanto informática como telecomunicações, como os segmentos tecnológicos afins convergem, deixando, no caso, a respectiva base técnica de ser um delineador de fronteiras industriais. Ao contrário, e muito mais do que isto, são novos e muitos os espaços que se abrem pela nova mídia digital que descortina o imenso horizonte da virtualidade à sua frente.

Muito mais do que a revolução industrial, a revolução digital mudará os modos de produção, os regimes de acumulação, as formas de trabalho e os modos de vida. E é aqui que se abre uma das importantes brechas a seguir. A questão da sinergia é vital aqui. O todo não deve representar simplesmente a soma aritmética das partes, mas algo além e diferente. O novo precisa incorporar um elemento de sinergia, caso contrário não é novo. É meramente

uma repetição travestida de “moderna”; no fundo, uma mesmice. A virtualidade em si não enche estômagos (diretamente), mas ajudará muitos a fazê-lo, como aliás já está ajudando.

Ajudando como?, pergunto. Hoje, a virtualidade, além de estar sendo usada nas fronteiras militar e industrial (científica, inclusive), já começa a dar os primeiros passos para o consumo de massa (video-games, TV interativa, Internet com voz, movimentos, 3D, etc.). Mas, o estágio da “inteligência artificial”, que viabiliza as manifestações de virtualidade de hoje, daqui a não muito tempo, já parecerá “jurássico”, devido ao atual ritmo acelerado do progresso tecnológico. É importante enfatizar o extraordinário potencial de acumulação que se abre velozmente em função deste vetor de desenvolvimento tecnológico. Tanto a virtualidade tem a capacidade de operar o “real”, transportando à distância e em tempo real, informações que transmitem comandos e sensações (ou seja ela amplia e torna mais eficiente a operação do “real”), como a virtualidade, em si, implica um novo e dinâmico espaço de acumulação.

Deixada a virtualidade a si própria, isto é, seguir seu caminho “natural”, e estando nós “plugados” a reboque da *bandwagon* da globalização, o que podemos conscientemente esperar? Entre as muitas implicações, cabe aqui apontar especialmente uma. De um lado, a virtualidade continuará sendo aplicada às fronteiras militar, industrial e científica em função das necessidades dos países do Primeiro Mundo (e de suas empresas, que a dominam tecnologicamente), e a nós, do Sul, caberá receber, sem grande poder de intervenção e decisão (o quê? quando? como? por que?, etc.), os *spillovers* (as “sobras”), incorporadas inclusive em bens de consumo durável, quando assim convier à dinâmica de algum importante circuito de acumulação em escala global. Provavelmente

poderemos produzir alguns destes bens (longe da fronteira tecnológica, evidentemente) e, também, até inserir, eventualmente, alguns projetistas nas redes mundiais de pesquisa e *design* de algumas corporações, cuja lógica é, tenhamos sempre claro, a acumulação global. Por outro lado e, conseqüentemente, em matéria de orientar o desenvolvimento tecnológico, seremos incapazes de fazê-lo em função de possíveis prioridades alternativas ao *mainstream* que estabeleçamos no sentido de cumprir uma função social e suprir carências de nosso cotidiano. Em função disto, urge reverter esta tendência.

**Qualquer economista/
matemático minimamente capaz e sensato é capaz de perceber o potencial dinâmico de acumulação que existe em um país cuja economia é uma das maiores do mundo, mas que é, paradoxalmente, uma das piores em termos de distribuição de renda.**

Cabe, assim, a pergunta: por que não direcionar também nossos esforços de capacidade tecnológica para melhorar o padrão de vida de uma parte substantiva da população carente brasileira, para melhorar a infra-estrutura social do país (estados, municípios e cidades), e para melhorar e agilizar o desempenho das burocracias (particularmente as estatais) deste país? O desafio está posto: deve-se pensar as maneiras de fazê-lo. Na verdade, as gestões participativas parecem já indicar uma das direções a seguir (ou a se tentar). Muitas iniciativas e tentativas já estão em curso. Participação dos agentes interessados e transparência nas decisões podem ser um bom ponto

de partida para delinear um caminho contemporâneo para a construção da riqueza social, que se deseja eficaz e o mais democrático possível.

Uma sugestão, só como “aperitivo”, é estimular sessões ou canais interativos no âmbito da Internet, patrocinadas por entidades privadas, governamentais, ou por ONGs, para discutir estes casos, possibilidades e respectivas soluções. Não apenas podem ser um bom aprendizado para um futuro que se deseja construir, como é bem possível que estas iniciativas possam trazer também resultados surpreendentes em curto espaço de tempo. É apostar para ver. (Por que, também, não se criar *video-games* sobre os diversos caminhos e problemas da construção da riqueza social?).

Ovo de Colombo

Qualquer economista/matemático minimamente capaz e sensato é capaz de perceber o potencial dinâmico de acumulação que existe em um país cuja economia é uma das maiores do mundo, mas que é, paradoxalmente, uma das piores em termos de distribuição de renda. Basta que dê a visada adequada quando olhar o problema, sem ser um estilista do que não é importante. Tanto Keynes como Kalecki, dois dos maiores economistas deste século, apontaram praticamente em simultâneo, para a elevadíssima propensão a consumir das camadas da população com menor renda, o que, por sua vez, implica um vigoroso multiplicador dos investimentos feitos neste âmbito. A questão é tornar este espaço de acumulação atraente, de fato, para os investidores.

Transformar a demanda potencial em demanda efetiva ou, em português claro, tornar o consumo necessário (as necessidades básicas da população, carente ou não) em um consumo possível (para todos) é um poderoso vetor, que amplia o espaço de acumulação endógena de capital, particularmente no Brasil. Isto é de uma obviedade “rodrigueana”. O cami-

nho da favela para o asfalto é pavimentado com bons negócios. Ou seja, a conquista do bem estar coletivo é, em si, potencialmente, um excelente negócio, tanto do ponto de vista micro como macroeconômico.

Melhorar o bem estar destas camadas de baixa renda é fazer com que elas possam comprar roupas, ter alimentação mais adequada, moradias mais dignas e confortáveis, condições de transporte, sistemas de atendimento hospitalar e infraestrutura sanitária minimamente eficientes, bem como um sistema de (tele)comunicações impecável e um sistema educacional à altura da contemporaneidade que se deseja forjar, entre outras coisas, como também o acesso ao lazer e à cultura. Utilizar o desenvolvimento e a difusão das novas tecnologias de Informação na busca desta melhoria de bem estar pode dar sentido real, objetivo e prático (como no caso citado da informatização do sistema bancário brasileiro) aos esforços que se fizerem no país para dominar esta nova base técnica.

Consumir, produzir, projetar e empreender

Dominar uma base técnica não significa apenas usar uma tecnologia, ou ter acesso a bens que incorporem esta tecnologia. Isto é muito bom, do produtivo ao conspícuo, mas não é suficiente. Usar, usar, usar. Isto não credencia a nada. No longo prazo, com o que se paga pelos bens intensivos em tecnologia, quando forem importados, ou seus *royalties*, quando produzidos aqui?

Neste caso, quando são (ou forem) produzidos aqui, tendem (ou tenderão) já a implicar remunerações mais elevadas para trabalhadores mais qualificados, principalmente quando se domina o saber-fazer. As gradações das exigências para uma atividade produtiva valorizada são diversas e heterogêneas, e levam em consideração desde habilidade manual (em baixa) até capacidade de abstração mental (em



Amaury Queiroz

alta), passando por seu talento específico no relacionamento (horizontal e vertical) com as pessoas companheiras (inclusive clientes e fornecedores) no trabalho e no abstrato espaço da virtualidade. Produzir, então, representa um outro patamar, distinto e mais elevado que o de meramente consumir as novas tecnologias.

Em estágio mais elevado no contínuo de relação entre bem estar e inteligência social (ou entre inteligência e riqueza social), está a capacidade de se conceber e projetar os produtos de alto conteúdo tecnológico. É no desempenho da capacidade de *design*, de projetar, enfim de criar as novas TI que estarão os trabalhadores mais bem pagos. E é nela que se apoiarão as empresas mais dinâmicas do capitalismo contemporâneo.

O conceito de cooperação

revaloriza-se sob o nome de parceria e o de cidadania, enquanto direito adquirido pela participação e engajamento na construção da riqueza social (Ver Oliveira, 1966, para uma breve, mas excelente discussão sobre as questões que envolvem a cidadania contemporânea). Do micro ao macro, é possível pensar exemplos de situações onde os distintos agentes afetados por determinadas situações adversas, podem se colocar frente a frente para negociar (ou lado a lado para caminhar), em busca da identificação de interesses mínimos comuns. Em torno a estes, pode-se estabelecer acordos de mobilização de capacidades econômicas e tecnológicas que venham propiciar máximos benefícios comuns aos tais agentes, participantes dos referidos acordos (ver Tauile, 1996).

Por fim, à luz de tudo isso, há que se ressaltar a importância da capacidade de empreender. Com as unidades de acumulação mudando de forma e de estrutura aceleradamente, a capacidade - individual ou coletiva - de colocar em ação um conjunto de recursos (materiais, humanos, financeiros, organizacionais, etc.) para operar, de maneira criativa e bem sucedida nos mercados mais dinâmicos da contemporaneidade é também um talento, e absolutamente precioso.

Trabalhadores qualificados nas novas tecnologias intensivas em inteligência e empreendedores (privados ou públicos), esclarecidos sobre as formas e os espaços contemporâneos de acumulação de riqueza social são, assim, mais do que nunca necessários. Como são também necessários governantes e administradores públicos que percebam os novos horizontes de interação social e econômica no início deste terceiro milênio, e que estejam sensíveis a estas questões e sintonizados com a noção (digamos,

3. Não sou presidente, nem iluminado, mas faço aqui a minha parte. Se o leitor sentiu-se estimulado com o que leu até aqui (e/ou com o que ainda vai ler adiante), e quiser enviar-me algum comentário, crítica ou sugestão, queira por favor fazê-lo através do endereço eletrônico jrt@ic.ufrj.br. Desde já agradeço pelas eventuais contribuições que poderão servir a novas versões revistas, ampliadas e aprofundadas deste texto

“anti-replicante”) de que, viver bem numa comunidade pode depender de todos viverem melhor.

Notas Finais

Este não é um texto acabado. Ao contrário, ele mais abre, do que fecha questões; propositadamente. A idéia é que as soluções para vários dos complicados problemas aqui delineados devem advir de debates com ampla participação dos agentes afetados e interessados por suas conseqüências. Quem deve conduzir estes conjuntos de debates? Devemos esperar que o Estado, governado por um iluminado presidente o faça?³ Está ele preparado para fazê-lo?

Não creio⁴. Também sou por sua reforma. Não, porém, como se prega vulgar e ideologizadamente nas diversas mídias e nas vozes oficiais. É necessário termos no Brasil um Estado enxuto, é verdade. Porém, mais do que dar um fim ao Estado fordista e privatizado, é preciso recriar um aparato estatal que seja ágil, flexível e democrático, e que, por isto mesmo, seja forte. E, assim, capaz de atuar em sintonia com os novos tempos que se descortinam, estimulando a capacidade local de produção de excedente social⁵, regulando adequada e democraticamente as formas de concessão e operação do serviço público (de mercados cada vez mais promissores) e sabendo (e podendo) representar os interesses desta nação, e de sua economia, diante dos fortes agentes internacionais que lideram, ou apenas participam, deste avassalador processo de globalização.

Quem deve conduzir estes conjuntos de debates? Devemos esperar que o Estado, governado por um iluminado presidente o faça? Está ele preparado para fazê-lo?

Acima de tudo, deve ser um Estado que se prepare para ter a sensibilidade de percepção e a eficácia de ação necessárias frente aos desafios que o próximo milênio trará, em todo o seu esplendor, mas também em toda a sua virulência. É importante alertar aqui para o fato de que, com o ritmo aceleradíssimo com que se desenvolvem as novas tecnologias intensivas em informação e inteligência, não só os graus de interatividade crescem exponencialmente, como também aperfeiçoam-se as formas de controle sobre o processo produtivo, sobre o trabalhador e, em última instância, sobre o cidadão. Caminha-se dramaticamente em direção ao futuro, cada vez mais sobre um fio de navalha entre a democracia contemporânea e um “controlitarismo” extremo, só concebível, até recentemente, nas mais contundentes obras de ficção socio-científica.

Há pouco mais de um século, no

Brasil, trabalhar era uma vergonha, sob a ótica das oligarquias dominantes. Herança pernicioso, ainda temos muitos resquícios deste tacanho modo de perceber o mundo e a vida. Em contraposição, justamente neste limiar do século XXI, as formas mais bem sucedidas de acumulação produtiva são aquelas que encaram o trabalho não mais meramente como um custo, mas como um recurso fundamental à produção e à operação de qualquer entidade econômica. Só que não se trata mais daquele mesmo trabalho, que deu substância ao fordismo por quase três quartos de século. Trabalho criativo, instruído, engajado e com poder de decisão - e, por isso mesmo, responsável e respeitado -, são as mais novas formas de atividade que dão direito a “um lugar ao sol” ao cidadão de uma sociedade contemporânea desenvolvida. Não obstante, as condições que permitem o seu exercício mudarão (ou continuarão mudando), e muito rapidamente. Assim como mudarão as maneiras com que as sociedades equacionarão seus próprios caminhos para o bem estar.

É preciso estarmos preparados para isso. Para mudar; para continuar a mudar. E para melhor.

4. Para uma discussão sobre o Estado brasileiro neste *fin de siècle*, sintônica com as idéias aqui apresentadas, ver o esplêndido artigo “Reforma e contra Reforma do Estado no Brasil”, de Francisco de Oliveira, publicado no Nº 68 de **Proposta** que “caiu-me às mãos”, e não por tanto acaso, pouco antes de fazer a revisão final deste texto.

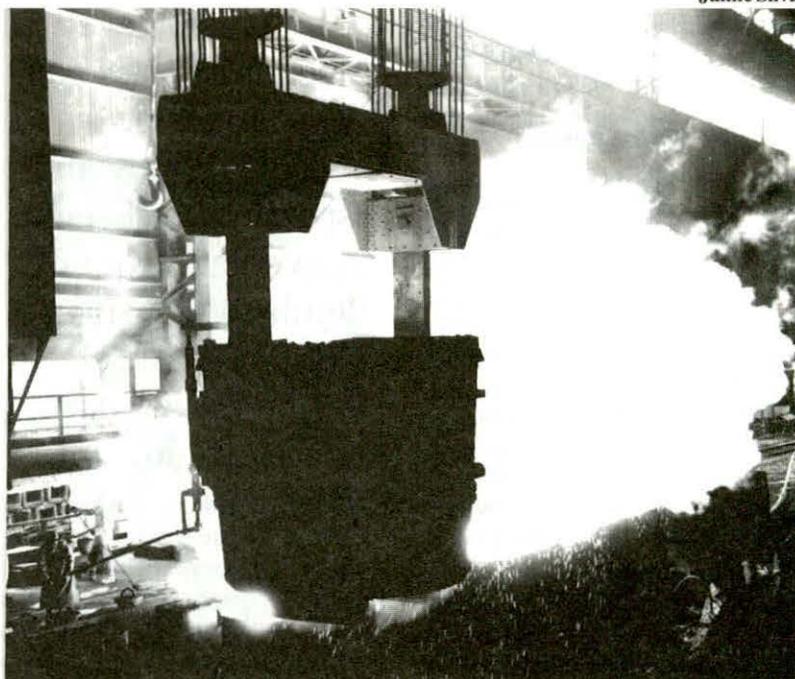
5. O equacionamento da relação público/privado, bem como a prática da cidadania em sua dimensão contemporânea são elementos essenciais para delimitar o que seja este excedente social.

Referência Bibliográfica

CALDEIRA, J. (1995) - Mauá, o empresário do império, Rio de Janeiro, Campus. (confirmar)
GONÇALVES, R. (1994) - Ô Abre Alas: a nova inserção do Brasil na Economia Mundial, Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
LIPIETZ, A. (1996) - “Relações Capital/Trabalho no Amanhecer do Século XXI”, in Fortes, J.A.S. e Soares, R.M.S.M. orgs, Padrões Tecnológicos, Trabalho e Dinâmica Espacial, Brasília, Universidade de Brasília.

OLIVEIRA, F (1996) - “Reforma e Contra-Reforma do Estado no Brasil”, in Proposta, Nº 68, Rio de Janeiro, Fase.
RIBEIRO, D. (1996) - O Povo Brasileiro, Rio de Janeiro, Cia das Letras.
TAUILE, J.R. (1989) - “Novos Padrões Tecnológicos, Competitividade Industrial e Bem Estar Social: perspectivas brasileiras”, in Revista de Economia Política 35, vol.8, Nº 3, julho-setembro de 1989
_____. (1990) - “A Velha Modernidade”, in Aquarella do Brasil, Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora

_____. (1994) - Flexibilidade Dinâmica, Cooperação e Eficiência Econômica, in Revista de Economia Política, vol.14, Nº 1, janeiro-março.
_____. (1996) - “Contrato Social e Base Técnica”, in Castro, A.B., Possas, M.L. e Proença, A., orgs, Estratégias Empresariais na Indústria Brasileira, Rio de Janeiro, Forense Universitária.
TAVARES, M.C. e FIORI, J. (1993) - (Des)Ajuste Global e Modernização Conservadora, Rio de Janeiro, Paz e Terra



ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO EM UM MUNDO GLOBALIZADO

José Luis Coraggio*

Jaime Silva



* Pesquisador Titular de Sistemas Econômicos Urbanos, Diretor do Instituto del Conurbano de la Universidad Nacional de General Sarmiento, San Miguel, Argentina.

Globalização

A globalização do mercado significa a desativação da maioria dos instrumentos jurídicos que os Estados utilizavam para dirigir as economias nacionais quando se buscava o desenvolvimento industrial centrado no mercado interno. Estes instrumentos eram utilizados para diferenciar o mercado interno do mercado externo e a interação dos agentes destes mercados, assim conformados, constituía o “mercado internacional”. Especificamente, a regulação dos mercados de trabalho e de divisas deu lugar a um campo de confrontações particulares, cuja resolução conjuntural foi cedendo espaço a um emaranhado de disposições legais para proteger os direitos sociais das maiorias, mas também os privilégios de algumas frações minoritárias. Hoje, a “liberalização” do mercado de trabalho e do mercado de capitais está na agenda de todos os governos. Por sua vez, a revolução tecnológica, que, em seu furor competitivo, impulsiona o capital global, faz com que o trabalho perca parte de sua centralidade como categoria em torno da qual se estruturam classes e identidades e que o capital financeiro se converta no sujeito que reorganiza economias, sociedades e culturas.

O mercado internacional era acompanhado de seu correlato social: a diferenciação entre burguesia nacional e burguesia estrangeira. O que supunha que o capital podia se encarnar em sujeitos, motivados pela busca de maiores lucros, que tinham um comportamento e objetivos particulares e distintos face à relação entre acumulação privada e desenvolvimento nacional. A burguesia nacional estaria objetivamente interessada no crescimento do mercado interno e, portanto, com uma consciência favorável a alian-

ças com as classes trabalhadoras. O aumento nos salários reais e a ampliação das classes médias significavam maiores custos, mas também uma ampliação do mercado, já que se convertiam em demanda para a produção nacional. Por seu turno, o setor do capital vinculado a atividades de exportações e/ou importações, de propriedade nacional mas interessada em abrir a economia para ter acesso ao mercado externo e baixar seus custos, aparecia em contradição com as frações nacionais e como aliado estratégico do capital externo.

Neste sistema, a proteção do mercado interno atraía frações produtivas do capital estrangeiro impossibilitadas de fazer penetrar os produtos oriundos dos países centrais. O investimento externo — sempre sob controle dos governos nacionais, que decidiam em que ramos e em que condições estes podiam se estabelecer — era visto como condição para o desenvolvimento e a modernização produtiva, mas também como risco para a soberania nacional. De qualquer modo, sempre estava aberta a questão do uso dos lucros gerados no país, que se pretendiam fossem reinvertidos e não enviados para suas matrizes. O controle cambial, hoje reduzido a sua mínima expressão ou inexistente, foi um instrumento privilegiado para lograr tal objetivo.

Assim, se o Estado jogou um papel fundador no desenvolvimento do mercado, o estruturou como *mercados internos* articulados em um *mercado internacional*. Hoje, porém, predomina a conformação de um *mercado global* ou *mundial*, e isto significa que estas diferenciações e segmentações sociais e econômicas politicamente sustentadas pelo Estado-nação tendem a se desfazerem. Significa ainda que o território nacional tende a ser um lugar dentro

de um espaço de forças que operam sem barreiras políticas. Finalmente, significa que o em-presariado global e o consumidor global são as figuras centrais da economia de mercado.

Por seu turno,
o setor do capital
vinculado a atividades
de exportações e/ou
importações, de
propriedade nacional
mas interessada em abrir
a economia para ter
acesso ao mercado
externo e baixar seus
custos, aparecia em
contradição com as
frações nacionais e como
aliado estratégico do
capital externo.

Nem mesmo a entronização do dinheiro mundial uniformizará totalmente os diversos cantos do globo. Subsistirão diferenças geográficas, culturais, de infraestrutura e econômicas. Porém, dizem-nos, estas já não serão resultado de decisão política e sim do livre jogo das forças de mercado operando sobre fatores históricos e geográficos. Tampouco será cumprida agora a promessa da teoria neoclássica: o livre movimento dos fatores não levará à uniformização dos ganhos e das oportunidades. Porque os países seguem as regras do jogo do mercado global com ritmos distintos (os países centrais mantêm um grande controle político do comércio internacional e impõem condições econômicas e extra-econômicas aos países mais débeis; os organismos internacionais tratam a dívida dos países centrais de maneira muito distinta daquela com que tra-

tam a do resto do mundo) e o próprio ponto de partida é muito diferente.

Os lugares que começam com vantagens para o capital e sistemas de governabilidade eficazes têm maior probabilidade de converterem-se ou confirmarem-se como centros de poder econômico e financeiro e como concentrações dos componentes mais dinâmicos das atividades econômicas. Outros lugares podem também atrair capitais, mantendo ou facilitando vantagens unilaterais, como o baixo custo da mão-de-obra (pela via dos baixos salários ou pelos baixos custos da seguridade social, que busca um ajuste estrutural), a segurança política e jurídica irrestrita dos direitos de propriedade do capital, a "disciplina" trabalhista e outras que podem fazer uma diferença significativa para a taxa de rentabilidade dos investimentos. Minimizada a capacidade dos Estados de criar diferenças "artificiais", as vantagens "reais" passam a ser verdadeiras espoliações sobre o patrimônio nacional acumulado sob o regime anterior (privatizações a preço de banana, concessões de virtuais monopólios nos serviços públicos, etc) ou significar a exclusão e perda brutal de direitos adquiridos pelos trabalhadores, incluindo-se amplos setores médios.

Um dos resultados deste processo é que tende a perder relevância a diferenciação entre "burguesia nacional" e "burguesia estrangeira" ou entre os capitais com estas denominações. Antigas ou novas frações do capital produtivo de propriedade de nacionais se entregam à desindustrialização, tornam-se especulativas ou comerciais, associam-se subordinadamente a capitais de âmbito global, participam da pechincha das privatizações, investem através de agentes financeiros sem saber o que e para onde produzir no mundo. As pequenas e médias empresas (PEMEs), teoricamente capazes de resolver o problema do desemprego e de ocupar o espaço do capital nacional, não

realizam tal ilusão, por falta de políticas adequadas, mas também de possibilidades reais num mercado livre onde a concentração brutal de capitais subsume tudo que seja significativamente rentável. Além disso, é provável que uma modernização tecnológica efetiva das PEMEs viria a reduzir significativamente suas vantagens na criação de empregos.

o consumo das massas urbanas empobrecidas continua sendo um negócio para o grande capital, como demonstram os hipermercados (destruidores do pequeno comércio), os serviços de entretenimento (o futebol como negócio, a TV a cabo) ou a venda de pacotes de alimentos para os programas sociais.

Pouco a pouco, tende a diluir-se a capacidade das frações locais remanescentes do capital de influir sobre os poderes públicos, e os governos nacionais passam a negociar diretamente com os *lobbies* dos capitais globais mediados ou não pelos poderes políticos de outros países. Por sua vez, a classe trabalhadora começa a sofrer as consequências de um mercado global de trabalho, no qual têm que competir com a elite dos trabalhadores, técnicos e profissionais associada aos centros de altas tecnologias e também com a massa de trabalhadores substituíveis encontrados em verdadeiras zonas francas, "livres" de direitos sociais e impostos, onde os custos salariais são apenas uma fração daquele historicamente alcançado nos países lançados no desenvolvimento industrial. A isto, deve-se agregar a dinâmica insuficiente da acumulação capitalista, que não

consegue incorporar, ao contrário expulsa força de trabalho na medida em que cresce a produção.

A situação das classes que só dispõem de seu trabalho como recurso sofre em consequência um processo de regressão com taxas altíssimas de desemprego, subemprego e precarização resultantes do processo global de reestruturação tecnológica e dos mercados em escala sazonal. Sem dúvida salvo para setores totalmente marginalizados, o consumo das massas urbanas empobrecidas continua sendo um negócio para o grande capital, como demonstram os hipermercados (destruidores do pequeno comércio), os serviços de entretenimento (o futebol como negócio, a TV a cabo) ou a venda de pacotes de alimentos para os programas sociais.

Desenvolvimento Humano

Sempre se deu um contraponto entre as teorias do crescimento e as teorias que se autodiferenciavam como teorias do desenvolvimento. Sempre se alertou que poderia haver crescimento sem desenvolvimento, quer dizer, sem a transformação institucional, tecnológica e social que supunha o paradigma da modernidade. Qual a novidade, então, de se adjetivar o desenvolvimento como desenvolvimento "humano" para contrapô-lo ao crescimento econômico?

Numa primeira aproximação, a perspectiva do desenvolvimento humano implica centrar a atenção na ação - em particular aquela do Estado, mas também a de outras formas de ação coletiva - *diretamente* na melhoria das condições sociais de vida, particularmente daqueles que não alcançam os níveis considerados mínimos em cada época e sociedade. Assim como os indicadores de crescimento econômico para as teorias economicistas, são centrais aqui os indicadores de equidade social e de qualidade de vida. Mais ainda, a perspectiva do desenvolvimento humano reafirma que o crescimento econômico não produz

por si só melhoria nas condições de vida através do que se denomina “efeito derrame”, é preciso investir *diretamente* nas pessoas, obtendo melhorias imediatas na saúde, na educação, na seguridade social e na qualidade de vida em geral de todos os membros da sociedade, ou, o que significa a mesma coisa, *investir em capital humano*.

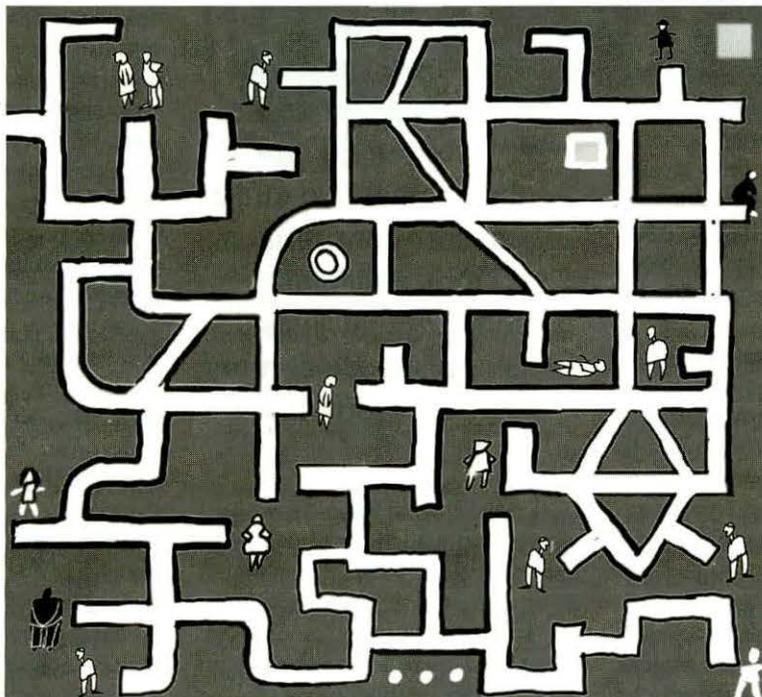
O que isto significa como estratégia de investimentos para uma sociedade que permanece sendo capitalista? Por sua própria natureza, enquanto permaneça capitalista, o investimento privado orienta-se para aquelas atividades em que haja ou que possa se criar uma demanda líquida que lhe permita realizar lucros. A demanda líquida é o critério que define suas prioridades, não a satisfação das necessidades mais urgentes. Critério semelhante orienta suas decisões

tecnológicas, que definem como se vai produzir, por exemplo, gerando mais ou menos empregos, degradando ou cuidando do meio ambiente, desenvolvendo as capacidades humanas ou a dos robôs, etc.

O capital e seus agentes não têm restrições em investir para produzir alimentos imprescindíveis, em habitação, em organizar escolas ou em incentivo à cultura, sempre que se possa obter lucros com sua venda a quem necessita. Porém, que o capital invista em produzir coisas para satisfazer as necessidades humanas não é o que se quer dizer com “investir nas pessoas”. Muito menos sob condições brutais de desigualdade na distribuição de renda e com uma exclusão crescente do mercado de traba-

lho, pois uma grande proporção das “pessoas” expressa somente uma parte de suas necessidades indispensáveis como demanda líquida no mercado. O livre funcionamento da economia de mercado deixa desta forma fora do rol dos humanos a ingentes massas da população mundial.

No interior do sistema capitalista, pareceriam restar três vias (todas políticas) para cumprir o mandato de “investir nas pessoas”,



- com a intermediação remunerada de organizações sem fins lucrativos (voluntariado, ONGs, organizações comunitárias e sociais, etc);

II) obras de infra-estrutura produtiva ou social com a intenção de dinamizar o investimento e a demanda capitalista de trabalho, contribuindo para a ampliar a oferta de serviços sociais e ainda incorporando por esta via indireta uma parte dos desempregados;

Marta Strauch

b) transferi-las como subsídios (por exemplo, através de um seguro desemprego, ou mediante um salário social mínimo garantido) para que sejam seus beneficiados que orientem ao mercado com suas novas demandas².

2. Como variante do exposto acima, que o Estado invista as rendas recuperadas para subsidiar.

I) empresas públicas que produzam e distribuam bens e serviços de primeira necessidade segundo critérios de pri-

oridade e equidade social (educação, saúde, pacotes alimentícios, etc);

1. Que o Estado exerça com autonomia relativa seu poder político, recuperando (principalmente pela via fiscal) uma parte das rendas apropriadas pelas minorias associadas ao capital¹ para:

a) reciclá-las para orientar o próprio mercado capitalista na forma de demanda pública ao setor empresarial de:

I) bens e serviços de primeira necessidade para serem distribuídos de forma gratuita ou subsidiada entre aqueles que carecem de meios para adquiri-los no mercado; esta distribuição pode ser feita:

- diretamente pelas próprias empresas públicas, cobrindo os custos de distribuição;

oridade e equidade social (educação, saúde, pacotes alimentícios, etc);

II) associações sem fins lucrativos que cumpram estas mesmas funções;

III) sistemas de pensões e aposentadorias, cobrindo o déficit produzido pelo desequilíbrio entre contribuintes e beneficiários resultante da reestruturação tecno-econômica.

3. Que o Estado use este excedente captado como um fundo (parcialmente rotativo) de investimento so-

(1) Isto pode ser feito através da cobrança de impostos, ou da isenção fiscal orientada, fomentando a “filantropia” de empresas e indivíduos de alta renda.

(2) Ver Rubén Lo Vuolo, *Contra la exclusión: la propuesta del ingreso ciudadano*, CIEPP, Buenos Aires, 1995.

cial, ao qual podem ter acesso com preferência e/ou de maneira subsidiada:

a) as médias e pequenas empresas caracterizadas pela alta geração de emprego por unidade de produto, apoiando-se com assistência técnica o desenvolvimento de suas capacidades para participar do mercado, em competição ou associação com o grande capital;

b) os trabalhadores individualmente ou associados (microempresas familiares, cooperativas) dispostos a produzir para o mercado, de forma complementar ou em competição com as empresas do capital. Deste modo, através de empreendimentos não estritamente empresariais, obtendo rendas para exercer um poder de demanda que reorientaria o investimento capitalista e o seu próprio para os setores de produção de bens e serviços de primeira necessidade. Nesta variante, os agentes encarregados dos programas podem ser:

I) organizações estatais responsáveis pelos programas;

II) organizações sem fins lucrativos que, com baixos custos, canalizem os recursos e promovam novas atividades de acordo com uma combinação de critérios de eficiência social e de mercado;

III) associações de produtores.

Estas três vias, que vêm sendo experimentadas, mostram poucas possibilidades de colocar em marcha um processo auto-sustentado com novos equilíbrios sócio-econômico e políticos. Constituem-se em medidas paliativas para os efeitos de processo brutal gerado pela liberação das forças do capital e seus megamecanismos mediáticos de geração de pautas culturais orientadas para o consumismo (e uma insatisfação) sem limites. Em todo caso, para efetivamente compensar os efeitos sociais da globalização, tais vias deveriam ser continuamente "subsidiadas" pela vontade política e a transferência de excedentes de maneira uniforme e em escala global, algo improvável devido à luta contínua das grandes potências para não perder suas posições no sistema mundial.

Ainda que estas vias fossem funcionais para um capital não selva-

gem, cuja classe dirigente incorporasse em sua estratégia global a governabilidade democrática, a sustentabilidade social e ecológica, seu necessário alcance global, supõe a constituição de um poder político democrático a nível global, como vêm sugerindo a Secretaria das Nações Unidas e alguns de seus organismos, algo que enfrenta a resistência das principais potências mundiais.

A se cumprirem os pressupostos da teoria neoclássica, os próprios consumidores determinariam soberanamente o quê e quanto consumir, indicando aos produtores, através de suas decisões de compra, quais seriam suas preferências.

De todo modo, subsistiria a tensão entre as tendências objetivas do mecanismo capitalista e uma utopia de uma sociedade de homens livres. Pressupor que a justiça social seja alcançada quando todos tenham acesso a um mínimo de satisfações historicamente determinado somente desloca a questão: esta determinação histórica é resultado de um processo social, do desenvolvimento de novos meios para cobrir necessidades insatisfeitas, mas também de *criação de necessidades* através da manipulação simbólica, o que supõe uma definição de um bom padrão de vida, o projeto de uma cultura em sentido amplo. A se cumprirem os pressupostos da teoria neoclássica, os próprios consumidores determinariam soberanamente o quê e quanto consumir, indicando aos produtores, através de suas decisões de compra, quais seriam suas preferências.

A realidade é que tal "soberania" está predeterminada pela ação psico-

lógica da propaganda e pela produção simbólica dos monopólios que controlam os meios de comunicação de massas. A extensão crescente destes mecanismos de produção simbólica às disputas eleitorais não pode senão significar uma perda diretamente política da soberania das maiorias.

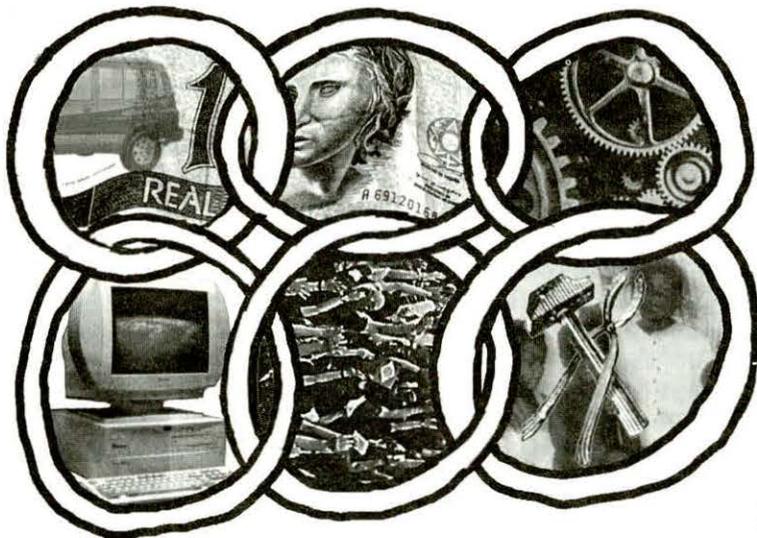
A partir desta perspectiva, o que significa melhorar a vida das pessoas? Uma perspectiva moral contemporânea indicaria que se deve atuar para compensar as desigualdades, concentrando os recursos nas maiorias que não têm acesso a níveis de vida, hoje, considerados mínimos. Isto supõe uma conta de soma zero, pois os recursos devem ser retirados dos setores minoritários que se apropriam da maior parte da riqueza, seja para atingir níveis de consumo suntuário e esbanjamento escancarado, seja para mais acumular e concentrar riquezas. Num sistema democrático, em que as decisões sejam tomadas pela maioria, este esquema deveria funcionar. A sociedade política decidiria limitar o enriquecimento de uns poucos e asseguraria a participação de todos nos benefícios da tecnologia, do trabalho e da organização produtiva. Tal não é o caso. Seja por interesse, seja por "pragmatismo", a classe política e a classe capitalista negociam, por trás da vontade popular, acordos e políticas de Estado.

Nem tudo se resolveria facilmente com um mecanismo de votações para decidir o que se produz e quem consome. De fato, poderíamos dizer que no mercado "se vota" quais produtos devem continuar sendo produzidos (ainda que através do voto qualificado pelo nível de renda). Mas os desejos e as motivações dos "votantes" são manipulados pelos grandes fornecedores de bens. Um aspecto da mercantilização da política é a manipulação das eleições com técnicas, recursos e valores análogos aos da competição no mercado. Um plebiscito sobre instituições e valores correria o mesmo risco enquanto subsistirem as estruturas de poder econômico e político hoje imperantes. Em todo

caso, este método não daria uma resposta fácil às contradições objetivas como as que se dão entre a satisfação imediata e a satisfação futura das necessidades; entre o uso no curto prazo dos recursos e a responsabilidade perante as gerações futuras; entre poupar e investir para ampliar a capacidade produtiva e consumir imediatamente. Complexas opções culturais se colocariam entre diversas concepções sobre o que é legítimo como ação econômica entre valores de sobriedade e austeridade, de conservação e preservação dos recursos limitados e os valores associados ao esbanjamento e à renovação *per se*. Sobretudo, se reafirmaria o pragmatismo das massas, que, diante de complexos discursos sobre o possível, necessitariam ver e experimentar as alternativas como opções realmente existentes.

A Economia Popular como projeto político-cultural

Sem uma mudança adequada das macroestruturas, nem sequer voltar a pleitear um programa público de pleno emprego ou seguridade social equitativa será eficaz. Tampouco será suficiente a *somatória* das iniciativas da sociedade, como as que hoje proliferam em nossos países. Um dos motivos, de ordem quantitativa, para isso é a incapacidade do modelo dominante em destinar recursos para uso social em magnitudes suficientes e, ao mesmo tempo, sustentar o processo de acumulação capitalista. Outro motivo tem a ver com a qualidade das iniciativas. Trata-se de sua atuação marginal e local, com base na infraestrutura social disponível e na oferta social de bens e serviços considerados imprescindíveis para atender as necessidades básicas insatisfeitas de um setor, que abrange desde os pobres estruturais até setores médios economicamente empobrecidos, por sua vez, tensionados continuamente pela exacerbação de uma cul-



Marta Strauch

tura individualista e consumista. Estas táticas não constroem uma alternativa estrutural, que considere seus beneficiados como produtores e cidadãos, mas se dão no sentido que as pessoas agüentem e mantenham suas esperanças de se reintegrarem de maneira estável ao novo sistema moderno. Reconhecer que os cidadãos excluídos são algo mais que desempregados momentâneos ou consumidores temporariamente insatisfeitos apenas leva a agregar nestes programas uma dimensão de "emprego e renda", que geralmente é estática, não auto-sustentada e de difícil reprodução.

Tanto pela necessidade das classes trabalhadoras de contar com bases materiais mais autônomas, como pela necessidade política de se mostrar praticamente que há alternativas superiores ao atual estado de coisas, é preciso propor e implementar outros modelos econômicos. A magnitude dos níveis de exclusão, previstos à medida em que se aprofunde e se estenda o novo sistema de produção a todas as áreas e ramos de atividade rentável, e a generalização e difusão global das pautas de consumo (novos bens e serviços, centros comerciais, hipermercados, etc) requeridos por este sistema permitem antever que continuar com o tipo de políticas sociais, programas e intervenções paliativas que se têm defendido será insu-

ficiente para cobrir a brecha crescente entre os objetivos do desenvolvimento humano e a realidade.

Passado o primeiro choque brutal do ajuste, revitalizam-se ou começam a aparecer propostas que buscam, ao mesmo tempo, resolver a questão do emprego, recuperando a centralidade do trabalho na sociedade, e realizar a utopia de uma sociedade coesionada não só pela divisão do trabalho, mas por vínculos de solidariedade interpessoal e social. Por exemplo, a proposta em voga de desenvolver um setor de economia *social*³, livre dos

(3) A economia do Terceiro Setor, ou setor do voluntariado, ou economia social, estaria formada por organizações sem fins lucrativos, dirigidas para melhorar as condições de vida da população. O trabalho característico deste setor é denominado *voluntariado*, ainda que se admita a necessidade de recursos financeiros -doações privadas ou como **recursos públicos** - que devem ser usados para cobrir os custos operacionais e a prestação de serviços, incluídas compensações pecuniárias para parte dos trabalhadores. Ainda que tenha implicações e conseqüências econômicas, seu interesse é social: satisfazer as necessidades dos marginalizados e excluídos do novo sistema produtivo capitalista. O trabalho assalariado e o trabalho por conta própria com fins pecuniários (produzir para vender) e seus agentes fariam parte do Primeiro Setor, considerado como setor de mercado e praticamente identificado com o setor capitalista. De maneira ambígua, o consumo de bens e serviços considerados básicos seria uma atividade própria do Terceiro Setor, pelo que se entende o peso das transferências de renda (salário social) como instrumento para o desenvolvimento e o caráter de revolução que se atribui à redefinição entre tempo de trabalho/tempo de ócio. (Ver Jeremy Rifkin, *El fin del trabajo*, Paidós, Buenos Aires, 1996).

critérios de eficiência e eficácia impostos pelo mercado capitalista, canalizando recursos e capacidades para atender às necessidades de infra-estrutura e serviços a nível local, acredita que, assim, se estarão gerando novos valores e se estará redefinindo a categoria central do trabalho como trabalho voluntário. Entretanto, com dissesmos, a somatória deste tipo de empreendimentos não assegura sequer que as necessidades básicas, pela sua própria natureza histórica, venham a ser satisfeitas. Mesmo que assim fosse, o que dinamizaria este *terceiro setor*, uma vez atingidos estes níveis básicos? Como poderá manter-se e sustentar equilíbrios psicossociais internos adequados numa sociedade impregnada de valores e inovação consumistas? Os níveis crescentes de excedente que deveriam ser extraídos da acumulação capitalista para sustentar uma integração social com os valores consumistas por ela mesma gerados terminariam por afetar a viabilidade do primeiro setor. Além disto, sustentar uma correlação política que mantenha o controle sobre o excedente significa colocar a necessidade de mudar drasticamente o funcionamento de um sistema político cada vez mais dependente dos recursos financeiros e de mídia.

Tudo parece indicar que, ao menos nos países periféricos, a resposta à terceira revolução tecno-social do capitalismo não pode ser uma coleção de microintervensões criativas direcionadas para a satisfação das necessidades urgentes. Nem sequer de macrointervensões pontuais (como uma lei de apoio às PEMEs ou o julgamento político de governantes corruptos ou ineficazes). Seu impacto material e cultural seria marginal, ao ser facilmente absorvido pelo restante das instituições, no interior de um sistema cultural crescentemente produzido pelo capital, não apenas pelos valores que ele introjeta em seus

agentes, mas porque o ramo das produções simbólicas transformou-se num negócio do grande capital. Para se gerar uma alternativa, deverá ser incluída uma transformação estrutural do contexto em que se desenvolvem tais intervenções, das relações entre os três subsistemas econômicos (o

Neste esquema, todas as unidades domésticas que não vivem da exploração do trabalho alheio, não podem viver da riqueza acumulada (incluídos investimentos em fundos de pensão, etc) e seus membros devem *continuar trabalhando* para realizar expectativas médias de

Subsistema	lógica/sentido	agentes
economia empresarial	acumulação de capital	empresas e suas rede e aparatos <i>ad hoc</i>
economia pública	acumulação legitimação de poder	organizações do Estado, partidos políticos, redes e paratos <i>ad hoc</i>
economia popular	reprodução ampliada da vida	unidades domésticas, suas redes e aparatos <i>ad hoc</i>

empresarial-capitalista, o público e o popular) e - paradoxalmente - da competitividade do terceiro pólo da economia para transformá-lo em gerador e não somente em receptor de recursos econômicos.

Existe uma quarta via, que poderia ser vista como uma integração e superação das anteriormente citadas:

4. Que o excedente captado seja redirigido para fomentar de maneira integral, a partir do Estado e das organizações da sociedade, o desenvolvimento de um subsistema sócio-econômico e cultural de produção e distribuição, ou *economia popular*, relativamente autônomo e autárquico, orientado estrategicamente pela reprodução ampliada da vida de seus membros⁴. Tal reprodução seria obtida em parte pelo consumo de sua própria produção (mediado ou não por intercâmbios mercantis entre os agentes deste subsistema), em parte mediante a obtenção de maiores rendas em seu intercâmbio com o setor das PEMEs e o setor capitalista, mas também através do desenvolvimento de relações comunitárias e sociais e estilos de vida de outra qualidade.

Para colocar a ECONOMIA POPULAR como terceiro pólo da economia, é necessário considerar a economia como composta por três subsistemas econômicos com três lógicas de ação econômica:

qualidade de vida, fazem parte da economia popular, *mesmo que todos ou alguns de seus membros trabalhem nos outros subsistemas*⁵.

Esta alternativa será viável?

A viabilidade da mudança social raramente é um dado. Mais precisamente, é algo a ser construído. Porém, as propostas sobre o que fazer devem passar por um teste de plausibilidade. Uma primeira dúvida diz respeito a se é possível construir tal subsistema sem pretender a grandiosa tarefa de substituir o sis-

(4) O conceito de reprodução ampliada é chave: não se refere à satisfação sem limites das necessidades introjetadas pelo capital, mas a uma expansão sem limites da qualidade de vida, incluídas as relações comunitárias e sociais, as capacidades humanas e sua realização, o que requer consumo, mas não se esgota nele e, de qualquer modo, não significa *consumismo*. Ver J. L. Coraggio, *Desenvolvimento humano e educação*, Cortez Editora, São Paulo, 1996. Sobre o caráter histórico e o papel do consumo como motivação, é útil uma leitura crítica de Robert Bocoock, *El consumo*, Talasa Ediciones, Madri, 1995.

(5) Para o desenvolvimento destas questões, ver: J.L. Coraggio, *op. cit.*; "A construção de uma economia popular como horizonte para as cidades sem rumo", em: Luiz Cesar Queiroz e Orlando Alves dos Santos Júnior (Org.), *Globalização, fragmentação e reforma urbana*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1994; "Economia popular e construção da cidade", *Proposta*, FASE, N° 62, 1994; *Economia Urbana: la perspectiva popular*, Instituto Fronesis, Quito, 1994.

tema capitalista. Acreditamos que este não pode ser o objetivo inicial e sim aproveitar as tendências à dualização e as necessidades de legitimação deste sistema para constituir estruturas capazes de interatuar com as forças destrutivas do mercado capitalista e, por sua vez, resistir-lhes. Outra dúvida é se será possível que o imperativo da governabilidade, junto com os limites morais e políticos que se colocam ante a sociedade global emergente imponham ao capital o respeito a uma economia popular parcialmente protegida de sua força competitiva. Nesta direção, pode-se argumentar teórica, moral, social e politicamente; no entanto, dada a correlação atual de forças, é fundamental mostrar praticamente a eficácia econômica e social da economia popular para sustentar sua legitimidade e a viabilidade de tal proteção. As possíveis condições para poder se experimentar realmente esta eficácia como sub-sistema não são poucas, nem fáceis, e requerem um ponto de partida respaldado politicamente.

Consolidar uma economia popular auto-sustentada requer tempo. Colocá-la em marcha requer ainda uma injeção inicial de recursos orientados para o desenvolvimento de outras estruturas e instituições econômicas. Somente assim poder-se-á superar o estado fragmentado das atividades econômicas populares e conformar um subsistema organicamente integrado, ainda que aberto. Sua atividade produtiva deverá satisfazer diretamente parte das necessidades dos setores populares, ao mesmo tempo, *competir exitosamente pela preferência dos consumidores em segmentos do mercado global; deverá ocupar os excluídos e gerar renda monetária necessária para se articular através do mercado com o restante da economia; deverá ainda gerar e aplicar coletivamente um excedente econômico suficiente para sustentar-se e se ampliar sobre suas próprias bases.* Não se trata da auto-suficiência, muito menos da clausura das comunidades locais

(ainda que o desenvolvimento local possa ser uma idéia mobilizadora de recursos e vontades), mas de intercâmbios *regulados adequadamente* com a economia do capital e com a economia pública.

Alcançar esta organicidade em nossos países é uma questão que não se pode deixar ao livre sabor do jogo econômico e, tampouco, será conseguido com um acompanhamento ideológico do tipo que se tem nos projetos isolados que predominam hoje. Nisto radica uma diferença entre a proposta de promover uma economia popular e continuar agregando recursos à somatória dos microprojetos locais. Promover a conformação de um subsistema de economia popular implica em trabalhar não apenas com microprojetos, mas também atuar organizadamente sobre as macrorrelações e instituições que atuam sobre o conjunto (regulação das trocas, sistema fiscal, justiça econômica, representação coletiva, redes de financiamento, sistemas de formação e capacitação, sistemas de pesquisa e controle de qualidade, sistemas acessíveis de informações relevantes de ordem local, nacional e internacional, etc, etc), operando simultaneamente nas diferentes partes de um todo em vias de formação⁶

Implica investir recursos importantes no desenvolvimento, consolidação e alimentação de redes que articulem, comuniquem e dinamizem a multiplicidade de empreendimentos e micro redes populares. Implica, por exemplo, canalizar recursos de pesquisa e assessoria técnica das universidades para a conformação de centros tecnológicos que alimentem e estimulem estas redes de *maneira permanente*, expandindo a fronteira do possível para seus agentes privados ou públicos.

A experiência repetida de empreendimentos que não conseguem sobreviver quando deixados por conta própria pelas ONGs ou agências que os

gestaram indica um sistema de instituições, entre elas o mercado, estruturalmente hostil ao surgimento e ao desenvolvimento de tais empreendimentos.

Isto deve ser reconhecido e os mecanismos para se contrapor aos efeitos desnecessariamente destruidores do processo de seleção darwiniano institucionalizados. O processo histórico de formação de nossas nações constituiu sistemas legais pretensamente pluralistas, mas, na realidade, pró-empresariais e com um viés contra as economias populares e suas instituições. Por isto, se requerem reformas jurídicas maiores para facilitar o surgimento das novas instituições econômicas.

Além disso, para que estas novas estruturas *jurídicas e econômicas* não sejam instrumentalizadas pela lógica do capital e do poder político a ele associado, é necessário empreender também uma profunda transformação *cultural* dos valores sobre o bem-estar, a justiça, o trabalho, a democracia e os limites da legitimidade do exercício do poder. A equidade não deve ser vista como um valor que se pode acrescentar ou impor externamente à economia para compensar os efeitos da transformação produtiva, mas que deve se encarnar nas novas estruturas econômicas. Caso se pretenda realmente encontrar uma solução permanente para os problemas do desemprego, a precarização e a exclusão, não se poderá reduzir a ação a microprogramas, nem a políticas setoriais de emprego no interior das mesmas macro-estruturas. São necessárias reformas estruturais no sistema fiscal na direção de taxaço regressiva e o controle participativo dos recursos públicos, hoje vulneráveis aos arranjos entre as cúpulas políticas e corporativas. É necessário desarmar as estruturas de poder coercitivo (incluindo-se a força crescente das máfias) que coagem não apenas

(6) Por exemplo, supõe antecipar que uma economia popular urbana deve nascer articulada com a economia popular rural, pelas necessidades complementares que podem ser atendidas nesta articulação.

a livre expressão, mas a livre atividade econômica das maiorias. É necessária uma mudança na cultura política, o rechaço ético à chantagem clientelista e à corrupção, hoje mal justificada por critérios de eficácia. É preciso acesso aos meios de comunicação de massas para gerar e propor outros valores e estilos de vida para a população, apelando aos melhores valores que a sociedade humana desenvolveu e evitando respostas chauvinistas ou fundamentalistas antimodernistas. É necessária a organização e o exercício de um poder econômico popular no mercado, que respalde a competitividade da produção popular. Requerem-se mecanismos de controle de qualidade desta produção, desenvolvendo os melhores valores do artesanato: o orgulho pelo produto de seu próprio trabalho, a valorização da criatividade, a relação honesta com o usuário, a busca de termos justos para a troca, a valorização da cooperação e do autocontrole a nível social, evitando-se deflagrar processos destruidores e alienantes.

Tais frentes de ação só podem ser encaradas sinergicamente se da multiplicidade de ações públicas ou privadas orientadas para atender as necessidades imediatas das maiorias emergir um movimento complexo, pluralista e heterogêneo - por seus atores e pela liberdade e diversidade de suas iniciativas - que compartilhe um paradigma de ação social transformadora. Somente neste contexto, recobririam novo sentido e se potencializariam a multiplicidade

de políticas e programas dirigidos aos setores populares. Na América Latina, o desenvolvimento humano requer, mas não pode se limitar a cobrir o acesso aos meios de vida de primeira necessidade. Tampouco poderá ser obtido com intervenções puramente ideológicas para inculcar novos valores. Economia e cultura devem articular-se sinergicamente nas intervenções que gerem recursos e relações sociais harmoniosas. Como se chega é tão importante como o quanto se obtém e para conseguir que tipo de vida. Nem o consumismo, nem a caridade são a via para um cabal desenvolvimento humano. Pretender conseguir todas estas mudanças supõe um projeto político cultural e um amplo movimento que o sustente de maneira congruente na cena política e nas buscas coletivas de resolução dos problemas urgentes de cada localidade ou grupo, articulando os esforços de desenvolvimento local no interior de uma perspectiva macrossocial de desenvolvimento.

**Nem o consumismo,
nem a caridade
são a via
para um cabal
desenvolvimento
humano.**

Neste sentido, será fundamental a posição estrutural da camada de dirigentes sociais e políticos, assim como dos técnicos, promo-

tores, pesquisadores e outros tantos agentes que operam como mediadores a partir de ONGs, organizações sociais, centros educativos, associações culturais, igrejas, movimentos sociais, etc. Um "terceiro setor", formado por uma camada de mediadores ilhados - se é que não em competição entre si - entre as necessidades populares, por um lado, e a economia empresarial (exemplo: filantropia) ou a economia pública (exemplo: ONGs que canalizam recursos públicos na gestão descentralizada de programas sociais), por outro, tenderá a convertê-los em parte de uma elite funcional para a reprodução de um sistema dual. Se, ao contrário, eles se articulam sob a lógica da economia popular, que requer também seus próprios intelectuais, profissionais e técnicos organicamente incorporados a um projeto de transformação, será fortalecida a possibilidade de uma alternativa efetiva não apenas ao desemprego e à precarização do trabalho, mas também ao projeto hegemônico do capital global. E isto não é contraditório com a viabilidade e a competitividade no mercado global, mas, ao contrário, permitirá alcançá-la em bases de maior coesão social, maior capacidade de auto-sustentação econômica e autêntica estabilidade política.

(7) Ver José L. Coraggio, "La agenda de desarrollo local", em J.L. Coraggio, *Descentralización: el día después...*, Cuadernos de Postgrado, Serie Cursos y Conferencias, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires (no prelo).

Assine

PROPOSTA

**Reproduza o cupom ou faça sua
assinatura pelo telefone:**

(021) 286-1441

entrevista

Nassim
Gabriel
Mehedff

Secretário de Formação e
Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho

Amaury Queiroz



Proposta - Qual a sua visão sobre o futuro do trabalho no mundo e no Brasil?

Nassim - Empresas e negócios estão sempre mudando. Mas, desde que entramos nos anos 80, na rota final para o ano 2000, essas mudanças se ampliaram e se intensificaram de forma antes nunca vista. A integração econômica – o Mercosul logo aí em nosso quintal –, a maior abertura do mercado, o aumento da concorrência, um pouco de conscientização do consumidor – que até ganhou um Código de Proteção em 1991 –, tudo isso começou a pressionar as empresas para reduzirem custos, melhorarem a qualidade dos produtos e serviços, ganharem competitividade, enfim.

As empresas começaram, na maioria dos casos, pela modernização de máquinas e equipamentos. Computadores e máquinas eletrônicas invadiram o mercado. Mas, logo se viu que era preciso ir mais fundo. Mexer na organização, na administração, na “filosofia” dos negócios. Um caminho sem volta para sobreviver em mercados cada vez mais exigentes e competitivos. O armazém virou hipermercado, a farmácia *drugstore*, a loja se incorporou ao *shopping* ou *outlet*, a lanchonete se vestiu de *fastfood*, o sítio se integrou ao complexo agro-industrial ou à fazenda. Na fábrica, o controle numérico em lugar do torno; células de produção em lugar de linhas de montagem.

Mudam as empresas, muda o emprego. Não faz muito tempo, costumava-se associar “emprego” com indústria (ou um serviço público estável), “posto de trabalho”, “estabilidade”, “proteção”... Com a reestruturação, o emprego migrou da indústria para os serviços, formais ou informais. Na produção flexível, perdeu a vinculação ao posto. No mercado em transformação, tornou-se instável e autônomo. No setor público, onde o aparato

de Estado muda de característica e de objetivo, o funcionário é impelido a buscar outro perfil, mais flexível e rearticulado.

Proposta - Pode-se dizer, então, que o emprego está desaparecendo?

Nassim - Seria um exagero fazer essa afirmação. Na verdade, estamos em uma era em que fenece o emprego e vai renascendo o trabalho. Essa nova feição do emprego, nos anos 90, atrai a atenção para um recente galicismo (ou anglicismo): a *empregabilidade*. A palavra foi lançada por especialistas em *outplacement* – expressão elegante para designar dispensa e recolocação de executivos e profissionais de nível superior. Significando, nesse contexto, o conjunto de conhecimentos, habilidades, comportamentos e relações que tornam o profissional necessário não apenas para uma, mas para toda e qualquer organização. O que, sem dúvida, é válido para o trabalhador em qualquer nível. Agora, mais importante que apenas obter um emprego, é tornar-se empregável, manter-se competitivo em um mercado em constante mutação. Preparar-se, inclusive, para várias carreiras e diferentes trabalhos – às vezes simultâneos.

Proposta - Como se traduz, concretamente, esse conceito de empregabilidade?

Nassim - São muitos e variados os ingredientes da empregabilidade. Mas, podem ser sintetizados em três componentes-chaves: competência profissional, disposição para aprender continuidade e capacidade de empreender.

Competência profissional é uma questão de aprendizado formal e de experiência. Longe de se restringir ao simples domínio de tarefas e operações, envolve conhecimentos, habilidades sociais e intelectuais, atitudes e comportamentos requisitados em

determinadas áreas de trabalho ou setores da economia.

A competência, no entanto, é permanentemente construída, aprimorada, renovada. Não é um estoque, mas um fluxo. Daí a importância da disposição para aprender, que alimenta esse fluxo.

Além de aprender, é preciso empreender. Não apenas no sentido restrito de montar um negócio próprio – o que, sem dúvida, se torna fundamental no contexto da reestruturação e mutação do emprego. Mas, acima de tudo, na acepção de localizar-se e empreender-se a si próprio na economia e na sociedade em permanente transformação. O cidadão produtivo é aquele capaz de apreender e gerir uma realidade que tem como constante única a transitoriedade permanente.

Proposta - Mas esse não é um perfil de 1º mundo, ou somente de setores de ponta? E o “informal”, as pequenas empresas?

Nassim - É ilusório pensar que se restringe a empresas ou setores de ponta. Pois se difunde por toda a economia, à medida que requisitos de produtividade, qualidade, competitividade deslizam por toda a cadeia produtiva, de grandes empresas aos seus fornecedores “terceirizados” ou “quarteirizados”. Ai do vendedor ambulante que for incompetente, apático, sem iniciativa, sem curiosidade e, principalmente, iletrado. Até a reforma agrária muda seu foco nesse processo: da simples posse da terra, para o domínio da produção agrícola... Não basta apenas “tomar a terra”: é preciso manter e gerir a posse, para torná-la produtiva e reverter em benefícios aos ocupantes. Sem competência – individual e coletiva – os “sem-terra” não “se estabelecem”...

Proposta - Como o trabalhador vai desenvolver essas habilidades, formar esse novo perfil?

Nassim - Esse é o grande desafio

que se coloca hoje para a educação profissional. No antigo paradigma, educação profissional podia ser pensada como um evento único, de longa duração, suficiente para se entrar no mercado ou se obter um posto de trabalho. Podia até, como de farto ocorreu, substituir a educação básica. Pois, no fundo, numa certa fase, o mercado absorvia muito bem o "operário padrão": disciplinado, leal, pronto para "vestir a camisa da empresa", mesmo que fosse quase iletrado.

No novo contexto, a educação profissional recupera, antes de tudo, sua posição necessariamente complementar – jamais substitutiva – à educação básica, com orientação acadêmica. Esta, por sua vez, entendida como ensino fundamental e médio (1º e 2º graus) de qualidade, para crianças e adolescentes. Ou, no caso de adultos que perderam essa chance, de programas massivos e intensivos de reforço ou desenvolvimento de habilidades básicas. Implicando, entre outras ações, o resgate da dignidade do ensino supletivo, dever do Estado e direito do cidadão, principalmente do cidadão "excluído". Tudo isso sem perder de vista a função estratégica do ensino superior.

A partir dessa premissa de complementaridade à educação de 1º e 2º graus, educação profissional tem que ser pensada em bases contínuas ou permanentes: não basta um único e longo curso para entrar no mercado. Todo trabalhador precisa ter chance de múltiplas entradas e saídas nos sistemas de educação profissional para se qualificar ou se requalificar, não raro, no curto prazo, e durante toda sua vida produtiva.

Pensada desse modo, a educação profissional exige foco muito preciso, tanto no mercado, quanto na clientela. Desvincula-se necessariamente de todo e qualquer viés assistencialista ou contencionista, expresso, por exemplo, em cursos ministrados exclusivamente para tirar menores da rua, ou ocupar mulheres pobres, quando não direcionados a objetivos de "promoção humana", sem ênfase

na melodia de qualidade de vida pela inserção na produção.

Proposta - Seria essa a solução para o problema do emprego?

Nassim - Educação profissional não cria empregos. E pode ser um desperdício, formando "qualificados desempregados", caso não tenha o foco mencionado, ou seja ofertada de forma dissociada da educação básica. Mas, devidamente "focada", educação profissional é hoje componente essencial da empregabilidade. E, sobretudo, da constituição do cidadão produtivo, sem o qual nenhuma economia se torna moderna e competitiva, nem a sociedade se faz mais aberta e igualitária. Pois a educação profissional, se de um lado aprimora o desempenho técnico, também alarga a competência coletiva necessária à melhoria da qualidade de vida das populações.

Proposta - É possível fazer essa "teoria" chegar à "prática"?

Nassim - O Brasil dispõe de considerável capacidade instalada de educação profissional: os "S" (SENAI, SENAC, SENAR e SENAT), as ONGs, as universidades, as empresas, os sindicatos, as Escolas Técnicas, o próprio setor independente. Todo esse conjunto de escolas e agências de educação profissional pode ser estimado em quase 30 mil unidades (escolas, centros de treinamento, unidades móveis etc.). No entanto, essas instituições, cada uma altamente reconhecida na sua competência, atuam de forma desarticulada entre si. Pior: sem uma relação central com uma política nacional de educação profissional. Política essa que seria o foco para o planejamento e avaliação do retorno social e econômico dos programas, do ponto de vista do setor produtivo e da sociedade mais ampla.

Proposta - Há políticas e programas públicos nesse sentido?

Nassim - As questões e premissas apresentadas orientam, a

partir de 1995, a concepção e implementação do PLANFOR – Plano Nacional de Educação Profissional 1996-99, no âmbito do Ministério do Trabalho. A partir de 1996, o PLANFOR tornou-se um dos 42 projetos prioritários do Governo Fernando Henrique, destacado no Plano de Governo "Brasil em Ação".

O objetivo geral do PLANFOR é mobilizar e articular, gradualmente, toda capacidade e competência de educação profissional disponível no país, de modo que se alcance, a partir de 1999, capacidade de qualificar e requalificar, anualmente, pelo menos 20% da População Economicamente Ativa (PEA) – o que, em números atuais, estaria em algo como 15 milhões de trabalhadores. Hoje, em estimativas preliminares, a oferta global de educação profissional no país estaria em torno de 3,5 milhões de trabalhadores atendidos ao ano, equivalendo a 5% da PEA.

O Brasil tem uma PEA de 74 milhões de trabalhadores, com menos de 4 anos de estudo (não de escolaridade) e cerca de 20% de analfabetos. Destes, aproximadamente 80% se encontram na faixa etária de 15 a 30 anos de idade, ou seja, em plena idade produtiva e com elevado potencial de empregabilidade. Educação profissional, embora por si não crie empregos, é um componente essencial da empregabilidade de jovens e adultos.

Proposta - A quantas anda esse PLANFOR?

Nassim - O PLANFOR está sendo implementado por meio de dois mecanismos fundamentais:

- Planos Estaduais de Qualificação, coordenados pelas Secretarias Estaduais de Trabalho, sob orientação e supervisão das Comissões Estaduais e Municipais de Emprego, financiados com recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), mediante convênios firmados entre as Secretarias

de Trabalho e o MTb/SEFOR;

• parcerias – mediante convênios, termos de cooperação técnica, protocolos de intenções – com toda rede de educação profissional do país, que abrangem as diferentes entidades acima mencionadas, públicas e privadas, governamentais e não governamentais.

Em seu primeiro ano de implantação efetiva – na verdade, apenas o 2º semestre de 1996 –, o PLANFOR logrou qualificar ou requalificar perto de 1,2 milhões de desempregados, trabalhadores do mercado formal e informal, micro e pequenos empresários e produtores, do mercado urbano e rural, jovens a procura de emprego, jovens em risco social, mulheres chefes de família, portadores de deficiência, em suma, populações dos mais diversos perfis, mas com uma demanda comum; competência para se estabelecer e trabalhar. O investimento feito nessa empreitada foi de cerca de R\$231 milhões, do FAT (sem contar a contrapartida média de

20% dos Estados e o aporte, não contabilizado, de outros parceiros).

Proposta - Existe algo de novo no PLANFOR, além dos resultados quantitativos? Não é mais um daqueles planos de treinamento em massa, reforçador da pobreza?

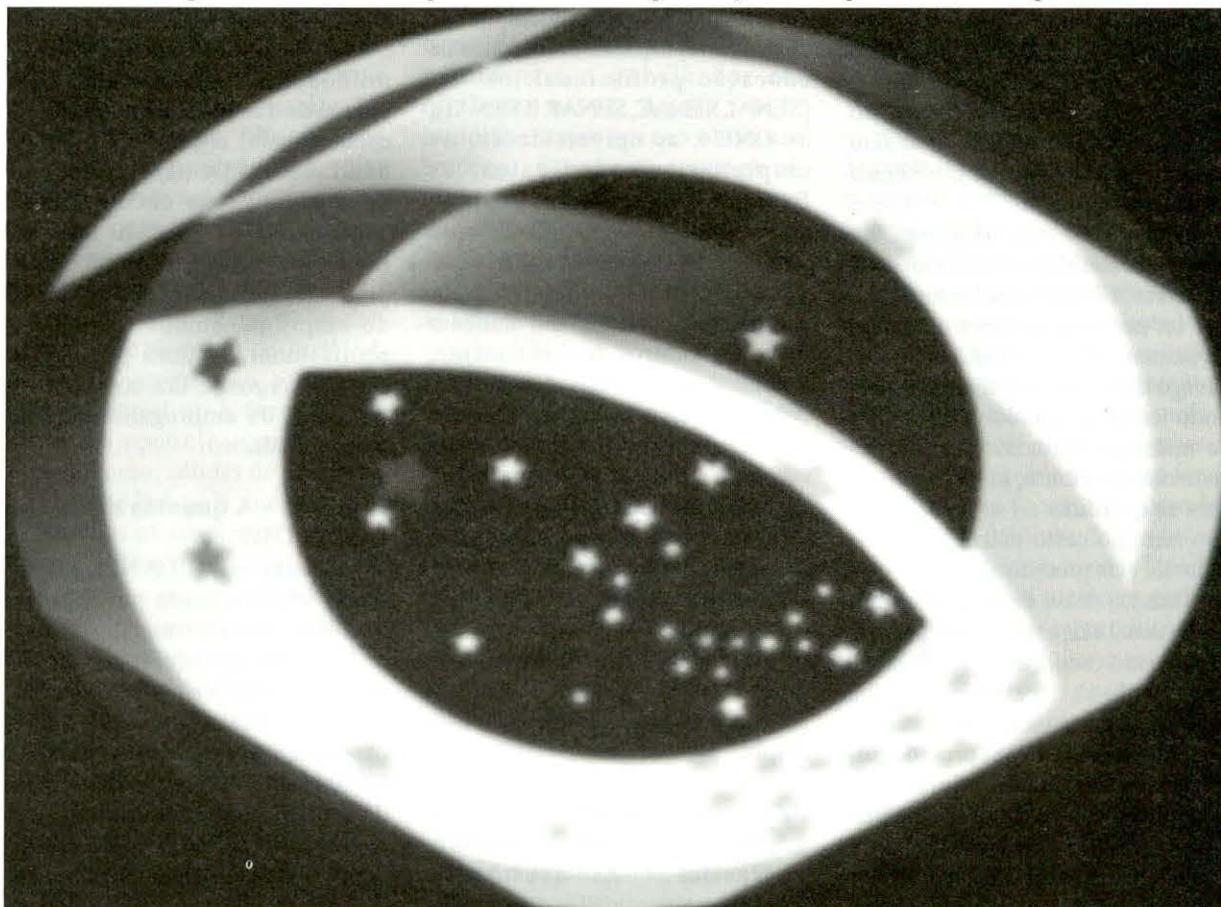
Nassim - Uma das “novidades” do PLANFOR é justamente ter começado a reverter o costume de se ofertarem cursos disponíveis na praça, repetidos a cada ano, sem levar em conta necessidades da clientela, potencialidades do mercado e, portanto, com baixo ou nulo índice de empregabilidade dos treinandos. Hoje, os programas estão focados no mercado e na clientela, sendo essa uma exigência básica para sua aprovação técnica.

Além disso, o processo de elaboração e implementação dos Planos Estaduais aponta para a progressiva consolidação do papel estratégico das Secretarias de Trabalho na articulação e implementação da política de trabalho e qualificação nos

estados, congregando não só recursos do FAT, como de todas as agências locais de educação profissional, em especial as que são financiadas com recursos públicos.

Concebido e articulado pelo poder público, esse é um instrumento para que, progressivamente, toda a capacidade instalada de educação profissional no país ajuste seu foco no esforço massivo de formação e permanente qualificação do cidadão produtivo. Este sim é o papel articulador e estratégico que o Estado deve assumir. Nunca ser “executor” direto, mas arquiteto e garantidor da eficiência das ações e investimentos dos empresários, trabalhadores, ONGs, enfim, da sociedade civil no seu objetivo público mais amplo.

Na verdade, é um processo que apenas se inicia no Brasil. Mas que sinaliza, pelos seus resultados preliminares, que é possível construir, em bases de parceria e descentralização, uma política efetiva de educação profissional no país.



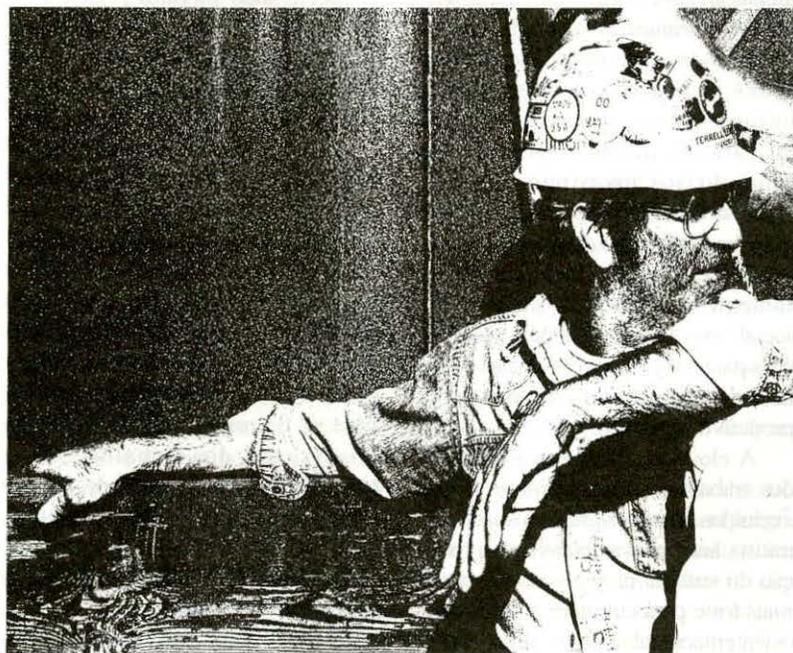
Amaury Queiroz

entrevista

Vicente Paulo da Silva

Presidente da CUT - Central Única dos Trabalhadores

Amaury Queiroz



Proposta - Quais são os principais desafios colocados pelas mudanças econômicas em curso?

Vicentino - A principal tarefa colocada para a construção política de uma alternativa para o nosso país requer uma nova estratégia de desenvolvimento orientada pelos preceitos básicos de solidariedade e inclusão social daqueles que jamais se beneficiaram dos frutos do crescimento nas décadas anteriores. Assim, o principal desafio de uma nova estratégia de desenvolvimento está em tornar compatíveis as necessidades presentes de reestruturação industrial com a reversão das desigualdades sociais e regionais e de incorporação da grande massa de excluídos ao desenvolvimento. Isso implica encarar os trabalhadores de uma só vez como consumidores, produtores e cidadãos.

Proposta - Como isso poderia servir de base para um novo ciclo de desenvolvimento?

Vicentino - A elevação da renda dos trabalhadores e a redução das desigualdades regionais são compatíveis com o objetivo de aumento da competitividade em bases socialmente justas e duradouras. Os novos fatores de competitividade devem estar baseados em trabalhadores integrados ao mercado de consumo (políticas regionais e de rendas) e ao mercado de trabalho (políticas de estímulo aos investimentos e de expansão do emprego). Isso significa que a redistribuição de renda e a redução das desigualdades regionais não são somente princípios de democracia social, mas também elementos essenciais para a elevação contínua e sustentada da competitividade do sistema produtivo brasileiro.

A elevação progressiva da renda dos trabalhadores e do ingresso dos excluídos no mercado de consumo permitiria aumentar as escalas de produção do sistema produtivo e o tornaria mais forte para enfrentar a concorrência internacional no mercado interno.

Proposta - Que políticas de governo poderiam ser colocadas em prática nesta direção?

Vicentino - A elevação da produtividade do setor produtivo deve resultar da elevação da produtividade social e não da demissão em massa de trabalhadores e da crescente precarização e informalização do mercado de trabalho. Para tanto, são essenciais a ampliação dos investimentos no saber e no conhecimento (educação, pesquisa científica e tecnológica e formação profissional) e a reconstrução, modernização e expansão da infraestrutura econômica e social (transporte, energia, telecomunicações, habitação e saneamento). Essas áreas deveriam compor o núcleo central das políticas indutoras da competitividade social.

A política industrial deve estar subordinada aos objetivos da geração de empregos e do fortalecimento da estrutura produtiva na geração da riqueza nacional. Isso requer a adoção de políticas setoriais. Isso exige uma ação do Estado no sentido de orientar e facilitar os investimentos nos setores produtores de bens de consumo de massa e intensivos em mão-de-obra (construção civil, têxtil e confecções, agroindústria, couros e calçados, farmacêutica e turismo, agricultura familiar, entre outros).

Portanto, a prioridade da ação pública, no curto prazo, seria estimular a expansão da capacidade instalada, o aumento da qualidade dos produtos e a redução real de preços nesses setores. No entanto, esses setores, isoladamente, não são capazes de, no médio e longo prazos, contribuir para a elevação contínua e consistente da renda e da qualificação profissional dos trabalhadores e também não são capazes de *liderar* a expansão do conjunto da economia.

Proposta - Como essa liderança pode ser exercida?

Vicentino - Esse elemento exi-

ge a incorporação de outros setores industriais entre as prioridades de política industrial, em particular do complexo metalmeccânico, do setor químico e dos setores de fronteira tecnológica (informática, equipamentos de telecomunicações, software, biotecnologia, química fina, novos materiais, etc.). Tais setores são essenciais, pois cumprem o papel de liderança do crescimento, de difusão das inovações tecnológicas e organizacionais para o conjunto da base produtiva, e são capazes de absorver trabalho qualificado e de promover níveis de renda mais elevados.

Entretanto, não são todos os setores desses complexos industriais que necessitam de políticas setoriais de fomento e, onde elas são necessárias, as demandas por políticas não são da mesma natureza. Ou seja, para alguns setores as exigências de curto e médio prazos estão mais relacionadas à expansão da capacidade instalada; para outros, à reorganização e atualização do "mix" de produção; e há setores que exigem uma rápida modernização de processo industrial, sob o risco de serem eliminados pela concorrência internacional. Isso exigiria a adoção de seletividade na política industrial, orientada pelas distintas necessidades mais prementes dos diversos setores e subordinadas à importância de cada um deles no emprego industrial (direto e indireto).

Proposta - Como o Sr. vê a questão do desemprego atualmente?

Vicentino - Hoje, o desemprego atinge, segundo dados oficiais (IBGE), pouco mais de 5,1% da população economicamente ativa (PEA), correspondendo a cerca de 3,8 milhões de desempregados. Entretanto, o critério utilizado pelo governo para mensurar o desemprego não condiz com o perfil do mercado de trabalho brasileiro. O cidadão só é considerado desempregado nas estatísticas governamentais se ele procurou emprego apenas na semana anterior à aplicação da pesquisa.

Segundo a pesquisa do Convênio SEADE/DIEESE, que contém critérios mais rigorosos, o desemprego na Grande São Paulo (desemprego aberto e oculto) é de 14,2%, resultando em 1,2 milhões de desempregados. Estima-se para todo o país um contingente de cerca de 9,65 milhões de trabalhadores desempregados (desemprego aberto e oculto). Numa sociedade marcada pelo descaso com as políticas de proteção aos excluídos do mercado de trabalho, o desemprego é a condição mais próxima da marginalização social e econômica e a mais distante da promoção da cidadania e para a consolidação do nosso jovem regime democrático.

Proposta - Que propostas ou iniciativas poderiam ser implementadas para o combate ao desemprego?

Vicentinho - Frente a esse quadro, estamos desenvolvendo esforços na seguinte direção:

Lutar por uma ampla **reforma agrária** com metas anuais de assentamento fixadas e negociadas com os atores sociais mais representativos, aliada a uma **política agrícola** orientada especificamente para a produção familiar, capaz de fixar as famílias no campo e aumentar a produção de alimentos como parte de uma política de combate à fome e à miséria no campo e na cidade.

Lutar pela implementação de uma **Nova Política Industrial** associada à **Revisão da Política de Comércio Exterior** capaz de estimular os investimentos em setores geradores de emprego e renda (direto e indireto) e orientada por uma visão de cadeia produtiva.

Reduzir a jornada semanal máxima de trabalho de 44 horas - prevista na Constituição - para 40 horas para todos os trabalhadores, sem redução de salário e sem flexibilização. A drástica redução da jornada de trabalho para todos pode manter o nível atual de emprego no país ou mesmo gerar empregos se for ampliada a limitação existente às horas extras.

Pressionar o governo, junto a to-

dos os setores democráticos e populares, a **reorientar a política econômica direcionando-a à promoção do crescimento econômico com equidade social e regional**. O recente desemprego no país deve-se, em grande medida, às medíocres taxas de crescimento dos últimos anos, resultado da armadilha imposta pelo Plano Real que criou uma forte oposição entre o crescimento e a manutenção da inflação em níveis baixos. Para incorporar anualmente todos aqueles que ingressam no mercado de trabalho e reduzir as taxas atuais de desemprego seria necessário que o país voltasse a crescer cerca de 7% ao ano.

Promover uma ampla **reformulação e valorização do sistema público de emprego existente**, orientando-o a conciliar e articular o programa de seguro-desemprego, à intermediação de mão-de-obra e à educação e reciclagem profissional. É preciso, ter claro que a valorização do atual sistema público de emprego não atuará na direção de gerar mais empregos no país.

Entretanto, a sua valorização certamente deve diminuir o "desemprego friccional", fruto da ausência de informações adequadas e públicas a todos os desempregados (abertos e ocultos) sobre as vagas oferecidas no país e criará condições para aqueles que estão excluídos do mercado de trabalho disputarem essas vagas em virtude da inadequação deles às maiores exigências por escolaridade e formação profissional.

Proposta - De onde viriam os recursos para estas iniciativas?

Vicentinho - Da criação de um **Fundo Nacional de Geração de Emprego e Educação Profissional** constituído a partir da totalidade dos recursos do FAT, do Sistema "S" (SEBRAE, SENAC, SENAI, SESI), dos recursos atualmente destinados aos fundos de promoção regionais (Sudam, Sudene, Finor, etc.) e de uma taxa adicional média aplicada sobre as importações dos produtos de consumo e intermediários (exceto para bens de capital). Essa taxa deve ter um valor máximo e

variar de acordo com a participação dos produtos importados na produção nacional.

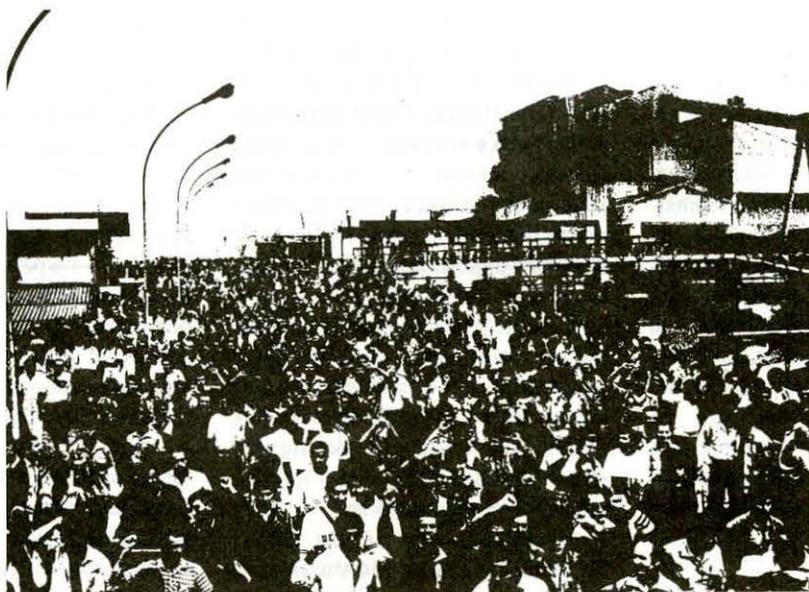
Esse fundo será gerido de modo tripartite e será responsável pela aplicação das políticas públicas orientadas à educação e reciclagem profissional, intermediação de mão-de-obra, seguro-desemprego e pela política de geração de empregos. Os recursos do programa permanente de geração de empregos devem ser destinados para setores de atividade econômica que são capazes de gerar mais empregos e de qualidade e para as regiões ou localidades onde o fenômeno do subemprego e do desemprego sejam mais elevados do que as médias nacionais.

Finalmente temos a proposta de instituir um **Programa de Renda Mínima Nacional** com o objetivo de retirar do mercado de trabalho todas as crianças e adolescentes (no mínimo até 14 anos) e, ao mesmo tempo, garantir a presença integral delas nas escolas.

Um amplo programa com essas características seria capaz de promover alterações importantes em três dimensões fundamentais da situação social no país: contribuiria para erradicar o analfabetismo das futuras gerações de trabalhadores, ampliaria as oportunidades de emprego para os adultos e poderia manter a renda daquelas famílias com crianças e adolescentes que abandonariam os seus empregos para se dedicarem à escola.

Os recursos para esse programa devem ser fixados em Lei e oriundos de determinado percentual fixo do Orçamento Geral da União e das Transferências aos Estados e Municípios. Esse programa deve se constituir na área prioritária das políticas direcionadas à Assistência Social. Os Municípios serão responsáveis pela execução desse programa e a sua gestão e fiscalização envolverão entidades de classe, associações de pais, escolas e governo.

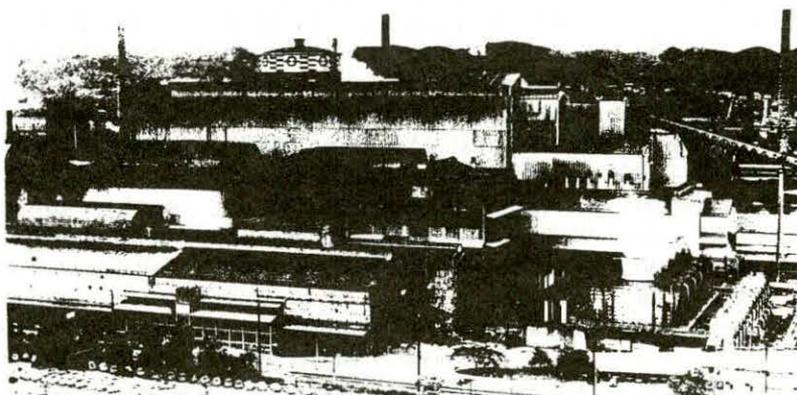
O volume dos recursos das três fontes de financiamento desse programa deve ser definido tendo como meta fundamental a erradicação desse tipo de trabalho (crianças e adolescentes até 14 anos) até o ano 2.000.



DESEMPREGO, HETEROGENEIDADE E REGULAÇÃO HOJE

Claudio Salvadori Dedecca *

* Professor, Instituto de Economia
e Centro de Estudos Sindicais e de
Economia do Trabalho, Unicamp



Nos anos 90, temos ouvido repetidamente no Brasil que o desemprego se constitui em um fenômeno predominantemente europeu, não atingindo nem os Estados Unidos e nem nosso país. Esta visão é respaldada pelo baixo desemprego aberto. De fato, as

rece ser indiscutível, pois as informações são incontestáveis. Entretanto, faz-se necessário melhor qualificar a dinâmica de um fenômeno que, hoje, atinge tanto as economias avançadas como as economias em desenvolvimento: o desemprego.

tório para as cidades, que propiciava uma elevação do assalariamento inferior ao crescimento da população economicamente ativa. Assim, a desproporção entre a disponibilidade e a demanda de trabalhadores, cuja fração significativa desconhecia a condição

Tabela 1

Taxa de Desemprego Aberto - Países Selecionados, 1984-95								
	Brasil	EUA	Alemanha	Suécia	Reino Unido	França	Itália	Japão
1990-95	5.0	6.4	5.4	6.4	9.2	10.8	9.1	2.5
1990	4.3	5.6	5	1.8	7	9	7	2.1
1991	4.8	6.8	4.3	3.1	8.9	9.6	6.9	2.1
1992	5.8	7.5	4.6	5.6	10.1	10.4	7.3	2.2
1993	5.3	6.9	5.7	9.3	10.5	11.8	10.2	2.5
1994	5.1	6.1	6.5	9.6	9.6	12.3	11.3	2.9
1995	4.6	5.6	6.5	9.1	8.8	11.5	12	3.2

Fonte: IBGE e OCDE

informações mostram que os mercados de trabalho americano e brasileiro apresentam baixos níveis de desemprego, comparativamente ao observado nos países europeus. Dentre os países selecionados (Tabela 1), a taxa de desemprego aberto brasileira somente superou, no período 1990-95, à observada para o Japão.

Este diagnóstico se completa com o argumento que associa o baixo desemprego à flexibilidade dos mercados de trabalho nacionais, que continuam mantendo a capacidade de geração de postos de trabalho. A ressalva feita pelos defensores desta visão é que a flexibilidade existente não só não promove a qualificação da mão-de-obra e o aumento da produtividade, bem como estimula o estabelecimento de contratos de trabalho informais. Assim, conclui-se pela necessidade de reformulação dos sistemas nacionais de relações de trabalho, com o objetivo de favorecer os mecanismos de negociação coletiva e o processo de qualificação do mercado de trabalho.

Em um primeiro momento, o contato com esta visão sobre o problema do desemprego no Brasil pa-

O fim do longo período de crescimento do pós-guerra para os países avançados e o esgotamento da fase de expansão garantida pelos programas de industrialização intensiva nos países em desenvolvimento interromperam um longa trajetória de crescimento do emprego. O fim dos anos de ouro representaram a interrupção de um movimento de estruturação dos mercados de trabalho nacionais, marcados por uma significativa mobilidade ocupacional e social, que havia garantido um crescente assalariamento das estruturas ocupacionais.

Nos países desenvolvidos, verificava-se, em uma fase de baixo incremento demográfico, que o desemprego era predominantemente friccional, pois ele era caracterizado principalmente pelo trânsito realizado pelos trabalhadores entre uma e outra ocupação assalariada. Por outro lado, observava-se nos países em desenvolvimento que o processo de industrialização criava postos de trabalho em volume inferior ao incremento da população urbana determinado pelas altas taxas de fecundidade e pelo movimento migra-

de assalariamento, era associada à manutenção de um setor informal urbano, que jamais teve uma dimensão residual em nosso mercado de trabalho.

O esgotamento dos anos de ouro para as economias avançadas e da industrialização intensiva para o Brasil na segunda metade dos anos 70 foi seguido de um período de instabilidade econômica que, apesar do crescimento do período 1984-89, tem significado uma fase de reorganização econômica e social no centro e na periferia capitalistas. Este processo tem comprometido os mercados de trabalho nacionais, que expulsam parte da força de trabalho empregada e reduzem, por consequência, o grau de assalariamento. Assim, os problemas de absorção de força de trabalho não mais decorrem dos trânsitos entre ocupações ou da impossibilidade de geração de postos de trabalho segundo a disponibilidade de mão-de-obra, mas da expulsão de trabalhadores assalariados para a condição de desempregados, que, na sua maioria, não mais conseguem reconquistar sua inserção anterior nos mercados de trabalho nacionais.

A impossibilidade de retomar um posto de trabalho assalariado manifesta-se de maneira diferente nas diversas economias. Nas sociedades européias onde a presença de um sistema de proteção ao trabalho constitui uma regra social básica, a busca de uma ocupação precária é postergada, sem que a condição de emprego se mescle tão intimamente com a de desemprego e provoque uma opacidade da situação de desocupação. Ao contrário, em sociedades onde o sistema de proteção social é bastante limitado, como no

desemprego para alguns países, ao invés de sugerir problemas de mensuração da situação de desemprego, expressa a complexidade do fenômeno no capitalismo neste final de século. A reorganização produtiva, ao reforçar a crise da sociedade assalariada em um contexto de enfraquecimento do sistema de representação política, tem se traduzido em uma fragmentação e heterogeneidade dos mercados de trabalho, que faz do desemprego aberto uma expressão limitada da situação de desocupação nas sociedades desenvolvidas e em

corresponde ao segmento de pessoas que pressionam intensivamente o mercado de trabalho em busca de uma oportunidade ocupacional.

O Esquema 1 representa uma forma de se expressar a complexidade do fenômeno, construída a partir da metodologia da Pesquisa de Emprego e Desemprego, coordenada nacionalmente pela Fundação Seade e pelo Dieese. Outras maneiras podem ser consideradas, todas elas apontando a formação de um halo de situações heterogêneas de desemprego, cada vez mais ex-

Tabela 2

Taxas de Desocupação - Países Selecionados, 1993								
	EUA	Alemanha	Suécia	Reino Unido	França	Itália	Japão	Desvio Médio
Desemprego Aberto-U% (1)	6.9	7.7	5.3	10.3	11.4	10.2	2.6	40.4%
Desemprego Total-U& (2)	10.2	8.5	10.2	12.5	14.0	13.6	5.7	27.8%

Fonte: OCDE

(1) Taxa de desemprego padronizada segundo critério da OIT.

(2) Medida tipo U& do Bureau of Labor Statistics, EUA, que inclui os trabalhadores em desemprego aberto (critério OIT), mais a metade dos ocupados em tempo parcial que estão produzindo emprego, mais a metade dos ocupados trabalhando em tempo parcial por razões econômicas e mais os trabalhadores desalentados.

Brasil e nos Estados Unidos, o desempregado necessita resolver rapidamente o problema de subsistência, lançando mão de oportunidades de trabalho ocasionais que podem acobertar sua condição de desocupação.

Esta situação é melhor analisada quando tomamos alguns dados sobre as economias desenvolvidas. Segundo a Tabela 2, uma importante disparidade entre taxas nacionais de desemprego aberto era encontrada em 1993 (40,4%), enquanto esta diferenciação reduzia-se a 27,8% quando utilizado o indicador de desemprego total, que incorpora aquelas pessoas que procuraram emprego na última semana e não realizaram qualquer trabalho no período e aqueles trabalhadores inseridos involuntariamente em ocupações precárias (ver Tabela 2). Cabe ressaltar ainda que as maiores diferenças entre as duas taxas ocorriam para os países que tinham as menores taxas de desemprego aberto².

A elevada diferença entre taxas de

desenvolvimento. Como afirma a OCDE em seu estudo sobre o emprego nas economias avançadas, a medição clássica do desemprego não é provavelmente mais que um indicador parcial da subutilização dos recursos em mão-de-obra³. Consolidada-se, como parte do processo de reorganização produtiva e de instabilidade econômica, um contexto de desemprego que escapa do indicador clássico de mensuração do fenômeno.

Esta realidade é também observada para a sociedade brasileira. O fim do crescimento do emprego assalariado na passagem dos anos 70-80 e, posteriormente, a redução deste durante a primeira metade da década atual, após um período de estagnação, tem provocado uma crescente informalização da estrutura ocupacional que se amalgama com manifestações diversas do desemprego⁴. Assim, o desemprego aberto passa a corresponder a uma das faces do fenômeno, constituindo-se em seu núcleo duro, pois

tenso, que contornam o núcleo formado pelo desemprego aberto⁵.

A disparidade entre a taxa de desemprego aberto e a taxa de desemprego total é também encontrada para a realidade brasileira. Se tomadas as informações para algumas regiões metropolitanas, constata que a dimensão do desemprego extrapola àquela desenhada pelo desemprego aberto.

Confirma-se, deste modo, que os problemas de absorção de mão-de-obra no Brasil hoje decorrem tanto do aumento das

(2) Cf. M.P.Hoffmann & S.M.C.Brandão, Medição do desemprego - recomendações da OIT e práticas nacionais, **Cadernos Cesis**, 22, Cesis/Ie/Unicamp, Campinas, 1996

(3) Cf. OCDE, *L'Étude de l'OCDE sur l'Emploi*, Partie I, OCDE, Paris, 1994, pag. 43.

(4) Cf. C.S.Dedecca, Desemprego e regulação no Brasil Hoje, **Cadernos Cesis**, 20, Cesis/Ie/Unicamp, Campinas, 1996.

(5) Cf. M.Cézard, *Le chômage et son halo*, **Economie et Statistique**, Insee, 193-4 Paris, 1986 e C.Sorrentino, International comparisons of unemployment indicators, **Monthly Labor Review**, Bureau of Labor Statistics, March, Washington, DF, 1993.

Esquema 1 - O desemprego segundo suas formas

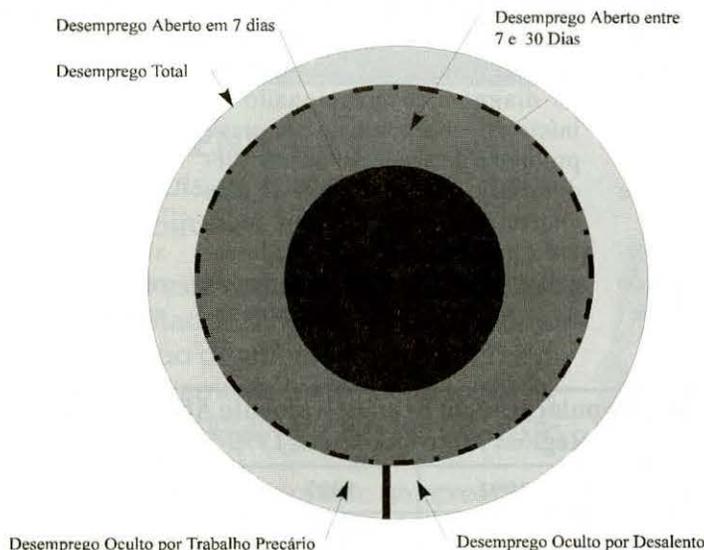


Tabela 2

Taxas de Desemprego Aberto - Regiões Metropolitanas, Dez/1995			
	<i>Taxas de Desemprego Aberto</i>		<i>Taxa de Desemprego Total - PED</i>
	PME (Semana)	PED (30 dias)	
Recife	4,4		
Salvador	6,4		
Brasília		10,4	16,2
Belo Horizonte	3,5	7,2	11,1
Rio de Janeiro	3,1		
São Paulo	5,0	8,7	13,2
Curitiba		7,6	11,4
Porto Alegre	4,4	8,3	10,9

Fonte: IBGE, PME; SEADE-DIEESE et alli, PED.

ocupações precárias como de um desemprego de proporções expressivas.

Este contexto de situações complexas de ocupação e desemprego forma um mercado de trabalho que se assemelha a um caleidoscópio, onde a fragmentação é o aspecto mais visível de sua configuração básica. É claramente discutível, portanto, o argumento de que a questão do desemprego foge da dinâmica atual da economia brasileira. Ao contrário, em razão da convivência com um longo período de estagnação ou de crescimento instável, as situações de desemprego se misturam com

outras de ocupação precária, exigindo um maior cuidado de análise sobre a configuração do mercado de trabalho nacional.

A importância do problema da desocupação pode ser melhor expressa relacionando a população ocupada com a população em idade ativa para algumas regiões metropolitanas⁶, isto é, definindo-se uma razão de dependência entre aqueles que estão fora do mercado de trabalho, mas que poderiam estar contribuindo produtivamente, em relação aos que se encontram inseridos, independentemente da qualidade da ocupação exercida. Nota-se, segun-

do os dados da Tabela 3, que esta relação conheceu um incremento substancial durante os anos 90. No caso da Região Metropolitana do Recife, cada ocupado respondia por um trabalhador inativo, em 1995. Mesmo nas regiões metropolitanas

(6) Os dados utilizados nesta tabela são da Pesquisa Mensal de Emprego produzida pelo IBGE. Esta pesquisa considera apenas o desemprego aberto - neste caso, para o período de sete dias. As demais situações de desemprego são tomadas como de ocupação ou inatividade. Uma discussão mais acurada sobre o tema está desenvolvida nos trabalhos de C.S.Dedecca, op. cit; e R.Paes de Barros et al, Em busca de um núcleo comum para as pesquisas sobre emprego e desemprego no Brasil, Ipea-Mtb(mimeo), Rio de Janeiro, 1996.

consideradas mais desenvolvidas, a relação de dependência era elevada. O aumento da relação de dependência nada mais sinaliza que uma contração da dimensão ocupacional do mercado de trabalho urbano brasileiro e da crescente subutilização da disponibilidade de população em idade para trabalhar.

A gravidade desta situação torna-se ainda mais patente quando tomamos a mesma relação de de-

suas relações com a organização do mercado de trabalho e a sustentação das políticas públicas.

Fica patente que, ao contrário do diagnóstico mencionado no início do ensaio, existe um grave problema de absorção de mão-de-obra. Seja porque observa-se um aumento do setor informal induzido pela crise da sociedade assalariada, seja porque ampliam-se os contingentes de desemprega-

mais a regulação pública ativa que eleve a proteção ao emprego, coibindo a rotatividade da mão-de-obra, e que estimule as negociações coletivas no sentido de reverter a situação de desigualdade da relação entre capital e trabalho no país.

Por outro lado, a regulação ativa deve incorporar um sistema público de emprego que articule o seguro desemprego a

Tabela 3

Relação entre Populações Não Economicamente Ativa e Ocupada (1) Regiões Metropolitanas, 1990-95						
	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Recife	0.89	0.91	0.98	1.02	1.02	1.00
Salvador	0.71	0.73	0.81	0.84	0.83	0.84
Belo Horizonte	0.63	0.64	0.70	0.71	0.70	0.67
Rio de Janeiro	0.78	0.80	0.87	0.88	0.85	0.85
São Paulo	0.64	0.66	0.72	0.74	0.72	0.71
Porto Alegre	0.64	0.70	0.75	0.74	0.70	0.71

Fonte: IBGE, PME.

(1) Ambos os agregados referem-se à população de 15 anos ou mais.

pendência para alguns países desenvolvidos. Em 1995, esta relação era de 0,91 para a Itália, 0,54 para a Alemanha, 0,47 para o Reino Unido, 0,41 para a França e a Suécia, 0,36 para os EUA e 0,35 para o Japão⁷. Excetuando-se a Itália, todos os demais países possuíam, naquele ano, uma relação de dependência inferior às observadas para a principais regiões metropolitanas brasileiras.

É impossível justificar esta redução da dimensão ocupacional brasileira. Este movimento pressiona negativamente os níveis de renda, agravando a precariedade da distribuição de rendimentos do país. Ademais, o aumento da relação de dependência reduz a base de contribuição do sistema de previdência social e mesmo do FGTS e do FAT, ao mesmo tempo que eleva os gastos destes programas públicos.

Transita-se, deste modo, para uma discussão mais ampla dos problemas de absorção de mão-de-obra da economia brasileira e

dos e de inativos em idade produtiva gerados pela contração da dimensão ocupacional do mercado de trabalho brasileiro.

É incontestável a necessidade de se alterar o sistema nacional de relações de trabalho. Entretanto, esta modificação pouco pode contribuir para a ampliação da dimensão ocupacional, pois esta depende fundamentalmente de um desdobramento da estrutura produtiva e da ampliação do mercado interno, que exigem uma recuperação mais substantiva da taxa de investimento e uma redução da desigualdade da distribuição de renda.

As mudanças no sistema nacional de relações de trabalho devem contemplar menos a consolidação de uma flexibilidade do mercado de trabalho virtual em relação ao problema da competitividade externa - que se caracterizaria pela desregulamentação e fomento da negociação coletiva por empresa - e

programas de intermediação e de qualificação da mão-de-obra. O desenvolvimento destes programas requer um conhecimento adequado da heterogeneidade das situações ocupacionais e também daquela de desemprego. Neste sentido, uma visão reducionista que contemple apenas o problema do desemprego aberto informará inadequadamente os programas de intermediação e qualificação de mão-de-obra. O reconhecimento da heterogeneidade do desemprego não decorre, portanto, somente da necessidade da construção de estatísticas adequadas à configuração do mercado de trabalho nacional, mas, fundamentalmente, da premência destas favorecerem o desenho, a implementação e a gestão de políticas públicas de proteção e estímulo ao emprego.

(7) Relação de dependência calculada a partir dos dados publicados em OCDE, **Perspectives de l'emploi**, Annexe Statistique, OCDE, Paris, 1996

Publicações da FASE!

TRABALHO E RENDA

Ações institucionais de fomento no Brasil
de Caio Márcio Silveira (Org.)

Esta publicação está associada à constituição de um sistema computadorizado de dados sobre experiências de geração de trabalho e renda no Brasil: o GERAÇÃO (Sistema de Informação sobre Órgãos de Fomento e Programas/Projetos de Geração de Trabalho e Renda).

O núcleo de seu conteúdo consiste na apresentação das principais características e tendências das iniciativas hoje em curso no Brasil, com base na primeira etapa de montagem deste sistema de informações.

O livro destina-se a um público vasto e diferenciado, mas deve interessar notadamente às instituições e pessoas envolvidas com a temática de geração de trabalho e renda, seja enquanto promotores, pesquisadores ou participantes diretos das ações de fomento, cuja relevância vem se tornando crescente no cenário brasileiro.



COOPERATIVAS

Uma alternativa de organização popular
de Daniel Rech

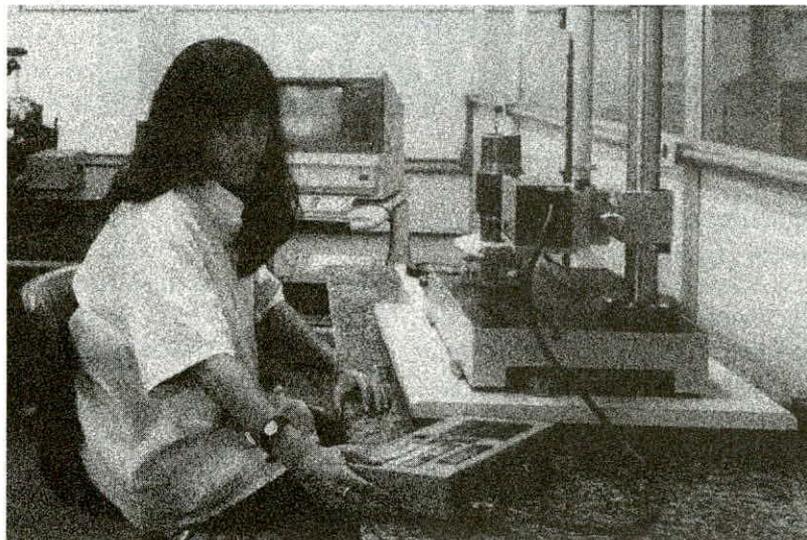


As cooperativas se tornaram, em muitos casos, juntamente com outras organizações, a base organizativa de uma caminhada em busca de uma sociedade mais justa, mais igualitária. Podem se transformar numa das formas da nossa resistência e inserem-se neste esforço de buscar a união, o trabalho conjunto. COOPERATIVAS, além de fazer uma introdução geral sobre o tema (que traz passo a passo as ações necessárias para a formação de uma cooperativa), coloca a questão do cooperativismo centrada nas classes populares de nossa sociedade. Aqui estão concentrados informação e análise crítica respondendo as clássicas perguntas por que, para que e como fazer cooperativismo.

ONDE ADQUIRIR:

FASE: Rua das Palmeiras, 90 • Botafogo • CEP 22270-070 • Rio de Janeiro • RJ
Tel.: (021) 286-1441 • **Fax:** (021) 286-1209

Jaime Silva



MULHERES E TRABALHO: Lei e mercado

Leila Linhares *
Lena Lavinas **

Marcos Zarahi



*Advogada, Cientista Política e
Diretora da CEPIA.

** Economista, Professora da
UFRJ, atualmente cedida à
DIPES-IPEA.

O QUADRO LEGAL

Nos últimos 20 anos, foi possível eliminar da legislação do trabalho no Brasil um conjunto de normas e leis que restringiam o acesso pleno das mulheres ao mercado de trabalho. Sob um viés protecionista, que circunscrevia a mulher à condição de mãe e esposa, logo, à condição de força de trabalho secundária, de apoio, não individualizada, a lei reiterava papéis sexuais com base numa visão tradicional da divisão social e sexual do trabalho. Mudanças econômicas e culturais ocorridas no lastro de uma consolidação política, social e institucional do movimento de mulheres, foram responsáveis pelo aprimoramento da legislação trabalhista, retirando-lhe preceitos discriminatórios em relação às mulheres. Isso tem contribuído para que haja no mercado uma crescente homogeneização entre força de trabalho masculina e feminina – já que não há excesso de proteção ou diferenciação explícita entre trabalhadores homens e mulheres –, embora permaneçam traços discriminatórios no que tange à ocupação feminina, resultado de práticas sexistas ainda não superadas.

Do ponto de vista da proteção, a nova Constituição Federal, em seu artigo 7º e incisos, ampliou direitos para empregadas domésticas e trabalhadoras rurais, ampliou a licença maternidade e criou a licença paternidade, diminuiu a jornada máxima de trabalho para 44 horas semanais, concedeu aos trabalhadores em gozo de férias 1/3 a mais de remuneração sobre o salário normal, ampliou o prazo prescricional para os trabalhadores urbanos¹ em casos de ações quanto a créditos resultantes das relações de trabalho, proibiu discriminação contra o trabalhador portador de deficiência, elevou de 10% para 40% dos depósitos do FGTS a multa por demissão sem justa causa, estabeleceu a isonomia salarial entre avulsos e empregados², criou a estabilidade da gestante desde a confirmação da

Cabe salientar que, por ocasião da Constituinte, não prevaleceram por parte das mulheres organizadas, reivindicações por proteções especiais. Pelo contrário, as mulheres que se mobilizaram para a Constituinte não se opuseram à revogação das restrições legais ao emprego feminino previstas no texto original da CLT. Reivindicaram, e conseguiram, o direito à igualdade de oportunidades e à isonomia salarial com os homens, bem como a ampliação do prazo da licença maternidade e a criação da licença paternidade.

gravidez até cinco meses após o parto, garantiu o direito de greve para os trabalhadores de empresas privadas, permitiu a criação de sindicatos sem necessidade de prévia autorização de lei ou do Poder Público, bastando o registro no Ministério do Trabalho, dentre outros direitos. Cabe salientar que, por ocasião da Constituinte, não prevaleceram por parte das mulheres organizadas, reivindicações por proteções especiais. Pelo contrário, as mulheres que se mobilizaram para a Constituinte não se opuseram à revogação das restrições legais ao emprego feminino previstas

no texto original da CLT. Reivindicaram, e conseguiram, o direito à igualdade de oportunidades e à isonomia salarial com os homens, bem como a ampliação do prazo da licença maternidade e a criação da licença paternidade.

Reivindicaram, e obtiveram, em parte, o direito à extensão de direitos para as trabalhadoras domésticas³, categoria que constitui algo como 20% da PEA feminina urbana no Brasil. Esses direitos podem ser ampliados com a aprovação do Projeto de Lei nº 1.626/89 que, dentre outros benefícios, busca incluir o direito ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço –FGTS, ao seguro-desemprego e ao vale transporte, não legislando, contudo, sobre direitos como: salário-família, horas extras, adicional noturno, jornada de trabalho de 44 horas semanais, dentre outras garantias trabalhistas.

Esse quadro legislativo brasileiro, no que se refere às normas trabalhistas relativas às mulheres, em particular quanto a existência ou não de restrições à sua entrada e permanência no mercado de trabalho, pode ser objeto de comparação não só temporal, internamente, como tomando como parâmetro outros países, dentre os quais selecionamos três integrantes do Mercosul: Uruguai, Argentina e Chile⁴.

O Uruguai é o país considerado precursor, na América Latina, na elaboração de uma legislação trabalhista calcada em princípios

(1) Os trabalhadores rurais já gozavam desse direito, antes mesmo de 1988.

(2) Ver lei 6019/74, art. 12, letra "a".

(3) Na realidade a Constituição não garantiu às empregadas domésticas todos os direitos da CLT.

(4) Os dados obtidos sobre esses países foram buscados, dentre outras fontes de informação, na Coletânea, organizada por Teresa Valdés, Mujeres Latinoamericanas en Cifras, Santiago, FLACSO/Instituto de la Mujer, 1993 e no trabalho organizado por LIGOCKI, Maló S.L. e LIBARDONI, Marlene, opus cit.

universalmente reconhecidos. Desde 1911, foi elaborada lei que regulamentou a demissão arbitrária de trabalhadores; em 1914, já havia lei que regulamentava a jornada de trabalho. Em 1988, quando da aprovação da Constituição Federal brasileira, vigoravam, no Uruguai, o Código do Trabalho, de 1972 e diversas normas constitucionais (1967) e ordinárias que, desde 1914, reconhecem direitos trabalhistas incluindo a liberdade de toda a pessoa para escolher a atividade em que deseja trabalhar e a proibição de discriminações que violem o princípio da igualdade. No entanto, essa legislação estabelece algumas proibições relativas ao trabalho das mulheres e dos menores. Nesse sentido, as mulheres, tal como os menores, estão proibidas de trabalhar em ocupações relacionadas à limpeza ou reparação de motores de autos ou máquinas perigosas.

Também se proíbe às mulheres o trabalho noturno em determinados ramos da indústria. A licença maternidade é menor que a da legislação brasileira – seis semanas antes e seis semanas depois do parto. Mas, em compensação, as trabalhadoras do setor público têm direito a reduzir pela metade sua jornada de trabalho durante o tempo de aleitamento. É proibida a dispensa da mulher durante a gravidez e período de aleitamento. Assim, a igualdade perante a lei convive com restrições legais que podem inibir o ingresso das mulheres no mercado de trabalho.

No Chile, a legislação trabalhista foi sistematizada em 1931 com a elaboração do Código do Trabalho que, ao longo do tempo, sofreu inúmeras modificações, caracterizando-se como uma legislação favorável, em geral, aos trabalhadores mulheres e homens. O Código reconhece e garante o princípio da igualdade entre os sexos, inclusive quanto a salários, acesso a cargos de chefia e limite da jornada de trabalho dentre outros direitos. Lei de 1991 dispõe, inclusive, sobre um plano

de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. O Código garante também a proteção à maternidade. As mulheres trabalhadoras têm direito a descanso de seis semanas antes do parto e doze após. O Chile é o país do Mercosul onde essa licença é mais longa, chegando a seis meses no seu total.

O caso da Argentina é extremamente atípico da tradição legislativa dos países do Mercosul, isso porque suas leis trabalhistas estão dispersas e não codificadas. Tal fato é considerado negativo por dificultar as possibilidades dos trabalhadores de ambos os sexos conhecerem os seus direitos no campo das relações de trabalho.

A trabalhadora não pode ser despedida durante a gravidez e até um ano após o parto. Além disso, a mulher grávida não pode trabalhar em horário noturno ou em atividades consideradas penosas. Além dessas restrições em função da maternidade, a lei trabalhista não prevê outras limitações impeditivas ou limitadoras do acesso e permanência das mulheres no mercado de trabalho. Por outro lado, as empregadas domésticas não têm limite da jornada de trabalho; para elas, a lei determina um descanso mínimo de 10 horas por dia, o que significa que a jornada pode ir até 14 horas diárias. Podem ser demitidas sem justa causa, não têm direito ao salário mínimo nem à licença maternidade. Não podem, tampouco, filiar-se a sindicatos, dentre outras limitações.

O caso da Argentina é extremamen-

te atípico da tradição legislativa dos países do Mercosul, isso porque suas leis trabalhistas estão dispersas e não codificadas. Tal fato é considerado negativo por dificultar as possibilidades dos trabalhadores de ambos os sexos conhecerem os seus direitos no campo das relações de trabalho.

A principal lei nessa área data de 1974 – a lei do Contrato de Trabalho, regulamentada em 1976. Antes disso, princípio constitucional de 1957 contém uma regra geral que declara que o trabalho gozará da proteção de leis que assegurem ao trabalhador condições dignas e igualdade no trabalho, limitação da jornada, salário mínimo, proteção contra a despedida arbitrária, estabilidade no emprego público, dentre outros direitos. A lei 24.013/91 e o Decreto 17.667/78 determinam o estabelecimento de programas de emprego em favor de grupos especiais de trabalhadores, dentre eles as mulheres, ratificando o Convênio 111 da OIT que trata dessa matéria. A Lei do Contrato de Trabalho de 1974 proíbe qualquer forma de discriminação, inclusive por razão de sexo. No entanto, proíbe às mulheres o trabalho em locais perigosos e insalubres. A lei garante às mulheres uma licença de quarenta e cinco dias antes do parto e o mesmo período depois do parto, bem como a estabilidade no emprego durante a gravidez. Há uma presunção a favor da mulher que garante a não demissão no período da gravidez e até sete meses e meio depois do parto. Também é proibida a demissão por motivo de casamento. Pela lei de 1996, as trabalhadoras domésticas, que dormem no emprego, têm direito a um descanso de 9 horas noturnas e três horas diurnas. Isso significa uma delimitação de 12 horas para a jornada de trabalho, enquanto para os demais trabalhadores o limite da jornada de trabalho é de oito horas. As empregadas domésticas que não dormem no emprego só têm direito ao descanso semanal de vinte e quatro horas e à férias anuais.

Por estar sujeitos a leis esparsas, facilmente derogáveis, os trabalhadores argentinos têm garantias me-

nores que os trabalhadores brasileiros, uruguaios e chilenos. A proibição de trabalhar em locais perigosos ou insalubres pode atuar como inibidora da entrada de mulheres no mercado de trabalho, particularmente diante do quadro de desemprego que tem caracterizado o mercado de trabalho argentino.

Dentro desse quadro dos países do Mercosul, percebe-se que o Brasil aparece como o país que não apresenta nenhuma norma inibidora da entrada ou permanência das mulheres no mercado de trabalho, dando-lhes potencialmente melhores possibilidades de acesso ao emprego. No entanto, no caso de países como Argentina, Uruguai e Chile, os indicadores sociais de acesso aos serviços de saúde e ao sistema de ensino são bem melhores do que no Brasil. Por outro lado, a lei brasileira, com *status* constitucional, garante às trabalhadoras tempo maior de licença maternidade. Além disso, exatamente por ter *status* constitucional, essas normas só podem ser derogadas através de Emenda Constitucional.

Tal como nos outros países do Mercosul, no Brasil, os direitos

das empregadas domésticas ainda não são equiparados aos dos demais trabalhadores, o que as torna um grupo claramente discriminado pela própria lei em todo o continente.

Portanto, no campo da lei, o Brasil destaca-se na América Latina, em particular no âmbito do Mercosul, como o país que não apresenta nenhuma norma inibidora da entrada ou permanência das mulheres no mercado de trabalho. O que tampouco significa que as mulheres não enfrentem dificuldades ou problemas para se tornarem trabalhadoras plenas em igualdade de condições com os homens, apesar dos avanços obtidos por ocasião da elaboração da Nova Constituição.

MULHERES E MERCADO DE TRABALHO: ONDE PERMANECEM OS GARGALOS ?

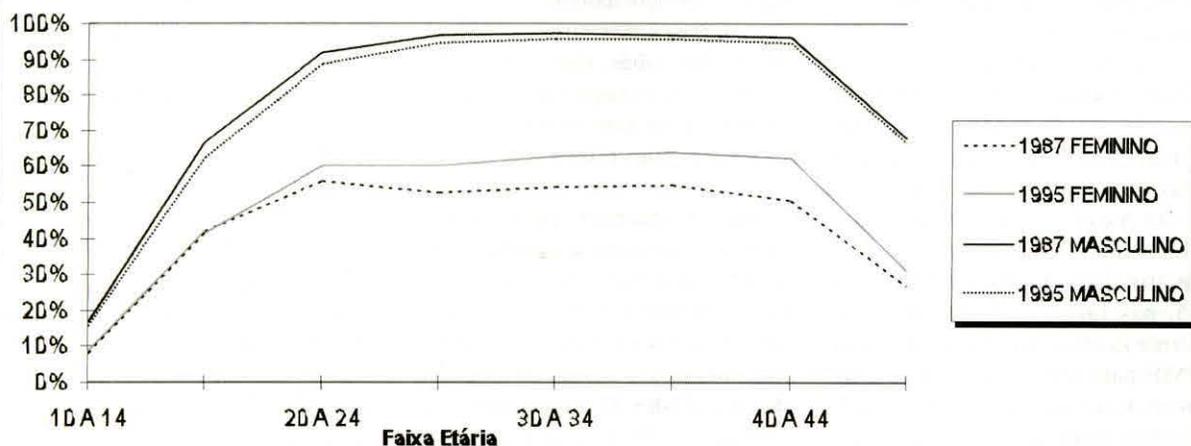
Não havendo restrições legais ao trabalho feminino no Brasil, em primeiro lugar, cumpre destacar o aumento que se verifica ano a ano nas taxas de atividade femininas,



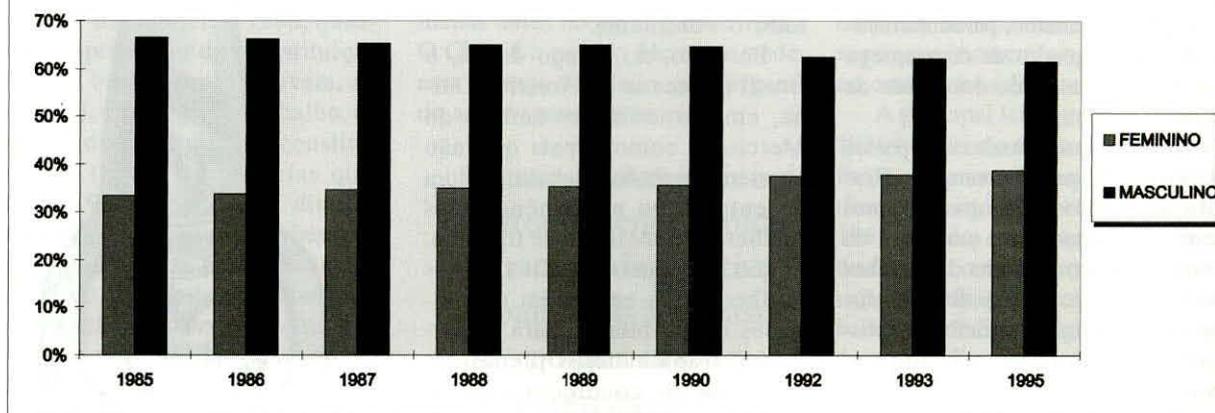
Marta Strauch

Gráfico 1

TAXA DE ATIVIDADE (Urbano Masculino e Feminino)



PEA URBANA POR SEXO



cuja curva (segundo a faixa etária) assemelha-se cada vez mais à masculina (gráfico 1). Há 20 anos atrás, o ápice da curva feminina situava-se na faixa etária 20–24 anos, decrescendo rapidamente em seguida e registrando um pequeno e efêmero aumento na faixa 35–45 anos. Agora é nítido o forte e constante aumento nas faixas etárias mais velhas. O que nos mostra o gráfico é que em 1995, a faixa etária 30–44 anos tem nível de atividade superior à das coortes mais jovens. Independentemente da conjuntura econômica e da sua situação familiar e conjugal, as mulheres continuam buscando trabalho. De fato, outra característica já amplamente registrada em inúmeros trabalhos é o perfil que ganham essas mulheres ativas desde meados dos anos 80, na sua maioria cônjuges com filhos, oriundas, em grande parte, das classes de renda mais baixas e mais altas (taxas de atividades mais altas nesses dois extremos).

O mesmo gráfico indica que houve uma ligeira retração da taxa de atividade masculina entre 87 e 95, nas faixas mais jovens, conforme já observado pelos dados da PME para 1995, levantando a hipótese de que os homens das coortes mais novas estariam es-

tendendo sua formação escolar e adiando a entrada no mercado de trabalho, dadas as crescentes dificuldades na obtenção de um bom emprego.

Por isso mesmo, a participação das mulheres na PEA vem aumentando gradativamente, como mostra o gráfico 2 para o setor urbano, situando-se, ainda assim, num patamar inferior àquele registrado em alguns países desenvolvidos onde elas correspondem à 50% da PEA ou até algo mais.

Outra constante no emprego feminino é sua alocação preferencial num certo conjunto de atividades. Os quatro ramos onde predominam em 1995 trabalhadores do sexo feminino em mais de 50% – a saber, serviços pessoais⁵, administração pública s.s.⁶, serviços de saúde e ensino privados em geral e serviços comunitários⁷ – são exatamente os mesmos em 1985. As proporções, aliás, são praticamente idênticas à exceção dos serviços comunitários que se feminizaram um pouco mais (10%).

Os ramos onde o emprego feminino permanece pouco representado são aqueles tradicionalmente dominados pelo “sexo forte”: a construção civil, o setor de transportes e um ramo específico dos serviços, aquele que trata das atividades de reparação e conservação (elétrica, veículos, ins-

talações em geral). Uma das pequenas novidades auspiciosas a ser considerada é o fato de as mulheres praticamente dobrarem, entre 85 e 95, sua participação extremamente débil na rubrica serviços de reparação (oficinas mecânicas, lojas e oficinas de conserto). Isso ocorreu mais intensamente na primeira metade da década, mas manteve crescimento expressivo ainda, dado o quadro geral de retração do emprego, também de 90 em diante.

Movimento semelhante pode ser observado em dois outros ramos produtivos fortemente marcados pela presença masculina: os serviços industriais de utilidade pública⁸ (as mulheres aí representavam 14% dos ocupados em 85 e passam para 21% em

(5) **Serviços Pessoais** englobam atividades ligadas à higiene pessoal, confecção e conserto de vestuário, serviços domésticos, domiciliar diverso.

(6) **Administração Pública S.S.** refere-se à atividade pública de ensino e saúde. As atividades ligadas aos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), ao exército, à marinha, às administrações municipais, estaduais e federal e às autarquias encontram-se sob a denominação **Administração Pública Propriamente Dita**.

(7) Como **Serviço Comunitário** entende-se assistência beneficente, sindicatos e associações de classe, instituições filantrópicas, cultos, atividades recreativas.

(8) Nesta rubrica estão catalogadas atividades ligadas à produção/distribuição de energia, gás, água e limpeza pública.

95), os serviços auxiliares (onde dobram sua participação em 10 anos) e os sociais.

As observações acima estariam sugerindo que pouco muda o perfil ocupacional por sexos segundo o ramo de atividade, acentuando-se muito lentamente a mixidade (mistura) nos setores onde é menos presente. Há progressos, é verdade, mas aquém do que se poderia esperar ao longo de 10 anos e numa conjuntura de tantas e tão radicais transformações. Por outro lado, não há como negar que as mulheres têm-se favorecido mais que os homens de uma nova inserção produtiva, apesar da retração da oferta de postos de trabalho e de elevação das taxas de desemprego - sem dúvida, aumenta a competição entre os sexos na obtenção de um emprego.

Nos dois quinquênios analisados, o desempenho feminino parece ter sido mais satisfatório no que tange ter auferido taxas de crescimento ao ano superiores à taxa calculada para o emprego total. Isto é, no período 85-95, a taxa média de crescimento ao ano do emprego feminino foi de 3,68% contra 2,37% para o total dos ocupados. Se dividirmos tal período em dois, 85-90 e 90-95, temos respectivamente: 4,55% contra 3,26% e 2,82% contra 1,50%. Logo, a absorção de mão-de-obra feminina tem sido superior à masculina em todas as fases recentes da economia brasileira.

Outra característica do emprego feminino é seu nível de remuneração inferior relativamente ao masculino. Seja ao auferir as rendas padronizadas, onde se corrige o valor do rendimento médio pelo número de horas trabalhadas, seja ao se captar o valor do rendimento médio segundo a posição na ocupação ou qualquer outro recorte que se pretenda: os diferenciais de rendimento entre os sexos são invariavelmente desfavoráveis às mulheres. É verdade que tendencialmente

eles estão diminuindo, mas a um ritmo por demais lento, tornando necessárias décadas pela frente para se anularem definitivamente.

Vale registrar:

1) as mulheres melhoraram sua posição relativa na condição de conta-própria, onde os diferenciais de rendimentos médios mensais eram os mais acentuados. Isso acontece de forma mais marcada após 1989;

Por outro lado, não há como negar que as mulheres têm-se favorecido mais que os homens de uma nova inserção produtiva, apesar da retração da oferta de postos de trabalho e de elevação das taxas de desemprego - sem dúvida, aumenta a competição entre os sexos na obtenção de um emprego.

2) parece haver um divisor de águas entre o serviço doméstico formal (com carteira) e o informal (sem carteira) a partir de 92. Aquele permitindo às mulheres obter rendimentos mais próximos aos de seus homólogos masculinos.

3) a condição de empregado com carteira garante maior estabilidade da relação de trabalho no entanto, os rendimentos aí evoluem menos positivamente, evidenciando perda de atratividade para o trabalhador.

4) aumentou, a partir de 92, o diferencial entre os sexos no emprego assalariado sem carteira assinada.

O que se pode concluir daí é que não há propriamente uma posição na ocupação - por exemplo, aquelas mais protegidas - que seja mais favorável às mulheres. Embora seja na condição de emprega-

do sem carteira que as mulheres tivessem um menor grau de desigualdade salarial vis a vis os homens até 1990, a evolução recente do mercado de trabalho indica que os maiores ganhos em termos de aproximação ocorreram numa condição também não protegida.

A estagnação e a tendência contínua de degradação dessa relação prevalecem nos anos 90 em ocupações onde há carteira assinada. Portanto, a hipótese que havíamos sustentado em outros trabalhos de que atividades regulamentadas e protegidas pela legislação permitiriam uma maior e mais rápida correção dos diferenciais de rendimentos entre homens e mulheres parece não se verificar, em particular na fase pós 90, já como decorrência das profundas mudanças por que passa o mercado de trabalho. Entretanto, é bom reafirmar aqui, que, ainda em 1995, tal como em 1987, é como empregadas com carteira assinada que as mulheres ocupadas obtêm em média os mais elevados rendimentos mensais, tal como os homens.

Quanto ao trabalho não remunerado feminino, é surpreendente constatar que se trata da atividade que mais cresceu no período, subindo de um patamar 9% da PEA feminina ocupada para quase 15%. Logo, aumento mais que proporcional à ampliação da PEA e muito superior à expansão das demais posições na ocupação, aqui analisadas. Essa expansão é posterior a 90, indicando como nessa nova década, onde aumenta o desemprego formal, multiplicam-se para as mulheres as possibilidades de trabalho em atividades não reguladas, não protegidas e provavelmente desenvolvidas no âmbito familiar e/ou doméstico.

Finalmente, cabe analisar o que vem acontecendo com o desemprego, já que ele parece, hoje, afetar mais fortemente as mulheres que os homens. O gráfico 14 indica um claro descolamento entre as taxas de desemprego feminino e masculino a partir de 1990. Há várias hipóteses para tal situa-

ção. Uma má adequação da base de dados no período analisado poderia estar provocando tal fenômeno, uma vez que a PNAD sofreu inúmeras modificações de 1992 em diante. Porém, como conferimos todos os procedimentos metodológicos (filtros corretamente escolhidos) necessários à compatibilização dessa série temporal, acreditamos não residir aí o problema. Em segundo lugar, podemos imaginar que as PNADs anteriores a 1992 não estavam captando devidamente a taxa de desemprego feminino. O fato é que também a PME indica que, para 1995, estaria havendo um descolamento das taxas de desemprego entre os sexos, o que pode confirmar a tendência aqui observada com maior antecedência.

O que se deduz daí? Que nos anos 90, provavelmente em decorrência das mudanças no emprego industrial – que se reduz fortemente – e em outros ramos produtivos, levando a um aumento da taxa de desemprego masculina, a migração setorial dos trabalhadores homens para outros ramos de atividades (onde os postos de tra-

a taxa de desemprego das mulheres com 2º grau completo é superior em 83 e 85 à daquelas que têm apenas 1º grau. Constatação que vem corroborar a tese já confirmada de que a escolaridade feminina, superior na média à masculina, pouco ajuda as mulheres a disputar espaço no mercado de trabalho.

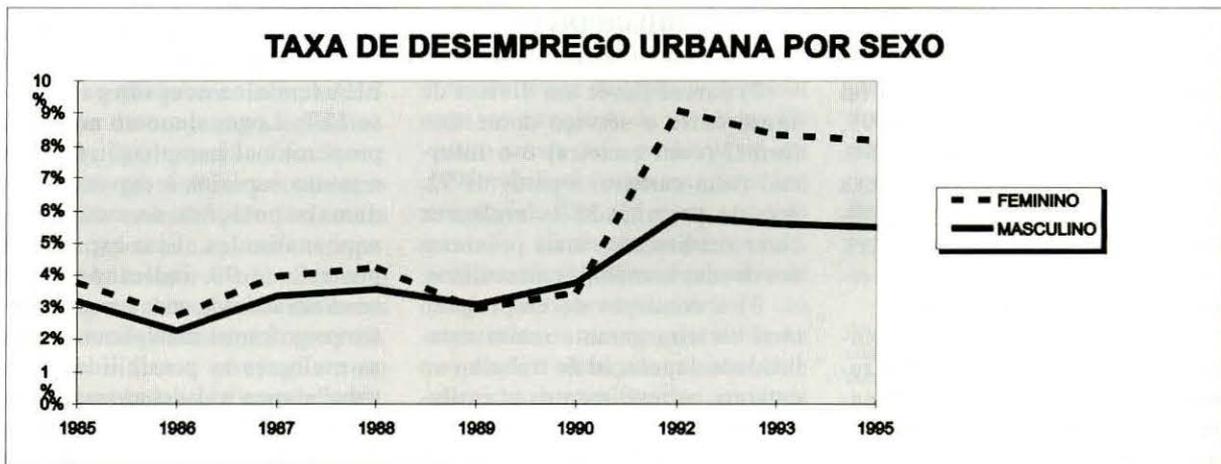
prego feminino superiores às taxas de emprego total no período 85-95 ter-se-iam reduzido na primeira metade dos anos 90 por tal pressão.

Mas, se considerarmos o grau de escolaridade dos desempregados, quem são os mais afetados? Os gráficos 15 e 16 trazem algumas infor-

Sucedem-se os desocupados com 2º grau completo, 3º grau incompleto e finalmente aqueles que concluíram o superior. No ano de 1993, quando voltam a crescer as taxas de desemprego, o que se observa é um recrudescimento mais acentuado da desocupação para os menos educados, pouco variando a taxa para os mais instruídos formalmente. Aliás, são aqueles detentores de um diploma universitário os que melhor resistem ao desemprego (taxas mais reduzidas, inferiores a 1% em 1995 e em queda constante no período).

Ora, ao olhar o que acontece com as mulheres desempregadas (gráfico 16), vemos que a escadinha que marcava os degraus em função da escolaridade desapareceram. Há uma certa indiferenciação entre 1º e 2º grau completo por um lado, e superior completo e incompleto, por outro. Isso é patente para os anos de 1983, 1985, 1990 na ordem acima descrita. Como mostra o gráfico, há uma simetria de padrões (taxas de desemprego muito próximas, quase idênticas) para esse dois grupos (abaix-

Gráfico 14



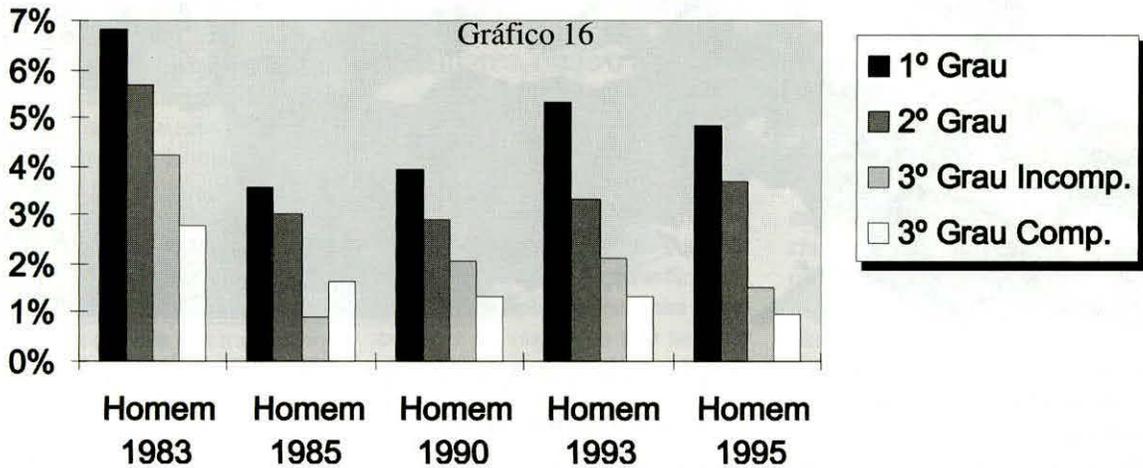
balho são piores e menos bem remunerados) estaria freando as formas de inserção profissional das mulheres, acarretando um aumento da taxa de desemprego feminina. Essa hipótese precisa ser investigada numa próxima pesquisa ainda por ser realizada. Por enquanto, não deve ser descartada. Isso estaria significando que as taxas de crescimento do em-

mações interessantes a esse respeito. Se nos detivermos em primeiro lugar sobre o gráfico 15, que mede a taxa de desemprego masculina segundo o nível de escolaridade, vemos uma robusta simetria nos valores dessas taxas entre 1983 e 1995. Isto é, invariavelmente são os homens menos educados (1º grau completo) que estão mais expostos ao desemprego.

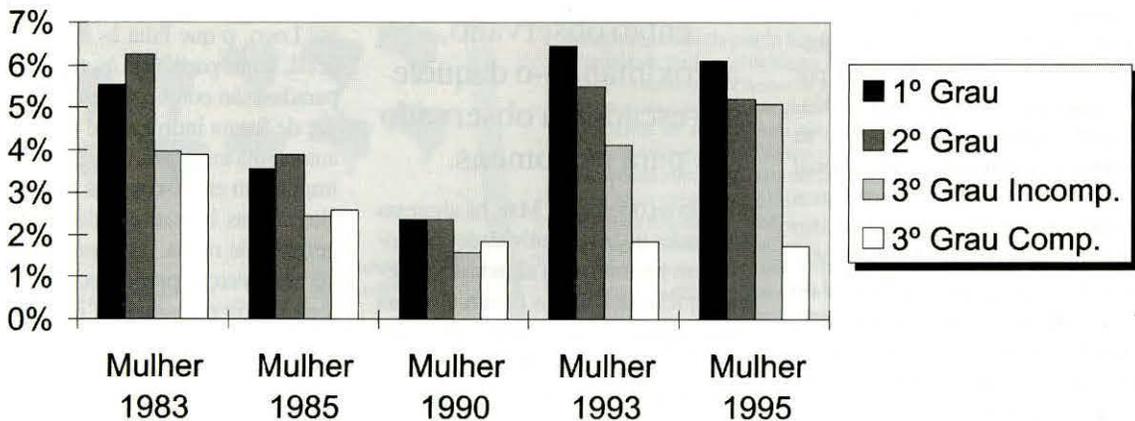
xo do 3º grau e com algum *know-how* de ensino superior ou superior completo). Mais grave, a taxa de desemprego das mulheres com 2º grau completo é superior em 83 e 85 à daquelas que têm apenas 1º grau. Constatação que vem corroborar a tese já confirmada de que a escolaridade feminina, superior na média à masculina, pouco ajuda as

Gráfico 15

TAXA DE DESEMPREGO SEGUNDO NÍVEL DE INSTRUÇÃO



TAXA DE DESEMPREGO SEGUNDO GRAU DE INSTRUÇÃO





mulheres a disputar espaço no mercado de trabalho. A partir de 1993, a maior rigidez na obtenção de um emprego decorrente do aumento do desemprego, tornando qualificações e outras exigências mais rigorosas na competição entre trabalhadores por postos de trabalho, parece mudar o perfil até então observado, aproximando-o daquele tipo escadinha observado para os homens.

As mulheres com nível superior completo só parecem mais fortalecidas na busca por emprego a partir de 1993, apresentando ainda assim taxas de desemprego duas vezes maiores que a dos seus homólogos masculinos.

Com respeito à “mixidade” e à quebra da segmentação ocupacional por sexo, vimos que estão em jogo tendências contraditórias: aumentam-se as chances de maior inserção ocupacional para as mulheres, inclusive em ramos onde são pouco representadas, mas isto avança a passos de cágado, logo, sem impulso para uma superação radical do perfil fortemente sexuado do mercado de trabalho brasileiro. Políticas ativas de mercado de trabalho devem incorporar tal preocupação e formular diretrizes que estimulem a “mixidade”.

Também vêm se atenuando os diferenciais de rendimentos entre os sexos, embora com muito vagar e de forma bastante irregular, segundo a

A partir de 1993, a maior rigidez na obtenção de um emprego decorrente do aumento do desemprego, tornando qualificações e outras exigências mais rigorosas na competição entre trabalhadores por postos de trabalho, parece mudar o perfil até então observado, aproximando-o daquele tipo escadinha observado para os homens.

posição na ocupação. Mas, há algumas novidades no *front*: a atividade autônoma vem permitindo a algumas mulheres, aquelas detentoras de um diploma universitário e mais experientes, um melhor posicionamento *vis a vis* o sexo masculino (convergência de rendimentos mais acelerada, embora num *gap* maior) e *vis a vis* outras mulheres ocupadas em outras atividades (níveis de remuneração mais elevados que no emprego formal, por exemplo).

Em outras palavras, o efeito do desassalariamento é bastante diferenciado segundo o nível de instrução das mulheres. Portanto, é preciso forjar condições para que as mulheres com menor *background* educacional possam enfrentar o mercado de trabalho não protegido, pois são elas o elo mais fraco da corrente. Estudos como o de Abreu, Jorge e Sorj⁹ revelaram que mais da metade das mulheres trabalham no setor informal e em particular a domicílio. Aquelas que têm sido bem sucedidas são as que contam com estratégias familiares, onde o parceiro garante boa parte da renda familiar. Logo, o que falta às mulheres em geral, e em particular às mais despreparadas, são condições para desenvolver de forma individual e com grande autonomia trajetórias ocupacionais, que impliquem em riscos mas também em alternativas inovadoras de emprego e geração de renda. Trata-se de fortalecer sua inserção produtiva, garantindo-lhes meios para crescer e consolidar uma atividade não precária. Para isso, o fundamental é evitar e coibir práticas de exclusão das mulheres do acesso a

(9) Ler a este respeito “Projetos de geração de renda para Mulheres de baixa renda: reflexões a partir de estudos de caso no Rio de Janeiro”, in Revista Estudos Feministas n. 4/vol 2, 1996

meios de produzir, negociar, investir e divulgar amplamente, através de canais oficiais e comunitários, como se dá tal acesso. Esse é um princípio básico de fortalecimento da cidadania que pode operar em detrimento das desigualdades entre os sexos.

Também deve-se pensar, face à exclusão de mulheres e homens das proteções da legislação na área do trabalho, em mecanismos legais que lhes garantam direitos básicos, como, por exemplo, a proteção à maternidade, o direito à licença paternidade, como forma a ampliar a responsabilidade dos homens em relação aos seus filhos e, da mesma forma, a chamada licença parental para pais e mães, de forma alternada e sem exclusividade, cuidado de seus filhos em situação de doença, o seguro-desemprego, dentre outros direitos, buscando-se sempre assegurar os direitos dos trabalhadores do setor formal e expandi-los para todos os trabalhadores.

O que este trabalho também indica de forma inequívoca é que não se pode pensar em formular uma política de

Estudos como o de Abreu, Jorge e Sorj revelaram que mais da metade das mulheres trabalham no setor informal e em particular a domicílio. Aquelas que têm sido bem sucedidas são as que contam com estratégias familiares, onde o parceiro garante boa parte da renda familiar.

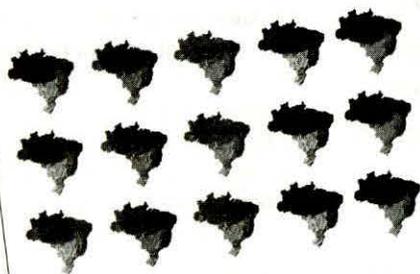
emprego para as mulheres em geral. Crescem as desigualdades entre elas, pois esse grupo é a cada dia mais heterogêneo. A situação é bastante diversa e pressupõe que se tenha clareza sobre os objetivos que se quer atingir. Dois parecem claros, além do da garantia da mixidade já mencionado: evitar que aumentem as taxas de desemprego feminino e assegurar que o grau de escolaridade das mulheres

atue como fator discriminante positivamente em seu favor, o que hoje não acontece. Essas coisas estão correlacionadas. Nossa reflexão deve buscar contemplar formas e mecanismos de validação da educação feminina formal, já que sua experiência profissional e aquisição de habilidades são limitadas na prática por esse não reconhecimento prévio.

Por fim, há que incentivar iniciativas dissociadas do mercado de trabalho *stricto sensu* e que se voltam para o atendimento de serviços do tipo regulação da divisão sexual do trabalho e que podem potencializar a capacidade de trabalho das mulheres no seus domicílios e em espaços não empresariais, ou mesmo dentro deles. É a abertura de creches, escolas de tempo integral, serviços de atendimento à terceira idade, todos aqueles que se voltam para uma dinâmica não privada da reprodução social. É isso que pode ajudar as mulheres a competirem em igualdades de condições no mercado de trabalho, o que hoje só é possível para um grupo reduzido delas.

BRASIL SÉCULO XXI

Os Caminhos da Sustentabilidade
Cinco Anos depois da Rio-92



Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais
para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

FASE



Segundo Hobsbawm, o "curto século XX" já se encerrou com a derrocada do bloco soviético. O mercado soberano, reduzindo o cidadão a consumidor ou excluindo-o, estaria gestando um século de prosperidade. Para quem? Em cima de que cadáveres? Em harmonia com o meio ambiente ou sobre uma terra arrasada?

Salve-se quem puder. Podemos ir a luta cada um por si, e relaxar e deixar rolar já que somos impotentes, ou nos mobilizar juntos. Afinal de contas, a verdade é que não chegou "o fim da História", ainda que tenha se exaurido a capacidade intelectual de alguns para enxergar a realidade das lutas sociais. Se o Estado parece renunciar a seu papel tutelar, sem ter condições de ser o padrinho clientelista de quem tudo se espera, resta saber quanto tempo irá aguentar ser a ambulância que recolhe os feridos e abandonados pela expansão do liberalismo. Existimos como gente, cidadãos e cidadãs, jovens, pais, aposentados que querem um futuro melhor, digno, feliz e em harmonia com a nossa terra. (*aqui, trompetas de Purcell*)

O Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que reúne mais de 300 organizações, mobilizou-se para fazer o balanço do nosso desenvolvimento, mas, sobretudo, para se projetar o futuro. Sim! Um outro mundo é possível. Não há receita para construí-lo mas, através de milhares de iniciativas, está se fazendo, numa rica diversidade e numa idêntica vontade de participação e de solidariedade. Está coberto de razão Charles Birch: é possível que não saibamos como prever o mundo que se avizinha, mas não importa. Podemos inventá-lo!

ONDE ADQUIRIR:

FASE: Rua das Palmeiras, 90 • Botafogo • CEP 22270-070 • Rio de Janeiro • RJ
Tel.: (021) 286-1441 • **Fax:** (021) 286-1209



PROJETOS DE GERAÇÃO DE RENDA PARA MULHERES DE BAIXA RENDA:

reflexões a partir de estudos de caso no Rio de Janeiro

Marcos Zarahi



Alice Rangel de Paiva Abreu *

Angela Filgueiras Jorge **

Bila Sorj ***

*** Alice Rangel de Paiva Abreu**

Doutora em Ciências Sociais pela USP. É professora do Departamento de Ciências Sociais da UFRJ.

****Angela Filgueiras Jorge**

Economista do IBGE, Coordenadora da pesquisa Economia Informal Urbana.

*****Bila Sorj**

Doutora em Sociologia pela Universidade de Manchester, Inglaterra professora-adjunta do Departamento de Ciências Sociais da UFRJ.

* Este trabalho contou com a colaboração de Andréa Moraes Alves e Adélia Maria Miglievich Ribeiro, que na qualidade de assistentes de pesquisa foram responsáveis pelo levantamento e organização de parte importante dos dados.

Na década de 80, numerosos projetos de geração de renda foram desenvolvidos a partir de iniciativas diversificadas - estado, setor privado e organizações não governamentais - voltados para a melhoria das condições de trabalho e renda dos grupos sociais de baixa renda. Neste trabalho pretende-se discutir algumas políticas e projetos de geração de renda voltados para mulheres de baixa renda e identificar em que medida esses projetos promovem efetivamente uma melhoria na renda e, portanto, nas condições de vida das populações atingidas, verificando, também, os entraves que permanecem para a sua consolidação. Ao definir os estudos de caso a serem analisados, optou-se por uma experiência a nível da iniciativa privada e duas entre as organizações não governamentais. O trabalho do Banco da Mulher, em atividade desde 1984 em escala nacional, que detinha especial interesse justamente pelo fato de estar dirigido especificamente às mulheres produtoras é o primeiro caso analisado. Depois de feito um levantamento das organizações não governamentais com atuação voltada para geração de renda entre mulheres¹, escolhemos duas experiências para um estudo mais aprofundado: a da AGP - Associação de Grupos de Produção e a da Cooperoca, uma cooperativa de artesãs da favela da Rocinha que vem tendo um sucesso de comercialização bastante significativo.

1. O Banco da Mulher - uma experiência de financiamento de pequenas produtoras

O Banco da Mulher surgiu como conseqüência das discussões ocorridas na Conferência Internacional da Mulher de 1975, realizada no México, e que resultou na criação do "Women's World Banking" em 1979, na Holanda, com o apoio da ONU.

Na esteira desse processo, um grupo de empresárias integrantes do Conselho Permanente da Mulher Executiva da Associação Comercial do Rio de Janeiro fundou, em 1984, a Associação Brasileira Para o Desenvolvimento da Mulher - Banco da Mulher, uma sociedade sem fins lucrativos, que atua a nível nacional. Cada seção regional tem um grau de organização e autonomia compatível com a disponibilidade dos recursos que arrecada em seu Estado, através de empréstimos, doações e contribuições de associados. Seu principal objetivo é o de atender às mulheres pequenas produtoras que já exerçam atividades geradoras de renda, estabelecidas ou não como microempresárias.

Para alcançar esse objetivo, o Banco da Mulher desenvolve várias linhas de ação: assistência técnica, jurídica, gerencial, comercial e creditícia.

Seu principal objetivo é o de atender às mulheres pequenas produtoras que já exerçam atividades geradoras de renda, estabelecidas ou não como microempresárias.

Para avaliação do papel do Banco da Mulher no alcance de seu objetivo maior, que é promover melhoria na qualidade de vida das mulheres pequenas produtoras, e quais os aspectos que o diferenciam das outras experiências analisadas nos restringiremos a Seção Rio de Janeiro, instalada em 1993. As informações analisadas referem-se ao período janeiro/93 a setembro/94.

Uma das características do Banco da Mulher, que contrasta com os outros programas estudados, é o atendimento exclusivamente a pes-

soas físicas, não contemplando grupos de produtoras, cooperativas ou outras pessoas jurídicas.

Seguindo uma filosofia não paternalista e empresarial, que tem por objetivo facilitar o acesso ao crédito e dar autonomia de voto às mulheres capacitando-as a desenvolver uma atividade sustentada de geração de renda, o Banco cobra por todos os serviços prestados (5% do valor do empréstimo, cursos e 10% das vendas em feiras).

O acesso ao crédito, em condições especiais (ou seja, com baixas taxas de juros e menores entraves burocráticos), é facilitado pela existência de convênio com um banco particular, que define um montante (limitado) de recursos que poderá ser utilizado pelas clientes. O limite dos recursos disponíveis levou ao estabelecimento de tetos individuais para atender o maior numero possível de clientes a cada mês.

Os cursos de capacitação, treinamento e aperfeiçoamento oferecidos resultam de convênios firmados com o SEBRAE, SESI, SENAI e Universidades. A programação destes cursos leva em consideração os anseios e preocupações das clientes do Banco da Mulher e as principais dificuldades que as pequenas produtoras enfrentam no dia a dia para desenvolver seus negócios. Embora habitualmente fornecidos pelo SEBRAE, os cursos são ministrados com uma "linguagem" adaptada ao cotidiano das mulheres. O exame da programação de capacitação gerencial do segundo semestre de 1994 mostra a preocupação em fornecer um treina-

¹ Durante o levantamento, foram realizados contatos com as seguintes ONGs: FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), CEPIA (Cidadania, Estudos, Pesquisa, Informação e Ação), REDEH-CEMINA (Rede de Defesa da Espécie Humana - Estudos da Mulher), CACES (Centro de Atividades Culturais, Econômicas e Sociais), SERE (Serviços e Estudos de Realização Empresarial Social), CAMPO (Centro de Assessoria ao Movimento Popular) e CEDAC (Centro de Ação Comunitária).

mento progressivo: tratou-se da criação do negócio, de sua administração, do controle de custos e determinação de preços e de estratégias de vendas. O curso mais procurado foi o de Custos X Preços, o que demonstra a dificuldade das produtoras em fixar preços compatíveis com os custos de produção.

A ajuda na comercialização ou ampliação do mercado para os produtos de suas clientes ocorre principalmente através da realização de feiras e exposições ou da participa-

castrais das mulheres que obtiveram empréstimos através de Banco. Dessa forma procuramos traçar o perfil das mulheres que buscam o Banco da Mulher para conhecer seus serviços e compará-lo com o das clientes bem sucedidas - aquelas que conseguiram o financiamento pretendido.

As "reuniões de informação a clientela" mensais, porta de entrada para as clientes potenciais, têm um comparecimento médio de 40 pessoas, portanto pode-se estimar que, desde sua instalação, em janei-

sados. Cerca de 80% das clientes moram no município do Rio de Janeiro. Entretanto, se entre as que participaram da reunião inicial 54% residiam em bairros da Zona Norte, esta proporção cai para 45% entre as que obtiveram empréstimos. A participação de produtoras de cidades vizinhas (Niteroi, São Gonçalo, Duque de Caxias, entre outros) também é ligeiramente maior no segundo grupo de clientes. Pode-se perceber, portanto, que estas moram em locais caracterizados por níveis mé-

Jaime Silva



ção em eventos promovidos por outras entidades. Há, também, a tentativa de facilitar a colocação do produto no mercado estabelecendo contatos entre as produtoras e clientes potenciais através de seções regionais da Associação Comercial e o estabelecimento de convênio com a Prefeitura do Rio para montagem de stands do Banco da Mulher no saguão do CASS, onde já funciona uma feira permanente.

Para este estudo analisamos as fichas de inscrição das pessoas que compareceram às reuniões de informação em dois meses diferentes (fevereiro e setembro/94) e as fichas

ro/93, até setembro/94, mais de 800 pequenas produtoras procuraram a Seção Rio de Janeiro. Entretanto, apenas 78 tiveram seus pedidos de empréstimos aprovados

A clientela atendida pela Seção Rio de Janeiro é bastante diversificada quanto à idade, nível de instrução, atividade que desenvolve ou local de moradia. Enquanto 52% das mulheres que procuram o B.M. têm até 35 anos, as clientes bem sucedidas têm idade um pouco mais elevada, 55% têm mais de 40 anos, ou seja, provavelmente tem maior experiência profissional.

O local de moradia é outro fator que distingue os dois grupos anali-

diados de renda familiar mais elevados e melhor infra-estrutura urbana.

Uma das características que distingue as mulheres que procuram o B.M. é seu nível de escolaridade. Enquanto 59% das mulheres ocupadas no setor informal, no Rio, têm até sete anos de estudo, de acordo com a PNAD-90, essa proporção é de 15% entre as clientes presentes à reunião inicial da Seção Rio, sendo que 30% destas últimas tem curso superior completo ou incompleto.

As principais dificuldades que essas pequenas produtoras enfrentam na realização de seus negócios e que

as levaram a procurar o B.M. foram a necessidade de comprar matérias primas (28% dos casos) ou máquinas novas (23%) e de encontrar compradores para seus produtos (20%). Aparecem, também, como questões relevantes a necessidade de aprender novas técnicas de produção, a busca de informações que habilitem a iniciar um negócio ou abrir uma empresa e outras dificuldades financeiras que justifiquem o pedido de empréstimos. São, ainda, frequentes a busca de ajuda para aperfeiçoar seus produtos e comercializá-los.

As clientes do B.M. desenvolvem suas atividades sozinhas ou com ajuda da família, apenas 1/3 delas contrata ajudantes ou empregados. A comercialização e ampliação de mercado são vistos como os principais pontos de estrangulamento no desenvolvimento da atividade. Mais de 40% dessas produtoras vendem seus produtos para pessoas conhecidas e 26% o fazem em sua própria casa. Somente 16% os coloca em lojas para vender.

Ainda que a principal motivação das pequenas produtoras, ao procurar o B.M., seja obter financiamentos, pouco mais de 10% delas atinge esse objetivo. No período analisado, só foram aprovados 92 empréstimos que atenderam a 78 mulheres, já que algumas delas foram contempladas mais de uma vez no período.

O teto do financiamento por

peessoa, em setembro de 1994, era o de R\$1.000,00, liberados através de uma carteira especial de um banco particular para o B.M., a taxa de 2% a.a e deveriam ser pagos em 6 meses. Este valor é considerado muito baixo por algumas pessoas interessadas enquanto para outras o principal problema é a exigência de um fiador que tenha renda mensal três vezes superior ao valor da prestação a ser paga. Ainda que o limite individual seja pequeno, há certa flexibilidade para ampliá-lo se a pretendente tem bom potencial na avaliação do corpo técnico do Banco. A restrição maior, porém, permanece, já que há um limite global na carteira utilizada.

Muitas dessas pequenas produtoras não tinham o hábito de fazer transações bancárias antes de conhecer o B.M. Nestes casos, o Banco tem a importante função de orientá-los neste primeiro contato e nas formas de gerenciamento de suas contas.

Analisando as informações das fichas cadastrais das mulheres que obtiveram crédito no período constatou-se que 86% foram obtidos para compra de matérias primas ou equipamentos. Comprar matéria prima em pequena quantidade pode implicar em preços mais elevados, portanto várias produtoras utilizam a alternativa de comprar quantidades grandes e fazer estoques conseguindo, assim, melhores condições de preço e pagamento. Por outro lado,

ainda que o teto individual seja relativamente baixo para a compra de equipamentos, as clientes utilizam o empréstimo para integralizar compras que excedam o teto ou para se equipar paulatinamente, pois uma vez quitado o empréstimo inicial podem pleitear outros. É importante ressaltar que em alguns casos os recursos destinaram-se a custear despesas com documentação o que indica que essas proprietárias caminham para maior formalização de seus negócios. Na mesma direção podem estar aquelas que demandaram recursos para propaganda e pagamento de aluguel.

Ainda que o leque de atividades desenvolvidas pelas pequenas produtoras seja muito amplo, há uma enorme concentração de "atividades femininas" ligadas à confecção (50% das pessoas que obtiveram empréstimos), alimentação, higiene e beleza e artesanato em geral, que podem ser desenvolvidas na própria casa.

Chama a atenção, ainda, o fato de que não há identificação direta entre a profissão declarada e a atividade desenvolvida, o que nos permite inferir que estas mulheres iniciam uma atividade que possa lhes trazer rendimento independentemente de seu treinamento profissional.

Cerca de 1/3 das clientes bem sucedidas obtiveram outros créditos através do Banco da Mulher entre 1990 e 1994. A avaliação do destino dos recursos solicitados mostra, nestes casos, a mesma predominância de pedidos para compra de matérias-primas (47%). Os dados disponíveis, contudo, não permitiram analisar a evolução dos empreendimentos ao longo do tempo. Segundo o IBGE, em 1990, mais de 400 mil mulheres trabalhavam como conta própria ou pequenas empregadoras na região metropolitana do Rio, ou seja, eram clientes em potencial do Banco da Mulher. Se o resultado das ações desenvolvidas até hoje ainda está longe de alcançar esse universo, o trabalho é contínuo e gradativo.

A estrutura de funcionamento da Seção Rio ainda é precária, ela vem se desenvolvendo graças ao trabalho

Jaime Silva



de um grupo de voluntárias porém para aumentar sua capacidade de atendimento ainda precisa expandir muito.

Além dos problemas de financiamentos/capacitação, o grande entrave ao desenvolvimento da pequena produção relaciona-se à comercialização: compradores para o que é produzido e adequação dos produtos à clientela potencial. Por outro lado é significativa a parcela de produtoras, que vende seus produtos e serviços em casa ou para pessoas conhecidas. Percebe-se que o aumento da capacidade produtiva, de forma eficiente, só pode ocorrer se também houver uma ampliação do mercado para seus produtos. A promoção de feiras e exposições tem uma função importante neste processo, porém seria necessário abrir novas frentes ou institucionalizá-las, aproveitando-se da ligação B.M - Associação Comercial. A preocupação com a "qualidade" do produto e sua adequação ao mercado consumidor poderia ser objeto de tratamento específico nos cursos promovidos. E, por fim, o problema da especificação de preços compatíveis com a estrutura de custos de cada produtora que já vem sendo tratado com prioridade pelo B.M deve continuar na alça de mira.

Cabe, ainda, mencionar que na avaliação das integrantes do corpo técnico do B.M observou-se uma alteração no perfil das mulheres que eram atendidas à época de sua criação e no momento atual. Inicialmente havia uma parcela maior de clientes de

baixa renda e menor escolaridade do que hoje. O grupo de clientes atendidas atualmente apresenta características bastante distintas das participantes dos outros projetos de geração de renda que analisamos a seguir.



Marta Strauch

2. AGP - Associação dos Grupos de Produção Comunitária - Associativismo X Produção

O caso da AGP foi escolhido porque é representativo de empreendimentos realizados ao longo da década de 70 e 80, nos quais os projetos de geração de renda estavam estreitamente associados a um projeto de "capacitar e subsidiar os movimentos sociais urbanos para que

possam desenvolver ações políticas e organizativas orientadas para a produção do desenvolvimento, da democracia e da cidadania, através de processos participativos de educação popular, na perspectiva de construção de uma sociedade justa e solidária"². Voltados para o desenvolvimen-

to de um associativismo crítico, essas iniciativas parecem valorizar prioritariamente processos de construção de uma identidade social voltada para o trabalho coletivo.

A Associação dos Grupos de Produção Comunitária é um projeto que vem sendo desenvolvido há quase 10 anos pelo CEDAC (Centro de Ação Comunitária), organização não governamental fundada em abril de 1979, com atuação a nível nacional. O CEDAC apresenta uma visão bastante clara e definida de seus propósitos e objetivos, que visam apoiar iniciativas orientadas para a melhoria das condições de vida da população, buscando simultaneamente o fortalecimento das organizações populares; estimular e apoiar experiências populares no campo de geração de trabalho e renda; promover e/ou divulgar pesquisas e estudos de caráter social e de interesse das organizações populares; avaliar, sistematizar e

divulgar experiências de grupos, entidades ou movimentos atuando na perspectiva do fortalecimento da sociedade civil; e, finalmente, desenvolver métodos de ação participativa que fortaleçam a prática democrática no interior dos grupos, movimentos ou entidades com os quais trabalha.

O CEDAC desenvolve atualmente cinco programas: Formação

² CEDAC (1994a).

Básica para Lideranças dos Movimentos Populares; Trabalho e Cidadania; Mulher e Cidadania; Educação e Cidadania; e Políticas Sociais. É dentro do programa Trabalho e Cidadania que se desenvolvem dois projetos importantes ligados ao tema central desta reflexão: o projeto Formação e Assessoria a Projetos de Geração de Trabalho e Renda e o projeto Formação e Assessoria à Associação dos Grupos de Produção Comunitária - AGP. A pesquisa foi realizada nos grupos ligados ao segundo projeto, a AGP, mas é importante verificar qual é o quadro de referência mais amplo que informa o CEDAC nessa área, que pode ser dado através da análise do primeiro projeto citado.

Voltado para a dramática condição do mercado de trabalho no Brasil, o projeto Formação e Assessoria a Projetos de Geração de Trabalho e Renda tem como objetivo contribuir para a transformação desse quadro através do crescimento da ocupação, da melhoria na remuneração dos trabalhadores, e da construção de novas relações de trabalho. Sem perder a conexão com o mundo da produção formal, suas contradições e demandas, o CEDAC apoia iniciativas populares de geração de trabalho e renda, com uma ótica de participação criativa e solidária, que se desenvolvem em todo o país como estratégia de sobrevivência frente à falta de emprego no setor formal.

Desenvolvendo um trabalho de formação e assessoria à gestão dessas iniciativas, sistematizando metodologias de formação e assessoria, refletindo teoricamente e elaborando propostas de políticas públicas orientadas para o apoio e fomento de grupos de produção desse tipo, o CEDAC tem como objetivo valorizar e multiplicar esse tipo de iniciativa, capaz, a seu ver, de reverter o quadro de desagregação das condições de trabalho atualmente existentes.

Atualmente, segundo sua coordenadora, o CEDAC, acreditando no significado e na importância dos grupos de produção e percebendo seu grande crescimento, entende ser

indispensável gerar metodologias de formação e assessoria eficazes e passíveis de serem facilmente apropriadas por quaisquer entidades interessadas em apoiar grupos de produção associada. Defende igualmente a implementação de políticas públicas para a criação de um quadro geral - legal, econômico, educacional, cultural - que propicie a dinamização em larga escala dos grupos de produção.

O CEDAC, portanto, vê seu papel como coordenador, incentivador e divulgador de experiências de geração de renda dentro desses princípios. Paralelamente a esse trabalho, no entanto, o CEDAC desenvolve sua

Amaury Queiroz



parceria fundamental, que é o projeto Formação e Assessoria à Associação dos Grupos de Produção Comunitária, a AGP.

A AGP tem sua criação ligada à experiência de mulheres organizadas em Clubes de Mães em diferentes paróquias e dioceses do Rio. Em 85, a diocese de Itaguaí em parceria com o CEDAC organizou uma série de eventos comemorativos do Dia Internacional da Mulher onde conseguiu reunir cerca de 200 mulheres para discutir formas alternativas de geração de renda.

Foi, portanto, respondendo a uma demanda de grupos populares, que o CEDAC deu início, entre 1985 e 1986, ao Programa de Apoio à Produção Comunitária, com o objetivo de contribuir na viabilização de alternativas de trabalho e renda. Pouco a pouco os grupos foram se multiplicando e avançando dentro de

uma proposta de autogestão, criando novas formas de relações sociais no trabalho, em que os que trabalham também planejam e decidem, beneficiando-se integralmente da renda produzida pelo trabalho associado.

Com uma explícita preocupação político-social, os grupos começaram a se organizar dentro da idéia de "autogestão gota a gota", que pressupunha diversas etapas: a) conhecimento mútuo, estabelecimento de intimidade, identificação mútua; b) discussão sobre os conflitos no trabalho (individualismo, competição) e sobre a nova postura de cada uma diante do trabalho e do grupo; c) levantamento do potencial e capacitação profissional de cada trabalhadora, definição do produto a ser comercializado; d) distribuição das tarefas, estabelecimento dos objetivos, avaliação periódica. Na fase inicial do trabalho, alguns grupos receberam ajuda financeira da entidade belga *Entraide et Fraternité*, para compra de máquinas, ferramentas e matéria-prima.

A articulação entre os diversos grupos de produção comunitária localizados no Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense levou à discussão sobre formas solidárias de superar as dificuldades. Primeiramente foi criada uma caixa comum, para apoiar novos grupos, comprar material e realizar empréstimos emergenciais aos membros dos grupos. Cada grupo destinava à caixa comum 5% do seu faturamento; aceitava-se igualmente doações. No final de 1988, os dez grupos então existentes, para estimular a cooperação, a co-reponsabilidade e a solidariedade entre os grupos associados, criaram a Associação dos Grupos de Produção Comunitária, que tem como objetivos: a) promover atividades culturais e educativas; e b) estimular a cooperação, a co-reponsabilidade e a solidariedade entre seus associados, no sentido de buscarem juntos soluções para os problemas relacionados à formação geral, à capacitação técnica gerencial, à organização da produção e à comercialização.

Há dois tipos de grupos associ-

ados: os grupos membros e os grupos estagiários. São considerados membros da Associação os grupos fundadores e aqueles que posteriormente fizeram pedido de filiação por escrito, tendo preenchido todos os requisitos exigidos: ter, no mínimo, cinco componentes que estejam participando do grupo há mais de 6 meses; ter participado de pelo menos 2/3 das atividades promovidas pela Associação; dispor-se a cumprir o estatuto e a pagar mensalmente uma cotização correspondente a 5% de sua renda mensal. São considerados estagiários aqueles grupos que, por estarem em processo de organização, ainda não preenchem os requisitos exigidos para filiação.

Há ainda algumas regras para a formação dos grupos. O número de membros de uma mesma família não poderá ultrapassar 40% do total dos componentes, considerando-se como pessoas da mesma família marido, pai, mãe, filhos, irmãos e cunhados.

A direção da AGP é feita de forma colegiada pela Coordenação Geral (cinco pessoas eleitas em Assembleia Geral), pelo Conselho Deliberativo (um representante de cada grupo membro) e pelo Conselho Fiscal (três pessoas escolhidas pelo Conselho Deliberativo entre seus membros). A Assembleia Geral, na qualidade de órgão superior de decisões, deverá reunir-se ordinariamente uma vez ao ano para decidir sobre atividades de interesse da Associação, eleger os membros da Coordenação Geral, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal e apreciar as contas apresentadas pela Coordenação Geral. Os mandatos são de dois anos, sem reeleição.

Os grupos analisados

Foram selecionados quatro grupos de produção, que congregam um total de 19 mulheres voltadas para a confecção de roupas e bolsas. Três deles operam em espaços específicos para este fim, como galpões ou oficinas, e apenas em um dos grupos as associadas trabalham nos

seus domicílios. Entrevistou-se todas as mulheres envolvidas.

Os dados mostram que os grupos de produção reúnem mulheres sem prévia qualificação para as atividades que desempenham. A maioria das trabalhadoras aprendeu seu ofício na prática. De fato, apenas 26% das entrevistadas declaram possuir algum treinamento/qualificação profissional anterior ao exercício da ocupação atual. As atividades realizadas anteriormente não tinham relação com as atividades atuais. Assim, 21% das mulheres eram donas-de-casa, 15% eram domésticas, 10% eram vendedoras autônomas e vendedoras ambulantes e 5% eram babás, enfermeiras e auxiliares de enfermagem.

O difícil equilíbrio entre atividades econômicas e as responsabilidades domésticas favorece a adesão das mulheres a estes projetos de geração de renda, situados na vizinhança de sua casa e sem jornada de trabalho rígida. A principal vantagem apontada por elas é a proximidade do lar, que compensa os baixos rendimentos.

A distribuição das trabalhadoras por faixas etárias revela uma forte concentração no momento do ciclo de vida em que as responsabilidades domésticas são mais exigentes e possivelmente quando o mercado de trabalho é menos favorável à absorção da força de trabalho feminina. Assim, 89% das entrevistadas têm entre 26 a 50 anos e 10% encontram-se acima de 50 anos. O exame da posição na família bem como da maternidade reforçam os efeitos dessas características sobre as atividades que realizam. Uma maioria sig-

nificativa das entrevistadas é de cônjuges (68%) seguida das chefes de família (21%); o restante se dividindo entre filha (5%) e pessoa morando sozinha (5%). A presença de mães entre as entrevistadas (73%) é igualmente acentuada sendo que a maioria delas têm de 1 a 3 filhos. O difícil equilíbrio entre atividades econômicas e as responsabilidades domésticas favorece a adesão das mulheres a estes projetos de geração de renda, situados na vizinhança de sua casa e sem jornada de trabalho rígida. A principal vantagem apontada por elas é a proximidade do lar, que compensa os baixos rendimentos.

De fato, perguntadas se desejariam um emprego formal, 79% recusaram esta alternativa. Além das razões de ordem doméstica, outros motivos são apontados para esta negativa, como a valorização do trabalho por conta própria, a inexistência de patrão, as incertezas do mercado de trabalho formal, as desvantagens da idade e uma crença nas potencialidades do grupo. As poucas que responderam desejar um emprego formal, 21%, alegaram necessidade de maior segurança e resultados financeiros que o grupo não supre. A prevalência de cônjuges entre as trabalhadoras permite que as responsabilidades financeiras possam ser compartilhadas com os maridos a tal ponto que 79% declaram que o sustento da casa não depende de sua própria renda.

De fato, a renda mensal média das componentes dos grupos de produção varia de zero até no máximo um salário mínimo sendo que a maioria delas realiza jornadas parciais de trabalho (de 21 a 39 horas). A maioria das mulheres (74%) não tem outra fonte de renda própria e as que a têm dedicam-se à manicura ou a costurar para fora ou ainda são beneficiárias de pensões.

A dependência do salário dos maridos é uma das razões que explica a longa permanência das associadas nestes projetos, apesar do fraco desempenho econômico. Se considerarmos apenas os três grupos que funcionam há mais tempo, 57% das

entrevistadas integraram os grupos de produção entre os anos de 1987 a 1989, 28% entre 1990 e 1993 e 14% no ano de 1994. A estabilidade dos membros dos grupos, apesar da precariedade dos resultados econômicos produzidos, nos levam a pensar na presença de outros valores que estariam sustentando estes projetos, mais além das vantagens monetárias. De fato, as mulheres destacam, com insistência, a importância das qualidades “comunitárias” destas experiências, como o princípio de autogestão, relações de amizade, e espírito de solidariedade em contraposição às práticas usuais de relações sociais no mercado de trabalho “lá fora”.

Se estes atributos são extremamente valorizados pelas participantes, são insuficientes, contudo, para compensar a frustração das expectativas quanto aos rendimentos, de tal forma que o grande desafio por elas percebido no momento é o de melhorar o desempenho econômico dos grupos.

Esses projetos, no entanto, encontram inúmeros problemas para cumprir os seus objetivos econômicos, que são comuns aos quatro grupos:

1- informalidade - o fato dos grupos não emitirem nota fiscal limita sua capacidade de expansão. Por outro lado, a formalização precoce pode significar um ônus excessivo para o desempenho do projeto;

2- matéria-prima - a incapacidade de comprar a matéria no atacado, em virtude da falta de capital de giro, eleva os preços dos produtos tornando-os não competitivos;

3- comercialização - difícil escoamento da produção, ausência de clientela fixa, falta de divulgação dos produtos.

Algumas soluções, cujo sucesso ainda não pode ser avaliado, têm sido tentadas: articulação com cooperativas no exterior visando a revenda dos produtos, junção de grupos, revisão dos estatutos da AGP, aquisição de um ponto de venda para escoar a produção e confecção de itens de melhor qualidade visando ampliar o mercado.

3. COOPAROCA - O sucesso improvável de uma cooperativa

O terceiro estudo de caso refere-se à Cooparoca (Cooperativa de Trabalho Artesanal e de Costura da Rocinha Ltda.), uma das experiências mais bem sucedidas dentre os projetos de geração de renda examinados. O interessante desta experiência é que ela mostra como é possível transformar certas qualidades do grupo em vantagens comparativas no mercado da confecção no Rio de Janeiro.

Formado por artesãs e costureiras da Rocinha, este projeto procurou identificar e ocupar um espaço produtivo e comercial pouco explorado de roupas artesanais produzidas com retalhos cedidos por algumas empresas de confecções estabelecidas na cidade. A mudança nos padrões de consumo de largas faixas da população jovem urbana de classe média, no sentido da adoção de estilos de vida “ecologicamente corretos”, propiciou a valorização de produtos reciclados, diferenciados e criativos.

A Cooparoca é uma cooperativa de artesãs da Rocinha, a maior fa-

vela da América Latina com uma população próxima dos 200 mil habitantes. Sua criação está estreitamente ligada à atuação da socióloga Maria Tereza Leal que, ao realizar um trabalho voluntário na Rocinha dos idos de 82, começou a se interessar pelo trabalho artesanal das mulheres que visitava. Tendo começado com 5 mulheres, em 1994 a Cooparoca já contava com 29 mulheres produzindo artesanato. No início faziam apenas colchas, tapetes e almofadas, bem dentro de uma perspectiva artesanal. No entanto, o grande salto foi dado quando, por circunstâncias específicas, a Cooparoca teve que procurar alternativas para sua autonomia e surgiu a possibilidade de uma participação no desfile Mix Moda, de moda alternativa, realizado em abril de 1994.

Percebendo o excelente filão que poderia ser aberto dentro de uma perspectiva de roupa reciclada, desestruturada, Maria Tereza Leal chamou uma modelista profissional e montou um desfile junto com outra estilista alternativa importante, que fazia tecidos pintados muito sofisticados e já tinha uma clientela de classe média alta estabelecida. O desfile foi um sucesso e desde en-



Jaime Silva

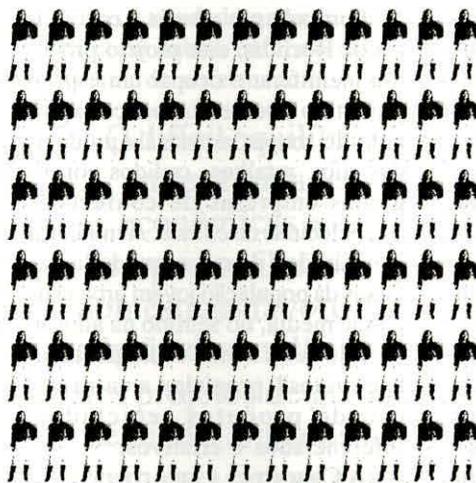
tão a Cooperoca vem enfrentando um aumento notável da demanda tendo que reformular a composição de seus produtos (mais roupas e menos artesanato) e um real desafio em como fazer desse sucesso uma base estável de sustentação e ampliação do trabalho das artesãs e costureiras associadas.

A criação e a forma de institucionalização da Cooperoca é bem diferente da experiência da AGP, talvez devido à atuação central de Maria Tereza Leal. Como ela mesmo reconhece, o desenvolvimento da Cooperoca foi um pouco na contramão de outras experiências cooperativas. O trabalho inicial foi realizado com o apoio do CAMPO (Centro de Assessoria ao Movimento Popular), que convidou Maria Tereza Leal para desenvolver um outro trabalho na Rocinha, organizando uma sala de costura para formação profissional. Como já estava envolvida com as artesãs, só aceitou com a condição de poder continuar o seu trabalho com a Cooperoca. Em 1987, a Cooperoca foi legalizada como uma cooperativa de artesãs, com 20 associadas, das quais 8 eram realmente ativas. Hoje em dia a Cooperoca tem 29 artesãs ativas, ainda que algumas delas não tenham ainda se inscrito oficialmente. A legalização da cooperativa permitiu iniciar um trabalho de angariar recursos para a compra de uma sede. Em 1988, com um empréstimo do BNCC (Banco Nacional de Crédito Cooperativo), a Cooperoca comprou um barraco e nos anos seguintes lutou para construir uma sede melhor no terreno. Conseguiu uma doação da Light, que foi ainda processada pelo CAMPO, e depois uma doação direta do governo estadual, e construiu uma excelente sede de três andares, onde são realizadas as reuniões da cooperativa, onde as artesãs vão buscar e levar trabalho e onde está sendo instalada uma oficina com máquinas doadas recentemente. Desde 1993 a Cooperoca desligou-se do CAMPO.

O desligamento do CAMPO obrigou a cooperativa a buscar al-

ternativas que permitissem uma real autonomia, inclusive financeira, para garantir o salário da única assalariada, que realiza todo o trabalho administrativo e de controle da produção das artesãs. A Cooperoca já participara de alguns eventos anteriormente, inclusive no exterior, mas foi a partir da idéia de fazer roupas com o material executado pelas artesãs que abriu-se, de fato, um novo horizonte para o trabalho das cooperadas.

As artesãs da Rocinha possuem uma tradição de trabalho com reta-



Amaury Queiroz

lhos que trouxeram com a imigração do Nordeste para o Rio de Janeiro. A cidade do Rio de Janeiro, por sua vez, conta com uma grande quantidade de fábricas de confecção que produzem um considerável volume de retalhos. A junção dessas duas realidades resultou no trabalho da Cooperoca.

Entrevistando mais longamente 6 artesãs, pudemos notar que apresentam um perfil semelhante ao observado nos projetos de geração de renda da AGP: são mulheres mais velhas³, casadas, com filhos, que não se consideram responsáveis pelo sustento da casa, com pouca escolaridade (até 7 anos) e com pouca qualificação formal para a atividade que desenvolvem.

Antes de entrar para a Cooperativa, três das entrevistadas eram donas-de-casa e as outras três exerciam atividades informais a tempo parcial. As principais vantagens percebidas na Cooperoca pelas entrevistadas são a

possibilidade de conciliar as responsabilidades domésticas com a geração de renda no lugar da moradia, a oportunidade de obtenção de um retorno financeiro rápido, e trabalhar com autonomia.

No que diz respeito a renda, de fato, a Cooperativa tem apresentado valores crescentes, passando, nos seis casos estudados, de uma média de 90 reais em julho para 150 reais em setembro de 1994. Entretanto, é necessário observar que as desigualdades internas são significativas sendo que no mês de setembro a menor renda das entrevistadas esteve em 33 reais e a maior alcançou 415 reais e que os diferenciais de renda tenderam a aumentar ao longo dos últimos meses. Esta grande disparidade entre a renda das seis entrevistadas está relacionada à grande diferença de produtividade entre as mulheres, uma vez que as artesãs ganham por metragem de trabalho executado. As entrevistadas não informaram as horas trabalhadas e fica, portanto, difícil estabelecer uma relação entre metragem e horas trabalhadas.

Este considerável aumento da renda auferida pelas mulheres é explicado pelas mudanças recentes no empreendimento e pelas alterações na composição da produção. Divulgando seus novos produtos através de um desfile, alcançou grande projeção nos meios de comunicação de massas, atraindo um público consumidor de classe média e alta, intermediários dispostos a comercializar o produto fora do Rio de Janeiro e novas fábricas de confecção dispostas a fornecer retalhos.

Nesta nova fase de expansão as demandas por qualidade e produtividade se impõem exigindo uma reorganização da produção que esbarra em hábitos e costumes produtivos praticados anteriormente. As-

³ Os dados sobre faixa etária de 17 artesãs mostra que 18% tinham até 30 anos; 53% de 30 a 45 anos e 29% entre 46 e 55 anos.

sim, a preferência das mulheres por trabalhar em casa, e não na sede da Cooperativa, tem dificultado a organização da produção. Cálculos de custo/benefício em termos de horas efetivamente trabalhadas para estabelecer o valor das peças, o aprimoramento da qualidade dos produtos e a criação de um padrão ficariam facilitados se as mulheres se dispusessem a centralizar a produção em um único espaço físico. Entretanto, esta demanda entra em conflito com a principal motivação das cooperadas que é justamente permanecer no domicílio, não ter horários regulares de trabalho nem metas produtivas pre-estabelecidas.

Desta forma, o sucesso do empreendimento passa a exigir uma redefinição dos projetos ocupacionais das trabalhadoras cujo resultado ainda não está assegurado. Ademais, na fase atual, a melhoria da qualificação profissional, a incorporação de profissionais especializados em gerência administrativa, e a interação com um novo conjunto de instituições do mercado demandam o desenvolvimento de novas competências por parte das cooperadas.

4. Comentários finais

A análise destes programas de geração de renda mostram que todos buscam atingir pequenos produtores, que guardam, no entanto, certas características específicas.

O Banco da Mulher atende mulheres, pequenas produtoras, estabelecidas ou não, que possuem, no entanto, um maior acesso à informação e uma escolaridade superior aos outros dois casos. A Cooperoca atinge mulheres de baixa renda, com qualificações artesanais específicas mas que parecem despreparadas para gerir a cooperativa e mantê-la funcionando sem ajuda de uma pessoa com conhecimentos específicos. Já a AGP atinge igualmente mulheres de baixa renda, que parecem ter conseguido organizar-se de forma bastante estável, já que muitos grupos têm

de 5 a 7 anos, com diferentes graus de formalização, mas que continuam enfrentando enormes dificuldades em conseguir garantir uma renda estável com o trabalho desenvolvido.

O Banco da Mulher se pauta por uma visão empresarial, não paternalista e individual da produção.

É preciso reconhecer que as mulheres oferecem um trabalho com características bastante específicas: apresentam uma elevada concentração em poucas atividades, como confecção e alimentação, e priorizam o trabalho a tempo parcial em casa ou próxima dela, dada sua inserção diferencial na unidade familiar, onde carregam grande parte das responsabilidades domésticas. Como é possível, então, através de políticas públicas, fortalecer sua organização produtiva de tal forma a compensar essas fragilidades?

As experiências analisadas partem de concepções bastante diferenciadas. O Banco da Mulher se pauta por uma visão empresarial, não paternalista e individual da produção. A Cooperoca é uma cooperativa de produção que enfatiza o trabalho comunitário e empreendedor. Os grupos da AGP procuram aliar uma atividade geradora de renda com motivações prioritárias de conscientização e organização das comunidades. Apesar destas diferentes concepções não é possível estabelecer uma relação direta entre estas e o desempenho econômico dos projetos. Os gargalos ou dificuldades que as produtoras enfrentam são basicamente os mesmos em qualquer dos casos analisados:

- comercialização : como estabelecer um fluxo constante de compradores para seus produtos evitando concentrar as vendas em épocas específicas;

- matéria prima: comprar em pequenas quantidades implica preços altos e condições desfavoráveis de pagamento, o que torna o valor final do produto não-competitivo;

- recursos para equipamentos;

- qualificação: como aperfeiçoar a qualificação das produtoras que em sua maioria aprenderam o ofício na prática;

- gerenciamento: como capacitar as produtoras para gerir aos seus empreendimentos.

Em todas essas experiências, a discussão sobre formalização está sempre presente e aparece como meta desejável para muitos grupos produtivos pois permitiria a diversificação de mercados e a compra de insumos em condições mais favoráveis. No entanto, quando é feita apressadamente, sem prévia consolidação do empreendimento, pode acarretar dificuldades adicionais e dificultar ainda mais esta consolidação.

A questão central parece, portanto, ser a de qual política pública deveria existir para esse vasto setor informal, que parece ter sérias dificuldades em formalizar-se e que oferece de fato um tipo de força de trabalho com poucas chances de atuar no mercado de trabalho formal. Não é possível pensar em políticas públicas que vão transformar essas mulheres em trabalhadoras qualificadas a tempo integral; não é isso que desejam, nem isso está no horizonte de suas possibilidades. É possível pensar, no entanto, em algumas iniciativas que irão melhorar as condições de trabalho e sobrevivência dessas trabalhadoras e pequenas produtoras, mesmo mantendo as características das atividades que desenvolvem.

O importante parece ser que o poder público tenha uma política unificada e coerente em relação à economia informal, dialogando e trabalhando em conjunto com as Organizações Não Governamentais que já são ativas nesses setores. Os estudos de caso analisa-

dos indicam como áreas prioritárias de atuação: pesquisas de mercado para orientar a escolha dos produtos e o público alvo; atividades de capacitação profissional e aperfeiçoamento; linhas de crédito específicos para equipamentos; aproximação produtor-consumidor, tanto para produção de bens como para prestação de serviços; e divulgação mais ampla de possíveis canais de comercialização, como a realização de um calendário antecipado de feiras e eventos, que

permitiria uma programação mínima dos grupos e produtores.

O que parece certo é que se o novo modelo de crescimento econômico em âmbito mundial indica que o modelo do pleno emprego está esgotado e que o desenvolvimento econômico se dará sem um crescimento concomitante do emprego, é preciso considerar que há necessidade de se estimular experiências do tipo analisado, que conseguem encontrar um nicho de sobrevivência para uma

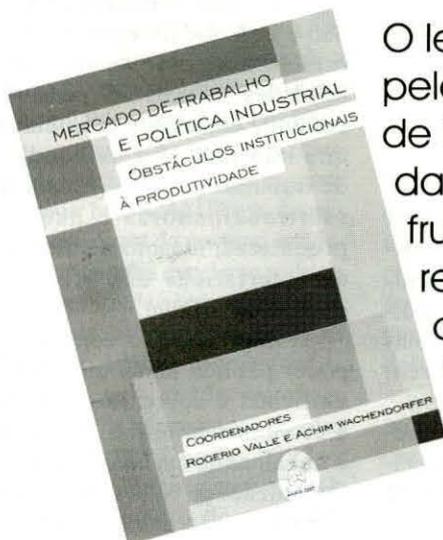
mão-de-obra com características cada vez menos valorizadas no mercado formal de trabalho (mulheres com responsabilidades domésticas sem qualificação formal). Ao mesmo tempo, nas sociedades industriais tem crescido o interesse dos consumidores por produtos artesanais que fogem ao padrão industrial. Ainda que fora do eixo central do mercado, esse pode ser um caminho para a inserção dessas mulheres.

BIBLIOGRAFIA

- AGP/CEDAC. (1990) Auto-avaliação. Grupos de Produção Comunitária.
AGP. (s.d.) Estatuto da Associação dos Grupos de Produção Comunitária.
CEDAC. (1994) Relatório de Atividades (1994a) Apresentação do CEDAC (1994b) Programa Trabalho e Cidadania. (1994c) Projeto: Formação e Assessoria a Projetos de Geração de Trabalho e Renda. (1993) Programa Apoio à Produção Comunitária.
CUNHA, Helena Bocayuva (1987). A Experiência das Costureiras da Vila Kennedy na Organização de uma Cooperativa. *RAM*. Vol. 43, no. 188, jul./set. .
SABÓIA, João e MELLO, Ricardo (1992). Participação das Organizações de Pequenos Comerciantes Urbanos nas Reformas Institucionais e de Políticas de Nível Local. Três Estudos de Caso no Rio de Janeiro. *Textos Para Discussão*. n. 282. Instituto de Economia Industrial. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
SILVEIRA, Caio Márcio (1993). Relato sobre a Pesquisa de Levantamento de Projetos de Geração de Renda. In: *Estratégias de Sobrevivência no mercado de trabalho brasileiro. Relato de experiências e debates de geração de emprego e renda no mercado informal e alternativas de políticas públicas*. Rio de Janeiro, FASE/PIC.
SOUTO, Jane (1988). Política de Trabalho e Rendimento: Uma Proposta de Complementação, In: *Pensar e Fazer*. Rio de Janeiro, SMDS. p.54-65.

Mercado de Trabalho e Política Industrial

OBSTÁCULOS INSTITUCIONAIS À PRODUTIVIDADE

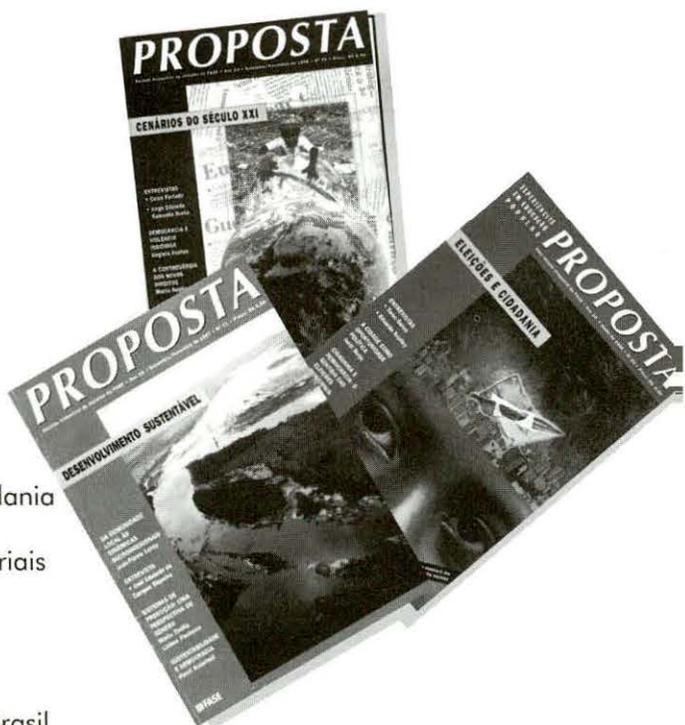


O leitor encontrará neste livro, organizado pelo ILDES/FES - Instituto Latino-americano de Desenvolvimento Econômico e Social, da Fundação Friedrich Ebert no Brasil -, o fruto de um grupo de trabalho, que se reuniu entre 1994 e 1995, sob a condução de Hans Mathieu e Achim Wachendorfer.

Para adquirí-lo, peça pelo reembolso postal.
Editora Marco Zero Ltda, Rua da Balsa, 559
Freguesia do Ó, São Paulo, SP, CEP 02910-000
Tel. (011) 876-2822 / Fax: (011) 876-6988

ASSINE JÁ REVISTA PROPOSTA

- nº 71 Desenvolvimento Sustentável
- nº 70 Cenários do Século XXI
- nº 69 Eleições e Cidadania
- nº 68 Cenários do Século XXI
- nº 67 Movimentos Populares Urbanos
- nº 66 Mudar a Vida
- nº 65 Repensando o Brasil II
- nº 64 Globalizar ou Integrar?
- nº 63 Trabalho e Renda
- nº 62 Crise Urbana
- nº 61 Repensando o Brasil
- nº 60 Genocídio Social
- nº 59 Cidadania e Políticas Públicas
- nº 58 Democratização dos Meios de Comunicação
- nº 57 Revisão Constitucional: Estado, Trabalho e Cidadania
- nº 56 Desenvolvimento e Meio Ambiente
- nº 55 Trabalho e Cidadania nos Complexos Agroindustriais
- nº 54 Democratizando a Cidade
- nº 53 Qual Desenvolvimento?
- nº 52 Educação Básica: Essa Crise tem Solução
- nº 50 Organização Sindical nos Locais de Trabalho
- nº 49 Violência e Direitos Humanos: Uma Guerra no Brasil
- nº 48 Amazônia Oriental: Trabalhadores Rurais e Meio Ambiente
- nº 46 Barragens: Movimento Ecológico e Luta pela Terra
- nº 44 Trabalhadores Rurais: Fazer Nossa Política Agrícola



FAÇA SUA
ASSINATURA E
GANHE MAIS
DUAS REVISTAS

COPIE E ENVIE O
CUPOM AO LADO
PARA
REVISTA PROPOSTA
R. das Palmeiras, 90
CEP: 22270-070
Rio de Janeiro

Tel: (021) 286-1441
Fax: (021) 286-1209

Cupom de assinatura

- Cheque nominal à FASE Vale Postal - Ag. Botafogo

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____

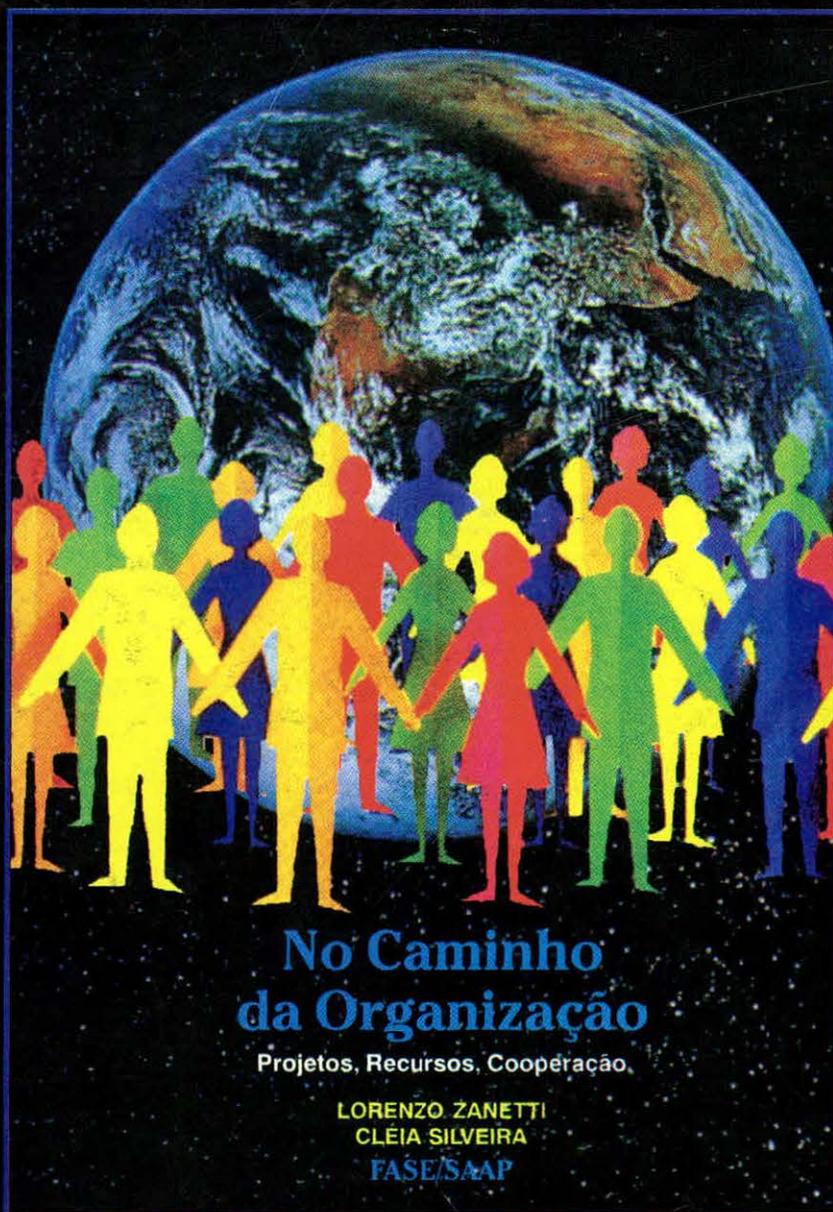
Cidade: _____ Estado: _____

Profissão: _____ Tel/Ramal: _____

Data: _____

Área de interesse: Sindicalismo Questões rurais Questões urbanas
 Comunicação Ecologia Outros

Assinatura Anual R\$ 20,40 Número Avulso R\$ 6,00 Exterior US\$ 30,00



Esta publicação, fruto da reflexão e experiência do SAAP, setor que na FASE cuida do apoio a pequenos projetos, é um importante instrumento de trabalho para os grupos populares que pretendem melhorar sua ação em prol da comunidade e que precisam, as vezes, solicitar recursos para desenvolver seus projetos.

“No Caminho da Organização” traz o passo a passo de como se elabora um projeto. É uma cartilha que se dirige principalmente aos grupos populares e às instituições públicas ou privadas interessadas em seu crescimento.

ONDE ADQUIRIR:

FASE: Rua das Palmeiras, 90 • Botafogo • CEP 22270-070 • Rio de Janeiro • RJ

Tel.: (021) 286-1441 • **Fax:** (021) 286-1209